

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ – UNICENTRO

DENIS HENRIQUE FIUZA

**MODERNIDADE DISCRETA: O MUNDO RURAL BRASILEIRO NAS PÁGINAS DA
REVISTA GLOBO RURAL (1985-2000)**

GUARAPUAVA
2018

DENIS HENRIQUE FIUZA

**MODERNIDADE DISCRETA: O MUNDO RURAL BRASILEIRO NAS PÁGINAS DA
REVISTA GLOBO RURAL (1985-2000)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Jo Klanovicz

Co-orientadora: Dra. Ariane Pereira
Fernandes

GUARAPUAVA
2018

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Santa Cruz

F565m Fiuza, Denis Henrique
Modernidade discreta: o mundo rural brasileiro nas páginas da revista
Globo Rural (1985-2000) / Denis Henrique Fiuza. -- Guarapuava, 2018.
xii, 134 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em História, 2018

Orientador: Jó Klanovicz
Coorientadora: Ariane Pereira Fernandes
Banca examinadora: Sandro Dutra e Silva, Cecilia Hauresko, Ariane
Carla Pereira Fernandes, Jó Klanovicz

Bibliografia

1. História. 2. Globo Rural. 3. Ruralidade. 4. Ecologia. 5. História
ambiental. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

| CDD 981

TERMO DE APROVAÇÃO

Denis Henrique Fiuza

Modernidade Discreta: o mundo rural brasileiro nas páginas da Revista Globo Rural (1985-2000)

Dissertação aprovada em 30/07/2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:



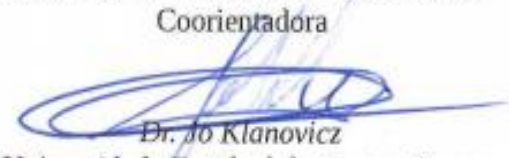
Dr. Sandro Duda e Silva
Universidade Estadual de Goiás
Titular



Dra. Cecília Horesko
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular



Dra. Ariane Carla Pereira Fernandes
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Coorientadora



Dr. Jo Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2018

A Cecília Fiuza (in memoriam)
Contadora de histórias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por ser o sustento e o sentido da caminhada diária. Se em nenhum momento hesitei em seguir a diante foi pela certeza de que há algo maior a me conduzir. Gostaria de agradecer à minha família, sobretudo à minha mãe, Jocerlene Aparecida de Lima, pela preocupação constante, pela torcida e pelo apoio incondicional. As minhas avós Cecília Fiuza (*in memoriam*) e Maria Camargo de Lima e aos meus irmãos Alisson Fiuza e Aline Aparecida Fiuza.

Agradeço também ao meu orientador Prof. Dr. Jó Klanovicz, que com atenção e serenidade conduziu esta pesquisa. Obrigado pelo incentivo e pela solicitude com que administrou este percurso. Agradeço também a minha co-orientadora Prof^ª. Dra. Ariane Pereira, que entrou nessa pesquisa no momento crucial, trazendo contribuições que foram determinantes, especialmente através do rigor pelo qual analisou as várias versões deste trabalho, lapidando meu texto e organizando meu raciocínio. Os méritos que este trabalho possa vir a receber devem ser inteiramente compartilhados com vocês dois.

Aos professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, especialmente ao professor Vanderlei de Souza que, desde a iniciação científica realizada durante a graduação até a disciplina de Seminário de Pesquisa, agora no mestrado, foi essencial para minha atuação na pesquisa em história. A professora Rosemeri Moreira, pela disciplina ministrada que me enriqueceu enquanto historiador e pela orientação no estágio de docência realizado em sua turma da graduação em história.

A professora Cecilia Hauresko, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, pelas discussões e aprendizados em sala de aula e na saída de campo realizada durante a disciplina Representações Sociais do Rural, que enriqueceu sobremaneira esse processo de pesquisa e por aceitar compor minha banca de mestrado. Ao professor Jeferson Olivato, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicentro, pela disciplina ministrada e pelas importantes reflexões da mesma.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado do Paraná que possibilitaram minha pesquisa no arquivo de periódicos da revista *Globo Rural* em Curitiba/Paraná. A Rádio Cultura pelo espaço para arrecadação de revistas, aos doadores, especialmente a senhora Alsení que, além da doação de exemplares, compartilhou um pouco de sua experiência de vida. A secretaria do PPGH-Unicentro, especialmente a Cibele pela solicitude em colaborar em diferentes momentos.

Aos professores Sandro Dutra e Silva e demais membros da banca pelas contribuições e seriedade apresentadas no momento da qualificação. Todas as sugestões foram importantes para a concretização dessa dissertação.

Aos colegas do mestrado, dos quais guardarei lembranças agradáveis dos momentos em que passamos juntos, especialmente as viagens a Irati e a participação no Simpósio Nacional de História em Brasília/DF: Marcelo Alberto e Dalvana Fernandes. Agradeço especialmente a vocês pelo estreito diálogo em que compartilhei incertezas e entusiasmos em relação a este trabalho. Agradeço a amiga querida que conheci em Brasília durante o Simpósio, Daysi de Souza Leite, levaremos para a vida todas as lembranças e conhecimentos compartilhados.

Aos meus professores e professoras do curso de graduação em História, que de uma forma ou de outra contribuíram para o percurso que segui até aqui, especialmente a Luciana Klanovicz, grande responsável por despertar meu interesse pela pesquisa em história, a Caroline Tecchio, Terezinha Saldanha, Maria Paula Costa, Beatriz Anselmo Olinto e Elenita Malta Pereira.

Agradeço de maneira especial as amigas Emily Ribeiro e Priscila Guedes pela amizade que se iniciou ainda durante o curso de graduação, pelo início do percurso dessa pesquisa quando fomos a Rádio para pedir doações de revistas e por todos os momentos de descontração. Ao Willian de Souza pelo companheirismo e apoio nesse processo. Ao Rodrigo pelas dicas e auxílio na pesquisa. A Carolina e Evanilda pelo apoio e colaboração, a Maisa, Fabiola, Jakeline, Cassiane e Lourdes. Obrigado pelo carinho e pela estreita relação que nos une.

Por último, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) e a Fundação Araucária pelo financiamento desta pesquisa, sem a qual dificilmente poderia ser realizada.

*Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.*

*Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
não desanimo,
Procuro sempre.*

*Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra.*

(Carlos Drummond de Andrade,
“A Palavra Mágica”. In: Discurso de Primavera)

RESUMO

Nesta dissertação exploro a construção de narrativas que propagam a ideia de “nova ruralidade brasileira” e “nova valorização do ambiente rural” pela revista *Globo Rural*, nas décadas de 1980 e 2000. Discuto as ideias como agentes ecológicos, entendendo esse tipo de produção midiática como definidora de perfis e construtora de agendas públicas ligadas ao mundo rural contemporâneo. A partir de uma história ligada às perspectivas e às narrativas sobre o mundo rural brasileiro, analiso especialmente a incorporação de um discurso particular que visava modernizar a agricultura e o agricultor, calcado numa ideia de ruralidade que subordinaria o campo à cidade. *Globo Rural* surgiu em 1985, ano que marca o fim da ditadura militar no Brasil e o reforço da segunda redemocratização, num contexto histórico marcado pelo fortalecimento de pautas ambientalistas ao mesmo tempo em que havia um incremento significativo do ideal modernizador. Essa análise se debruça sobre o período que considero como o primeiro momento da trajetória da revista, partindo da premissa de que inicialmente ela propunha o rural como um ambiente a se viver e produzir incluindo pequenos produtores, instrumentalizando os mesmos para adentrar na modernização e, num segundo momento, a ênfase no agronegócio.

Palavras-chave: *Globo Rural*; ruralidade; ecologia; história ambiental;

ABSTRACT

In this thesis, I explore the construction of narratives that propagate the idea of "new Brazilian rurality" and "new appreciation of the rural environment" by *Globo Rural* magazine in the 1980s and 2000s. I discuss the ideas as ecological agents, understanding this type of media production as a profile-definer and public public interests constructor linked to the contemporary rural world. Starting from a history related to perspectives and narratives about the Brazilian rural world, I especially analyze the incorporation of a particular speech that aimed at modernizing agriculture and the farmer, based on an idea of rurality that would subordinate the countryside to the city. *Globo Rural* magazine emerged in October 1985, a year that marked the end of the military dictatorship in Brazil and the reinforcement of the second redemocratization, in a historical context marked by the strengthening of environmental guidelines while at the same time there was a significant increase of the modernizing ideal. This analysis focuses on the period which I consider to be the first moment of the magazine's trajectory, starting from the premise that initially proposed the rural as an environment to live and produce including small producers, instrumentalizing them to enter the modernization and, in a second moment, the emphasis on agribusiness.

Keywords: *Globo Rural*; rurality; ecology; environmental history;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da edição número 1 de Globo Rural 30.....	45
Figura 2: Anúncio de Freezer Consul.....	48
Figura 3: Anúncio de produtos veterinários.....	49
Figura 4: Capa da edição 114 - Imagem de Amilton Vieira – Família Maieski.....	50
Figura 5: Anúncio de máquinas – Empresa de tratores New Holland.....	57
Figura 6: Capa da edição 137 – A Hora da Eficiência.....	58
Figura 7: Capa da edição 08 – A nova cara do trabalho no campo.....	59
Figura 8: Capa da edição 54 – Natureza Congelada.....	61
Figura 9: Dona Alice em 1946 e 1986, na mesma janela: antigamente era bem mais feliz.....	75
Figura 10: Capa da edição 16 – O Grito do Pantanal.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	33
GLOBO RURAL E A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO	33
1.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO SEGUNDO PÓS-GUERRA	33
1.2 A MODERNIDADE E AS TEORIAS DA MODERNIZAÇÃO	41
1.3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E SEU IMPACTO NA IDEIA DE RURALIDADE NO BRASIL	43
CAPITULO II	64
SÍNDROME DE NOSTALGIA RURAL / MEMÓRIA RURAL	64
2.1 A URBANIZAÇÃO	77
2.2 SÍNDROME DE NOSTALGIA RURAL: A NATUREZA.....	81
2.3 O COTIDIANO RURAL.....	86
2.4 O TERCEIRO VETOR: O TURISMO RURAL	91
CAPITULO III	101
O GRITO DO PANTANAL: A NARRATIVA APOCALÍPTICA DA REVISTA GLOBO RURAL	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
FONTES.....	129
BIBLIOGRAFIA.....	130

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a constituição do ambiente rural e dos sujeitos a ele ligados e descritos como “modernos”, por meio de discursos da revista brasileira *Globo Rural*, entre 1985 e 2000. Percebo que os discursos publicados por esse periódico projetaram no cenário midiático nacional um ideal específico de ruralidade e de mundo rural, que foi construído como “modernidade discreta” (GLOBO RURAL, edição n.257, 2007, p.92).

A revista *Globo Rural* é um periódico inicialmente impresso, criado em 1985 pela empresa de comunicações e jornalismo Organizações Globo, do Rio de Janeiro/RJ. O periódico colabora, desde sua criação, com o programa de televisão de mesmo nome, estabelecido pela mesma empresa no início de 1980. Tanto o programa televisivo quanto a revista vieram a se autoconstruir como portavozes do “campo brasileiro”, com o objetivo de “informar o homem do campo” acerca da agricultura moderna.

A década de 1980 apresenta-se como um momento interessante na história da agricultura no Brasil. É o tempo da mescla dos anseios e resultados tecnológicos da modernização da agricultura, tendo por base uma recepção específica das promessas da Revolução Verde, que foi apresentada desde os anos 1960 como uma das principais plataformas geopolíticas dos Estados Unidos da América para que países subdesenvolvidos.

É o tempo, também, de um paradoxo no qual a intensa modernização das atividades agrícolas brasileiras convivia com a dependência do Brasil com relação a variedades agrícolas importadas, desde o arroz até o feijão, produtos fundamentais na mesa das famílias brasileiras. É o tempo, ademais, da descoberta das calamidades e das ameaças que fertilizantes, agrotóxicos, mecanização, concentração de terra e de renda e proletarização do campesinato trouxeram à vida humana e ao meio ambiente (GLAESER, 2011, p.2).

Ademar R. Romeiro (2011), ao discutir o desenvolvimento agrícola brasileiro, pontuou que o país, nessa época, ainda apresentava escassez de alimentos, enquanto a exploração predatória da natureza e o desemprego crônico conviviam lado a lado com o sucesso comercial da agricultura de exportação (ROMEIRO, 2011, p.60).

A análise sobre a *Globo Rural* levou-me a perceber que o homem rural e o novo rural que ela retrata seguem um caminho de convergência, nos primeiros anos, com a crítica da própria Revolução Verde, mas que, a partir dos anos 2000, ela abraça

diretamente o agronegócio como elemento fundamental de publicação, identificando-o aos ideais de modernização.

Nesse contexto que vai do surgimento da revista até os anos 2000, em meio à emergência da preocupação ambiental na agricultura em nível mundial, de qual agricultura moderna a revista *Globo Rural* está falando? Em outros termos, qual é o agricultor que essa revista nomeia, classifica e estrutura (FOUCAULT, 2007), levando em conta à própria construção que ela faz de um mundo rural novo para o Brasil?

A revista *Globo Rural* veio a denominar esse novo mundo rural como uma “modernidade discreta”, na medida em que desenhava e traçava uma ruralidade representada por uma guinada ecológica e pela construção da memória rural ao longo do percurso que analiso aqui. Nesse sentido, esta pesquisa está voltada a problematizar as percepções do mundo rural e de “homem do campo”, realizadas pela revista.

O trabalho com a mídia impressa ligada à transformação das paisagens e das pessoas no mundo rural não é recente, do ponto de vista das áreas de conhecimento interessadas no tema. Essa mídia veio a constituir, como apontam Miriam Mgbakor et al. (2013, p. 127), veículos para a rápida e ampla transmissão de informações na agricultura moderna, tendo de dialogar e disputar a nomeação dos agricultores, seus interesses e necessidades, o formato desejável da informação, as crenças e atitudes frente ao novo, as melhores maneiras de apresentar a agricultura moderna, bem como o custo dessa informação (MGBANKOR, 2013, p.127).

No momento em que *Globo Rural* passa a ser exibido na televisão e publicado em revista, o personagem agricultor passa a ser retratado na imprensa de forma diferenciada. Ele já fazia parte de manchetes e reportagens, todavia, era visto de forma pejorativa, ou mesmo, não era ele a peça central daquele veículo de comunicação. Na propaganda da edição nº 1 de *Globo Rural* impressa ele é colocado como o centro de sua linha editorial: “essa revista vai seguir a mesma linha de atuação do programa: valorizar o homem do campo e sua terra” (GLOBO RURAL, 1985, n.1 p. 82).

A revista e o programa de TV constroem uma imagem para esse indivíduo que passa a ser vinculada em suas edições. O homem do campo incorpora também uma nova concepção de campo, que inclui uma diversidade de atividades relacionadas à agricultura, pecuária, pesca, caça, minas, florestas, os caiçaras e ribeirinhos, entre outros. A revista procura expandir não apenas seu público, mas também o alcance desse conceito, anteriormente limitado à conflitos no campo, a pobreza e a doença.

Nesse sentido, é lançada em setembro de 1987 a coleção “Livros *Globo Rural*”, em que seriam abordados diversos temas voltados para a agricultura, especialmente aqueles que repercutiram nas edições anteriores da revista e do programa de televisão. De acordo com o anúncio feito na edição 24, de setembro de 1987:

A marca *Globo Rural* e o homem do campo já se conhecem muito bem. Pode-se dizer até que são velhos amigos. Esse conhecimento começou há mais de sete anos, desde que foi ao ar o primeiro *Globo Rural* na Rede Globo de Televisão. Mas os encontros das manhãs de domingo pareciam poucos e passageiros e alguma coisa dizia que esse diálogo, essa troca de informações, de técnicas e experiências tinha que ser aumentado, ampliado. Veio então a revista *Globo Rural* em outubro de 1985. E veio com competência, tornando-se em pouco tempo uma das quatro revistas de maior circulação do país. A conversa saiu da sala da TV e foi para a casa toda. Os minutos de vídeo passaram para horas, dias e meses de leitura constante – reportagens, notícias, opiniões, respostas a consultas, receitas, até artigos de célebres escritores (GLOBO RURAL, 1987, n.24, p.42).

Como destaca o recorte acima, a revista tornou-se uma das quatro maiores magazines do país. Ela conseguia se tornar uma das principais revistas por meio da divulgação de novas máquinas e insumos agrícolas, bem como proporcionar uma visibilidade maior sobre o mundo rural, para diversos públicos. Segundo os editores “o agricultor gostou. Basta ver a montanha de cartas (mais de mil por mês) que desabam na redação. O sucesso da revista provou, de uma vez por todas, que o agricultor brasileiro lê. Sabe o que ler e procura ler o que tem qualidade” (GLOBO RURAL, 1987, n.24, p.42).

A revista destacava algo importante nesse trecho da matéria: “o agricultor lê”. Do ponto de vista da mídia impressa e da mídia nacional da década de 1980, a *Globo Rural* inseria-se como um periódico fundamental na construção de novos discursos sobre o rural, bem como, positivamente, viria a combater inúmeros preconceitos de setores sociais com relação ao campo, entre eles a ideia de que o mundo rural era espaço afastado do conhecimento, e de que seus habitantes eram atrasados, iletrados e doentes.

A partir dessas constatações, a revista funda então a coleção de livros, que foram “escritos pelos professores das faculdades de ensino agrícola, pesquisadores, veterinários, engenheiros agrônomos e outros especialistas, numa linguagem bem direta, marca registrada de *Globo Rural*” (GLOBO RURAL, 1987, n.24, p.42) também como mais uma ferramenta para colocar os agricultores sob a tutela dos profissionais dessas áreas.

Nessa perspectiva, o ambiente rural, muitas vezes considerado sob a ótica da precariedade, da pauperização e do atraso, o lugar das ausências e das desqualificações, sem energia elétrica, sem água encanada, sem saúde, sem escolas ou estradas, passava a ser retratado como um local produtivo, de inúmeras possibilidades de vida, de lazer e que deveria ser valorizado e desenvolvido pelo país.

Dessa maneira, esta dissertação busca analisar, a partir da perspectiva de uma história ligada aos olhares e às narrativas sobre o mundo rural brasileiro, como a revista *Globo Rural* construiu uma ideia de ruralidade e de modernização da agricultura no país. Essa narrativa qualificada pela revista como “modernidade discreta”, entre as décadas de 1980 e 2000, especialmente veio a ser modificada no final do período, quando é possível observar, inclusive, a emergência de uma preocupação ecológica em suas páginas, não deixando, contudo, de subordinar o campo à cidade.

Depois de realizar a catalogação dessa revista em sua totalidade, e compreendendo a complexidade da narrativa de *Globo Rural*, percebi que ela realizou uma ruptura editorial nos anos 2000, com modificações técnicas importantes e mudança no foco das reportagens sobre o mundo rural. Inicialmente, é perceptível que a revista busca atingir não só os grandes produtores e o agronegócio. Conteúdos conciliavam necessidades, negócios e interesses do agronegócio em sentido amplo, considerando, também, as especificidades e a importância da pequena propriedade rural, enfatizando memórias rurais e as vivências de antigos agricultores e antigas agriculturas, antes daquelas modernizadas.

Entre 1997 e 2005, porém, a revista inicia um processo de transição, para então enfatizar um conteúdo voltado quase totalmente ao agronegócio e à agricultura altamente industrializada, com discursos cada vez mais imponentes acerca da produtividade do campo. Em propaganda vinculada à televisão durante todo o ano de 2017, *Globo Rural* afirma que a revista tem como meta “traduzir o agronegócio” do qual ela é “pioneira”. Embora recentíssima, tal perspectiva mostra, atualmente, a consolidação das mudanças de foco da revista, o que se percebe pela transformação na ideia de campo rural em local para produção em grande escala, nos moldes clássicos da agricultura convencional moderna. O discurso ecológico pautado pela revista, nesse sentido, não está distante da perspectiva de comodificação da natureza e do contato lucrativo com o mundo natural, inclusive quando a revista incorpora as experiências turísticas como plenamente viáveis do ponto de vista econômico.

Na edição de 13 anos da revista, em outubro de 1998, os editores destacam “a roupa nova” em seu editorial (GLOBO RURAL, 1998, n.156, p.5). De acordo com eles “o editor de arte, Antonio Carlos Guimarães, optou por um modelo que mantém a sobriedade praticada desde a primeira edição, mas emoldurando com contornos de leveza”. Além disso, é interessante notar que a seção “Economia”, editado como um bloco no final passa a integrar a revista na sequencia normal das reportagens, e não mais como algo a parte (GLOBO RURAL, 1998, n.156, p.5).

Na edição 180, de outubro de 2000, comemorativa dos 15 anos da revista, os editores destacavam que, com o redesenho gráfico inaugurado naquele volume, as inovações tecnológicas da agricultura passavam a ser contempladas em coluna específica, intitulada “Tecnologia”, em substituição à seção “Novas Técnicas”, presente desde a primeira edição. Nesse sentido, se antes o objetivo era apresentar e inserir o homem do campo nas “novas técnicas”, nesse momento a questão passa a ser aprofundar o uso de tecnologias no campo (GLOBO RURAL, 2000, n.180, p.6).

Ao mesmo tempo, o editorial destacava o agronegócio como carro chefe da publicação. Foi criada, também, uma seção ligada a notícias de internet e informática, refletindo a ênfase ainda maior sobre o agronegócio e um retratar do campo ligado à presença de tecnologias, o que é um cenário bastante distante da agricultura pauperizada tradicional.

Dito isso, o foco desta dissertação é analisar especialmente o primeiro momento da trajetória da revista, porém sem isolá-lo do contexto maior, partindo então da premissa de que inicialmente a revista propôs o rural como um ambiente a se viver e produzir incluindo os pequenos produtores, instrumentalizando os mesmos para adentrar a modernização da agricultura e assim permanecerem no campo.

Dessa forma, busco evidenciar a escrita de um mundo rural brasileiro entre os anos 1985 e 2000 pela revista *Globo Rural*. De forma a contextualizar a publicação em meio ao Brasil Contemporâneo e refletir sobre como uma nova ruralidade emerge e é expressa nas páginas de *Globo Rural*.

O corpus documental que analiso visa refletir sobre essas questões. Debruço-me sobre os exemplares de *Globo Rurais* publicados mensalmente, entre outubro de 1985 e janeiro de 2000, tendo como objetivo levantar as reportagens sobre a temática em questão e compreender a estruturação da mesma dentro desse periódico. O acervo completo dessa revista encontra-se a disposição para análise na Biblioteca Pública do Paraná, localizada na cidade de Curitiba, Paraná. Além disso, para essa pesquisa

também utilizo de edições disponibilizadas pelo Laboratório de História Ambiental, da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), no Paraná.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram reunidos os 181 exemplares da revista *Globo Rural* que correspondem aos 15 anos do recorte cronológico adotado. A partir daí, procurou-se identificar as reportagens mais relevantes para a análise. Durante a triagem, 120 revistas foram selecionadas e o critério para seleção das reportagens foi a relação direta com os temas da modernização da agricultura, da nova ruralidade e da memória rural. Além disso, foram utilizadas reportagens comemorativas de aniversários da revista, entrevistas com jornalistas de *Globo Rural* à imprensa e a outros pesquisadores, além de comerciais da mesma na televisão.

Nesse sentido, a partir do contato com o acervo e baseado no recorte temático e temporal escolhido, busquei perceber como a revista trabalhava o que se pode denominar de “nova valorização do ambiente rural” identificada em sua trajetória. José Eli da Veiga (2006) identificou o surgimento de uma “outra ruralidade” nos países desenvolvidos no século XX, com características similares as que a revista *Globo Rural* viria a apontar na década de 1980 para o ambiente rural brasileiro, aspectos que iniciaram um processo de propaganda desse ambiente, com o objetivo de manter e atrair novos sujeitos para esses locais.

Dentre esses aspectos, destaco a modernização da atividade agrícola das pequenas propriedades, a preservação ambiental e o consumo de energia renovável e a reconstrução do patrimônio das tradições e da memória rural como forma de chamar a atenção através da nostalgia da infância no campo. Eles aparecem sob diferentes enfoques, desde a primeira edição de *Globo Rural*, especialmente nos editoriais, em reportagens, nas cartas dos leitores e na seção Leitura. A revista destaca que pretende integrar e fazer parte desse debate ou, pelo menos, dar visibilidade ao tema.

De acordo com Veiga (2006) um dos vetores que apontam para o nascimento de outra ruralidade é a ênfase na preservação da biodiversidade, a ecologia e a utilização de fontes de energia renováveis. Destarte, a revista *Globo Rural* defende um rural “para os que amam a natureza” e que preservam a flora e a fauna nacionais. Nesse sentido, a partir da história ambiental cultural e de leituras que se ligam à ecocrítica, analiso a incorporação da ecologia e de demais conceitos a ela correlatos pela revista.

A revista *Globo Rural* sempre fez parte do meu mundo de leitura, desde a infância. Ainda criança minha mãe trouxe para casa alguns exemplares da mesma que havia ganho de uma amiga para que eu e meus irmãos utilizássemos seus recortes para

atividades escolares . Depois, já na graduação, através da disciplina de pesquisa realizei uma aproximação com a história a partir da imprensa, que dentre as demais formas de escrever a história, mais me chamou a atenção, especialmente conhecendo trabalhos realizados através da mesma.

Nessa mesma disciplina, por iniciativa da professora, foram realizadas conferências com pesquisadores da área de história que explanaram um resumo de sua pesquisa. Dentre esses, o historiador Jo Klanovicz, que apresentou sua pesquisa e salientou alguns aspectos referentes a história ambiental, com isso surgiu meu interesse por essa área da história.

Sendo assim, quando decidi pesquisar um objeto relacionado à história ambiental me interroguei sobre que fontes e temáticas a pesquisar, foi então que me veio à lembrança da revista *Globo Rural*. Em seguida, procurei coletar exemplares da mesma, além de realizar as primeiras leituras teóricas sobre história ambiental.

Ademais, a revista *Globo Rural* representava para mim um arquivo de histórias do campo, a grande quantidade de imagens me chamava à atenção e reverberava parte da minha experiência suscitando inúmeros questionamentos. Mesmo tendo nascido na cidade, embora interiorana, com características tidas como ‘rurais’, todos os meus familiares são ex-moradores do campo, e o contraste entre campo e cidade sempre fez parte da minha infância, seja pelas lembranças que faziam, seja pelas visitas a outros familiares que viviam em localidades rurais. A expressão “saudade do campo” e as características desse ambiente, contrastadas as da cidade, sempre fizeram parte de meu dia-a-dia.

O historiador Antoine Prost (2008) aponta que “qualquer ofício intelectual implica diretamente à própria pessoa” e que “o enraizamento existencial da curiosidade no âmbito da história explica a constância da pesquisa”, sendo que o historiador “ao debruçar-se sobre a vida e morte dos homens do passado, ele trabalha também sobre sua própria vida e morte”. Entretanto, Prost alerta sobre a questão do historiador situar-se entre “o mais subjetivo e o mais objetivo”, podendo ser enraizada na personalidade do seu formulador desde que seja concordante com os documentos em que ele fundamenta sua resposta (PROST, 2008, p. 88-89).

Acredito que esta investigação se justifica especialmente por dois motivos. O primeiro é a necessidade de se compreender melhor as narrativas sobre o mundo rural brasileiro contemporâneo. Apesar disso, não pretendo explicar a constituição do ambiente rural em seu sentido estrito, mas analisar as continuidades, rupturas e conflitos

internos da revista *Globo Rural* que construíram ideias sobre o campo, sobre a nova ruralidade, sobre seus moradores.

O segundo motivo é a carência de trabalhos na área da história ambiental realizados com fontes exclusivamente extraídas de revistas. Muitas utilizam esse tipo de material como apoio, ou para verificação de informações, a própria revista *Globo Rural* é pouco utilizada como fonte na historiografia. Pelo levantamento bibliográfico realizado, foram encontrados apenas trabalhos nas áreas de comunicação e jornalismo que tratavam especificamente da revista *Globo Rural*.

Sobre a temática ambiental por meio da imprensa, destaco a dissertação de Thales Haddad Novaes de Andrade (1994), intitulada “Meio Ambiente e Imprensa: estudo sobre a Eco-92 e o Fórum Global”, sendo que o autor realizou uma análise sociológica da apropriação da questão ecológica na imprensa dos anos 1980 e 1990.

Utilizando especificamente a revista *Globo Rural* encontra-se a tese de Laene Mucci Daniel (2010) que analisa “As representações sobre o rural nos anúncios veiculados na revista *Globo Rural* entre 1980 e 2000”. A autora analisa os anúncios publicados pela revista *Globo Rural*, entre as décadas de 1980 e 2000. Já na área da Comunicação Social e do Jornalismo, ressalto a pesquisa de Gislene Silva (2009) que atuou como jornalista na revista *Globo Rural* de 1990 a 2001.

Em seu livro *O Sonho da Casa no Campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos*, publicado em 2009 como resultado de sua tese em ciências sociais/antropologia, Gislene Silva destaca que ao sonhar com a casa no campo, os leitores urbanos da revista não apenas se voltam de maneira saudosa para o passado rural, assim como tecem uma crítica profunda ao modelo civilizatório da urbanidade.

Alguns trabalhos abordaram o programa de televisão *Globo Rural*, dentre eles cito Marcelo Jorge Pereira (2005) com o título “O *Globo Rural* e a Comunicação no Campo” e Júlio César Degl’iespost (2009) com “A Grande Reportagem na Televisão Brasileira” onde o autor evidencia a realização de um novo estilo de jornalismo voltado para o campo com o surgimento do programa *Globo Rural*. Já Eliane Deák Silva (2011) discute em sua dissertação as narrativas do *Globo Rural* Diário, analisando especificamente a comunicação imediata de notícias voltadas ao homem do campo.

Evidencio também o trabalho de Wanda Latmann Weltman (2008) sobre a divulgação científica e agropecuária na revista *Chácaras e Quintais*, em que procura entender o papel da revista na articulação entre cientistas e políticas agrícolas nas primeiras décadas do século XX. Além desse trabalho, a dissertação em Comunicação

de Angela Camana intitulada “Discursos sobre a Revolução Biotecnológica: sentido e memória em textos da *Globo Rural*” procura compreender a partir do jornalismo ambiental como a revista *Globo Rural* produz sentidos e problematiza a questão de patentes de sementes.

E ainda, em relação às correspondências enviadas à *Globo Rural*, Castro (2009) discute sobre as cartas na contemporaneidade ressaltando a utilização das mesmas pelos meios de comunicação *Globo Rural*. E, por fim, na área de Agronomia destaco o trabalho de Maria Elizabete Barreto de Menezes Lopes (2010) “Agrotóxicos na Imprensa: análise de algumas revistas e jornais brasileiros”. A autora realiza a análise da representação dos agrotóxicos em algumas revistas e jornais brasileiros, dentre elas a *Globo Rural*.

A imprensa e o mundo rural no âmbito das intersecções História Rural-História Ambiental

Para abordar a revista, levo em consideração às práticas historiográficas que se debruçam sobre periódicos. Essas práticas adentraram a historiografia com mais ênfase nos anos 1980, com a chamada Nova História Cultural, momento em que acontece a multiplicação de estudos a partir de impressos.

Esse contexto também é resultado da abertura da historiografia a variados tipos de fontes históricas principalmente com a fundação da revista *Annales* em 1930 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. A variedade de fontes viabiliza aos historiadores e historiadoras a compreensão de diferentes percepções da cultura de sociedades do passado e da construção e desconstrução de sua própria sociedade.

Embora enfrente resistências, seu uso tem se intensificado, já que esses objetos alargam as possibilidades da análise histórica. Como aponta Tania de Luca (2005, p. 111), foi a partir da década de 1970 que a importância dos impressos, tanto para escrever a história da imprensa, quanto para mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa foi se desenvolvendo e ocupando espaços na academia.

Afinal, a escrita da História por muito tempo foi ligada a utilização de documentos oficiais para a reconstrução de acontecimentos majoritariamente políticos. Esse tipo de documentos parecia expressar a “verdade” dos fatos passados e como destaca Tania de Luca (2005, p. 111), segundo essa concepção de historiografia,

historiadores e historiadoras, deveriam se ater a fontes “marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo”. Nesse sentido, revistas e jornais não correspondiam a essa exigência, pois, essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões (DE LUCA, 2005, p. 111).

Segundo Maria Helena Capelato (1988, p. 20) a imprensa é fonte de sua própria história e das situações mais diversas, meio de expressão de ideias e depósito de cultura (CAPELATO, 1988, p.20). O uso de fontes impressas na escrita da história amplia as perspectivas de compreensão das sociedades do passado, suas percepções culturais e seus costumes, além de movimentos políticos e econômicos que elas veiculam (CAPELATO, 1988, p.20).

A utilização de revistas como fonte histórica demanda do historiador e da historiadora a utilização de métodos e técnicas científicas próprias, pois, esse tipo de objeto traz à tona um conjunto de expressões lúdicas, diversificadas ferramentas e aportes de um periódico, o que serviu também para atrair pessoas para esse campo:

Logo, a atração suscitada pela revista como documento, tornou-a irresistível, conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos. Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros — formato, papel, letra, ilustração, tiragem — sugerem indagações que prenunciam a carga de historicidade presente nas, hoje, velhas e amarelecidas publicações. Tem-se ali registro múltiplo, do textual ao iconográfico, do extra texto — reclame ou propaganda — à segmentação, do perfil de seus proprietários àquele dos consumidores (MARTINS, 2003, p.60).

A utilização, todavia, de fontes periódicas, de acordo com Martins (2003) deve se ater a questões essenciais e comuns a qualquer pesquisa através desse tipo de objetos. Por isso, Ana Luiza Martins (2003, p. 60) afirma ainda que o uso do impresso como vestígio do passado só é válido se levarmos em consideração “as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos” (MARTINS, 2003, p.60).

Portanto, uma das primeiras medidas a se tomar ao escrever a história a partir de periódicos é definir a segmentação que a revista apresenta em sua estreita relação com o público para o qual se dirige, “identificando interesses, valores e técnicas de cooptação de mercado” (MARTINS, 2003, p. 63).

Pode-se definir a escrita de uma revista através de diferentes perspectivas conceituais. Ao mesmo tempo, ela é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento (SCALZO, 2003). Apesar dessa diversidade, uma revista possui características que a diferenciam de outros meios de comunicação bem delimitadas, orientadas tanto por uma periodicidade singular quanto pela sua materialidade e forma de se relacionar com o público.

A revista opera constantemente numa lógica que visa ofertar modos de conhecer a realidade, informando e orientando sobre a nossa temporalidade complexa, ou seja, ela sustenta “um discurso imbricado na contemporaneidade, não apenas como lugar do atual, mas, especialmente de compartilhamento sobre o que importa saber agora e como deve agir o sujeito do seu tempo” (SCHWAAB, 2013, p. 68). Dessa forma, destaco que nesse tipo específico de fonte histórica e também veículo de comunicação mesclam-se linhas editoriais, institucionais, históricas e mercadológicas. Ao estar amplamente orientado pela noção de segmentação, o jornalismo de revista estabelece-se a partir das regras do funcionamento de uma economia de mercado centrada no consumo (STORCH e ELMAN, 2015).

Como explica Tavares (2008), a segmentação não se dá apenas pelo recorte de público, mas ainda de especialidade temática, de competências profissionais e discursivas. Dito de outra forma, uma revista segmentada é feita para uma audiência determinada e, por isso, exige textos, abordagens e coberturas particulares.

Nos anos 1980, publicações como a *Globo Rural* eram criadas para atingir públicos específicos. Por meio da segmentação, esses veículos abordavam, sob a ótica de um jornalismo especializado, temas como meio ambiente, agricultura, ciência, celebridades, economia, esporte, em observação à demanda de um grupo social de leitores e leitoras.

O público fragmentado e específico, aliado a um jornalismo igualmente segmentado e especializado construiria um pano de fundo peculiar para revistas de segmento agrícola como a *Globo Rural*: ao mesmo tempo em que, construindo sua circulação a partir de objetivos eminentemente comerciais, incluindo propaganda e publicidade, delineando desejos e expectativas, o periódico estava comprometido com uma visão específica de agricultura calcada na modernização estrita dessa atividade econômica, não podia deixar de verbalizar, ainda que indiretamente, a complexidade do mundo rural brasileiro contemporâneo.

Nos termos já citados por Maria Helena Capelato (1988), numa leitura sempre preocupada em perceber a imprensa como fonte de sua própria história e depósito de cultura, é impossível desconsiderar que o contexto de emergência dessa publicação em meio à segunda redemocratização brasileira da década de 1980 veio a fazer com que os próprios discursos sobre modernização agrícola da revista tivessem de discutir elementos novos e correlatos, próximos ao tema estrito da atividade. Na complexificação das questões sobre a modernização da agricultura nos anos 1980, principalmente em função das críticas ao movimento geopolítico e tecnológico chamado de Revolução Verde, as respostas do próprio mundo técnico-científico e cultural ligado à modernização das atividades agropecuárias foi construindo posições discursivas que poderíamos chamar de “distais”, nas quais agricultura se encontrava com ecologia, com saúde, com economia, com cultura, enfim, com outros temas por vezes dispersos ou invisíveis em momentos anteriores.

Nesse sentido é que esta investigação, ao abordar a *Globo Rural* em sua dimensão constitutiva de discursos específicos sobre o mundo rural brasileiro a partir dos anos 1980, incorpora preocupações próximas de histórias culturais da imprensa, da história rural e da história ambiental, especialmente por considerar que, para se pensar a agricultura moderna enunciada pela revista, é necessário enredá-la na dimensão contemporânea da temática das relações entre humanos e mundo natural, crucialmente vinculada à atividade agrícola que é, como Sara Gregg (2006) observa, o elo de ligação mais direto e complexo dessa relação historicamente construída.

Segundo Jó Klanovicz (2011), a história ambiental assumiu preponderância em moldes semelhantes aos atuais ainda na década de 1970, tendo como núcleo “a interpretação das relações entre humanos e mundo natural no tempo” (KLANOVICZ, 2011, p. 39). Além disso, esse historiador afirma que “até os anos 1980, as primeiras histórias ambientais tratavam de interpretar tais relações a partir do rastreamento e da genealogia de alguns conceitos como a ecologia” (KLANOVICZ, 2011, p. 39).

Nessa perspectiva, Jó Klanovicz (2011, p. 39) descreve ainda que:

Nos anos 1990, a história ambiental encontra outros lugares criativos para seu desenvolvimento, e as perspectivas fragmentam-se em uma multiplicidade de sentidos, de temas e de opções teórico-metodológicas. Haverá, a partir desse momento, aqueles que se debruçam sobre a análise da ideia de natureza partindo das descobertas da ecologia da década de 1970, especialmente aquelas que começarão a pensar na complexidade da natureza, e não apenas em sua ordem primordial (KLANOVICZ, 2011, p. 39).

Nesse sentido, essa pesquisa enfrenta o desafio de examinar as ideias como agentes ecológicos, percebendo-as em suas articulações e construções discursivas por meio de uma revista direcionada para um público interessado no mundo rural brasileiro, como a *Globo Rural*.

De acordo com o historiador ambiental Donald Worster (1991, p. 202), existem níveis em que a história ambiental funciona. O primeiro deles “trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; O segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente” (WORSTER, 1991, p. 202).

E o terceiro nível de análise, segundo esse historiador, é “aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). Essa análise se localiza nesse terceiro nível, refletindo sobre as ideias e percepções sobre a natureza e o ambiente rural presentes em *Globo Rural*.

Ao longo dos anos, os seres humanos além de modificar o ambiente em que viviam, criaram inúmeras representações e significados para esse espaço, as ideias sobre a natureza se multiplicaram e adquiriram aspectos diversificados conforme o contexto em que foram construídas. Vivemos uma expansão dos temas ligados à preservação do meio ambiente e à ecologia, em que essas ideias são diversas e complexas. A história ambiental contribui com “o estudo de aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião – deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza” (WORSTER, 1991, 210).

Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XX tornou-se impossível não relacionar a sociedade humana ao mundo natural, porém, observa-se que há entre os historiadores resistência na sua utilização, devido ao fato de, durante muito tempo, a história ter tomado por relevantes apenas os documentos escritos e oficiais, que tratavam dos grandes acontecimentos e dos feitos de personalidades importantes. Todavia, a ideia de que os seres humanos transformam seu ambiente não é nova, mas os impactos de suas ações por meio de uma interpretação que posiciona o ambiente como categoria e análise primordial na leitura de história é o elemento de diferenciação dessa abordagem.

Nesse sentido, Worster (1991) observa que a atitude de incluir a ação da terra no desenvolvimento da história, fazer dela “documento histórico” foi significativa na construção da história ambiental enquanto campo científico.

Nesse contexto, a história ambiental, em meio às transformações que se davam na relação seres humanos-natureza, tal como lida por movimentos civis, movimentos ambientalistas, movimentos antinucleares e à intensificação das discussões a respeito da consciência ambiental e da necessidade de preservação do meio ambiente. Donald Worster (1991) afirma ser um esforço revisionista com o objetivo de fazer a disciplina de história mais inclusiva. Portanto, a história ambiental, possui uma abordagem focada no entendimento de que o ser humano produz a história no tempo e no espaço, por isso, é necessário, “colocar o homem na natureza” (DRUMMOND, 1991, p. 4).

Consoante a isso, a ideia de natureza liga-se estritamente à ecologia e ao mundo das práticas agrícolas, paisagísticas, que, como descreve o ecocrítico britânico Greg Garrard (2006, p. 33), tem despertado preocupações específicas do mundo contemporâneo, especialmente fazendo surgirem os ambientalismo modernos, os ambientalistas e demais interessados por esse tema têm preocupações ecológicas diferentes. Ou seja, cada indivíduo pensa a natureza, ou mesmo, a ecologia, de forma variada, de acordo com sua realidade espaço-temporal. Segundo ele, os propagadores das ideias ecológicas seriam “uma variadíssima gama de pessoas interessadas em questões ambientais como o aquecimento global e a poluição” (GARRARD, 2006, p.33), procurando encontrar diversas formas para combater esses processos e melhorar o padrão de vida da sociedade. Muitos desses fatores pelos quais o ambientalismo, enquanto movimento mundial, teria se tornado extremamente poderoso e difundido.

Trazer a revista *Globo Rural* para essa análise significa localizá-la no debate recente sobre ecologia e mundo rural. Em muitos momentos, a revista emite opiniões sobre essa temática, gerando até mesmo conflitos dentro de seu conselho editorial. Em junho de 1986, a estreita amizade entre o ambientalista brasileiro José Lutzenberger e o editor de *Globo Rural* João Costa levaria a publicação de uma ampla reportagem de cunho ecológico criticando o manejo do cancro cítrico visto por ele como inadequado por depredar o meio ambiente.

João Costa esforçava-se dentro da *Globo* para publicar matérias ‘protecionistas’, o que não era tranquilo, já que os maiores anunciantes da revista eram empresas de agrotóxicos. Dessa forma, embora contasse com esforço de vários jornalistas e editores ligados a posturas críticas em relação à ecologia, a narrativa da revista sobre este tema é

na maioria das vezes superficial. Como destaca Garrard (2006), em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, ambientalistas superficiais teriam assumido “posturas de transigência para com a ordem socioeconômica dominante”, afirmando ainda que “os partidos políticos têm de enaltecê-lo, pelo menos da boca para fora, e as indústrias reagem de maneiras que vão desde modificações dispendiosas de processos de produção até medidas “verdes” meramente cosméticas”.

Situo a importância dispensada à ecologia pela revista *Globo Rural* como secundária, abaixo das preocupações econômicas, mesmo quando houve mudanças consideráveis no seu escopo. Isso porque ela deixa a todo instante claro que seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e o aprimoramento das tecnologias que importam ao produtor rural em busca de inclusão no processo de modernização nacional.

Dessa forma, realizo algumas incursões ecocríticas sobre suas narrativas, observando as respostas, as representações e as nomeações que a revista estabelece com relação às questões ambientais. A ecocrítica, também chamada de "ecocriticismo" é “o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico”, a crítica das ideias e dos discursos sobre a natureza, à ecologia e o ambientalismo (GARRARD, 2007, p.360).

Ao longo dos séculos XIX e XX, intensificaram-se os debates e as produções literárias e científicas relacionadas à crise ambiental, identificada especialmente a partir do momento em que o avanço da Ecologia, como área do conhecimento, adquire representatividade como área legítima de conhecimento. Articularam-se ideias que levaram à fundação de movimentos, a publicação de livros e à constituição de campanhas de proteção à natureza. Garrard (2006, p. 13), ao analisar o livro de Rachel Carson *Primavera Silenciosa* (1962), considerado uma das obras inaugurais do moderno ambientalismo, aponta que: “[...] as estratégias retóricas, o uso da pastoral e de imagens apocalípticas e as alusões literárias com que Carson molda seu material científico são passíveis de uma análise mais “literária” ou “cultural”.

É relevante frisar que a ecocrítica, segundo Garrard (2006 p. 14), “é o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico” e se detém na análise das representações da natureza e do ambiente construídas ao longo da história. Glotfelt (1996 apud, Garrard, 2006, p.14) apresenta algumas questões enfrentadas pela ecocrítica, como por exemplo, “como é representada a natureza nesse soneto?” e “como se modificou o conceito de mundo natural ao longo do tempo?”. Além disso, a ecocrítica se debruça sobre o ambientalismo e as principais questões apresentadas são: “qual é a fecundação

cruzada possível entre os estudos literários e o discurso ambientalista?” e “como o ambientalismo construiu seu discurso ecológico?” (GARRARD, 2006, p. 14).

A ecocrítica é também um movimento político e filosófico. Garrard (2006, p. 14) afirma que é “uma modalidade de análise confessadamente política” e que os ecocríticos “costumam vincular explicitamente suas análises culturais a um projeto moral e político ‘verde’”, se aproximando assim da orientação dos movimentos ambientalista e ecologista.

Sendo assim, a ecocrítica contribui para uma análise mais profunda do ambientalismo e da relação seres humanos e natureza, ao invés daquela mais superficial que se tornou comum em quase todas as esferas da sociedade. Não se trata simplesmente de uma análise literal e fundamentalista desses processos impressos em fontes históricas, mas na sua ligação com o contexto em que estão inseridos e na sua relação com a cultura, com as ideias e as representações.

Nessa perspectiva, segundo o ecocrítico R. Kerridge (1998, apud Garrard, 2006, p. 15);

O ecocrítico almeja rastrear as ideias e as representações ambientalistas onde quer que elas apareçam, enxergar com mais clareza um debate que parece vir ocorrendo, amiúde parcialmente encoberto, em inúmeros espaços culturais. Mais do que tudo, a ecocrítica procura avaliar os textos e as ideias em termos de sua coerência e utilidade como respostas a crise ambiental.

Nas palavras do autor acima, percebo a ênfase da ecocrítica na análise “dos textos e das ideias” e de sua coerência e utilidade em relação à crise ambiental. Nesse sentido, a história ambiental também contribui, pois, como destaca o historiador ambiental Donald Worster (1991, p. 211) “o historiador ambiental tem que enfrentar o desafio de examinar as ideias como agentes ecológicos”. As ideias são socialmente construídas e elaboradas, expressões da relação cultural entre homens e mulheres com a natureza. Ambas, ecocrítica e história ambiental são fundamentais para analisar esse contexto.

Assim, visualizo que a revista mantém o ideário de publicidade de uma nova ruralidade que rompe com aquela já pontuada de maneira superficial, modificando de forma significativa o uso deste termo. Se antes o objetivo era promover mecanismos que auxiliassem a permanência dos indivíduos no espaço rural e atrair novos moradores, agora o campo passa a ser visto como um espaço exclusivo de aproveitamento econômico, seja através da agricultura industrializada, seja através do turismo.

Segundo Maria José Carneiro (2015, p. 56), “essa busca da natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo toma a forma de turismo, alternando o ritmo de vida local”. Nesse sentido, a nova ruralidade que é propagada valoriza o espaço rural como um local de fuga da vida agitada das cidades, mas sem se desvincular da mesma.

Em todo o Brasil existem áreas consideradas rurais, ou mesmo, pequenas cidades que não foram totalmente incorporadas a lógica urbana ou industrial. Nesses ambientes predominam atividades classificadas como agrícolas, como a criação de animais e a manutenção de ambientes naturais. Nesse contexto, José Eli da Veiga (2006) identificou um fenômeno novo que pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A “cidade e o campo teriam se casado, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza” (VEIGA, 2006, p. 331).

De acordo com Veiga (2006), a ruralização dos países centrais não desapareceu, mesmo com o acelerado processo de industrialização e globalização. Além disso, Veiga não se contentou com as hipóteses de que aconteceria uma completa urbanização ou aquele que descrevia como um renascimento rural:

Mesmo que não tenham plena consciência, todos os que pesquisam sobre a ruralidade estão sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural. Ninguém formulou a primeira de modo mais adequado do que o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em 1970. E ninguém foi tão oportuno em contrariá-la quanto o geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, desde 1972. Todavia, passados mais de trinta anos, a ruralidade dos países centrais não desapareceu, nem renasceu, o que legitima a opção por uma terceira hipótese que as supere. Ela foi esboçada em artigo anterior, que abordou a questão no amplíssimo âmbito do processo de “globalização”. Será aqui reexaminada à luz de novas evidências e do imprescindível aprofundamento da reflexão teórica (VEIGA, 2006, p. 333).

Para Veiga (2006) era necessário a formulação de uma nova perspectiva, que então denominou “nascimento de outra ruralidade”, em que “o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo”. Torna-se, segundo ele, “cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas” (VEIGA, 2006, p. 334).

Segundo Mendras (1988, apud CARNEIRO 1998), essas experiências, já conhecidas na realidade europeia nas últimas décadas do século XX, transformam o “campo” em um lugar de vida, mais que um espaço de produção agrícola.

Enquanto Veiga (2006) aponta para uma “Outra Ruralidade” nos países desenvolvidos, visualizo o nascimento de outra ruralidade no Brasil descrito no conteúdo da revista *Globo Rural* desde 1980. Em janeiro de 1998 a revista aborda pela primeira vez de forma significativa, através de reportagens, o turismo rural, descrevendo o que era e como colocar em prática, além de citar exemplos. Dessa forma, percebo que *Globo Rural* evidencia os três vetores da “Outra Ruralidade” destacados por Veiga (2006, p. 333):

[...] são três os vetores fundamentais dessa nova ruralidade: aproveitamento econômico das amenidades naturais por meio de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo; desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade; crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais (VEIGA, 2006, p. 333).

Esses três vetores ficam evidentes na relação da revista com os produtores rurais. A questão do turismo, das festas culturais e tradições relacionadas ao rural são perpassadas pela ideia de natureza. O “homem do campo” é entendido como aquele que valoriza a natureza, entretanto, ela é alocada dentro do princípio de desenvolvimento e progresso econômico. Assim, também a cultura e o cotidiano do campo são idealizados. *Globo Rural*, percebendo que esses fatores começavam a atrair as pessoas, eram motivo de sucesso, sendo extremamente rentáveis, passou então a propagar uma ideia de ruralidade “sustentável” “ecológica” e “bucólica” com objetivo de movimentar a economia e não mais de fixar os pequenos produtores e produtoras.

O sucesso de *Globo Rural* nas grandes cidades é também um indicador da valorização da “cultura rural” entre aqueles que vivem longe do que é visto como rural. Como afirma a jornalista Gislene Silva (2009), o século XXI viu o fervilhar de iniciativas de inserção do meio rural no urbano, como a abertura de lojas de moda *country*; os recordes de venda de discos de música sertaneja; os televisivos e concorridos rodeios, os inúmeros pesque pague no entorno metropolitano; a grande audiência de novelas de temas rurais, entre outros.

E inclusive, a publicação *Globo Rural*, juntamente com o programa de televisão e rádio, ambos no mercado de bens simbólicos, que tiveram um crescente aumento do público urbano nas últimas décadas. Segundo a jornalista de *Globo Rural* Gislene Silva

(2009), o fato de milhões de pessoas deslumbrarem-se com a vida iluminada das cidades não costuma despertar inquietações. A autora então se interroga: “sair do meio rural rumo ao meio urbano passou a ser visto como uma ação normal, mas por que, então, passou a ser tão comum moradores urbanos sonharem com uma casa no campo e se refugiarem em locais longe da cidade?” (SILVA, 2009, p. 01).

A partir dessa reflexão, percebo várias características desse contexto de uma nova ruralidade. Talvez não seja o caso de afirmar que o que estava acontecendo era um “êxodo urbano”, mas, uma “ruralização” cada vez mais acelerada, de uma valorização do ambiente natural, da cultura do campo, que não é a mesma anteriormente vislumbrada em outras épocas, mas uma “outra ruralidade”.

Como aponta Veiga (2006), a “outra ruralidade” se manifesta em evidentes progressos na direção da diversidade biológica e cultural, do aproveitamento econômico de suas amenidades, e de algumas fontes renováveis de energia”, mas, sua súbita efervescência e a crescente instalação da chamada “segunda moradia” tem iniciado um processo de transformação desses ambientes, e muitos indivíduos que migram para esse espaço, com único objetivo econômico, acabam degradando o mesmo, ao invés de valorizar o ambiente natural para preservá-lo (VEIGA, 2006, p. 335).

Essa nova ligação entre a sociedade e o ambiente, a conseqüente transformação da paisagem e a capacidade dos seres humanos de reinventar os modos de vida na terra precisam ser explorados de forma a concebê-lo como um processo histórico. A revista *Globo Rural* expressa esse contexto desde sua primeira edição de 1985, trazendo esse retorno de olhares para o campo, principalmente pela valorização do periódico e do programa de televisão em todo o país.

Segundo Maria Inês Medeiros Marques (2002, p. 97), o rural histórica e pejorativamente tem sido definido “a partir de carências e não de suas próprias características, e é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais”. Sendo assim, percebo que além de problematizar essa união que parece ser indissolúvel entre esses dois espaços, é necessário discutir as apropriações desses conceitos e aplicação dos mesmos no país. Ação essa que respaldo principalmente nas páginas de *Globo Rural*.

Na revista *Globo Rural*, o rural vai além do contrário do urbano, pois, a revista esta preocupada em retratar esse ambiente de forma a recriá-lo. Nesse sentido, além de destacar as características que acredita serem importantes, *Globo Rural* descreve esse

lugar como um espaço identitário, onde o brasileiro “se sente em casa”, onde o “amor pela natureza” e pala “vida na fazenda” são peculiares.

Segundo o historiador britânico Raymond Williams (2011, p 11), as concepções de campo e cidade foram historicamente construídas baseadas em alguns pontos básicos. Segundo ele “o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples”. Já a cidade “associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz” (WILLIAMS, 2011, p. 11). Saliento que grande parte dessas construções sobre o mundo rural aconteceram durante o período vitoriano na Grã-Bretanha, em meio à modernização do campo, especialmente recebendo os frutos da revolução industrial.

Segundo esse autor, também foram atribuídas associações negativas de valor simbólico, “a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação” (WILLIAMS, 2011, p. 11). Essas noções são percebidas no contexto brasileiro com facilidade, especialmente na literatura e nos demais discursos de intelectuais no período de construção da nacionalidade brasileira (1980-1930), mas também nas narrativas jornalísticas.

Entretanto, mesmo que em linhas gerais delimitem-se algumas características para esses locais, a realidade será sempre variada. Principalmente se tratando de um país vasto territorialmente e diversificado em relação ao clima, a cultura, paisagens naturais (flora e fauna). De acordo com Williams (2011), “a realidade histórica é surpreendentemente variada. A “forma de vida campestre” engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais” (WILLIAMS, 2011, p. 12).

É, todavia, evidente que a redução vira as costas para a construção histórica dos conceitos campo e cidade. Sendo que, ambas as expressões, de acordo com Raymond Williams (2011, p. 11) “são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas” (WILLIAMS, 2011, p. 11). E quando pensamos esses conceitos relacionando os mesmos a realidade brasileira fica difícil descrevê-los tendo em vista sua complexidade e abrangência.

Analisar a concepção de rural e de ruralidade presente na narrativa da revista *Globo Rural* nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI é essencial para compreender o contexto histórico do período. Pois, as ideias, como descreve Donald Worster (1991), atuam como “agentes ecológicos”, mas também como agentes

históricos importantes. E essas interpretações interferem de forma eficaz na realidade histórica. Quando afirmo, com Veiga (2006) que há “uma nova ruralidade surgindo” também no Brasil, não posso me furtar a compreender essa nova interpretação do campo que *Globo Rural* propaga.

Divido o texto em três capítulos, onde inicialmente investigo traços da trajetória da revista *Globo Rural* pensando-a dentro de um projeto de imprensa modernizadora da agricultura e da ruralidade e busco evidenciar a escrita de um mundo rural brasileiro entre os anos de 1985 e 2000, enfatizando as ligações, os encontros, os desencontros entre os conceitos de modernidade e modernização e seus reflexos na nova ruralidade representada pela revista, especialmente nos vetores (Veiga 2006) valorização da biodiversidade e utilização de fontes de energia renováveis.

No segundo capítulo o objetivo é discutir como a publicação se constrói como um arquivo de memórias sobre o campo. Analisar também a presença da ideia de natureza nessa narrativa. Rumo à modernidade discreta, a revista destaca que a modernização da agricultura deveria manter traços tradicionais “guardados” pela memória, como características culturais e ambientais do rural. Dessa forma, analiso os desdobramentos de uma propaganda de consumo da nostalgia rural, através de seções com esse viés e de reportagens relacionadas ao terceiro vetor descrito por Veiga (2006), o turismo rural.

E por fim, no capítulo três me debruço sobre a abordagem ecológica da revista. Especialmente a partir da narrativa apocalíptica da reportagem O Grito do Pantanal (janeiro, 1987).

CAPITULO I

GLOBO RURAL E A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO

O objetivo deste capítulo é analisar a construção de um discurso modernizador da agricultura brasileira, que foi pautado pela revista *Globo Rural*. Percebo que a revista buscou intensificar esse processo incluindo pequenos produtores, levando a eles o acesso a informação sobre o consumo de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos e técnicas em geral para aumentar a produtividade.

Busco refletir sobre esse discurso modernizador, destacando as várias faces que apresentou, especialmente a que sugere a propaganda de uma nova ruralidade. É nesse sentido que iniciei trazendo a reportagem que fecha o recorte temporal aqui analisado e anuncia a “modernidade discreta”. A edição 257, publicada em março de mês de 2007, trouxe em seu suporte a conclusão de uma mudança estrutural, que representava uma mudança de trajetória que aqui irei analisar (1985-2000), quando buscava direcionar pequenos produtores a adentrarem a modernização. Em 2007, porém, além de uma ‘modernização’ de formato e estilo, ela apresenta o rural já modernizado, grandes e pequenos produtores dentro da lógica de modernização, passando agora a apresentar as novidades da agricultura para ambos, ou até mesmo com ênfase no agronegócio.

1.1 MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO SEGUNDO PÓS-GUERRA

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelas discussões sobre a construção da nacionalidade brasileira (SKIDMORE, 1976). O país estava envolvido pelo “caos” do subdesenvolvimento que o separava do progresso. Segundo Jó Klanovicz (2007) as elites republicanas aspiravam ao progresso social, político e econômico do país e atribuíam importância à ideia de “novidade” representada pelo mundo urbano e industrial, contraposto ao mundo rural e retrógrado.

O caos era muitas vezes localizado nas áreas rurais e era, para a elite intelectual e urbana, tanto seus moradores, quanto a própria vida no campo. O campo era o motivo do atraso e da pobreza do país. O camponês era denominado “jeca” como havia formulado Monteiro Lobato, um homem pouco ávido ao trabalho e com costumes e tradições alheias àquelas idealizadas como modernas, comuns a pessoas moradoras das cidades.

Após a Segunda Guerra Mundial, percebe-se que esse cenário se mantém, como destacam Mello e Novais (1998):

Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de citadinos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, “superior”, que enxerga gente atrasada, “inferior”. A vida na cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa (Mello; Novais, 1998, p. 574).

Segundo Jó Klanovicz (2007, p. 6) Os “jecas” foram sucessivamente redefinidos, fazendo parte da iniciativa do governo que a partir da década de 1960 passou a enquadrar os agricultores a lógica da modernização da agricultura, “através de instituições de assistência técnica e extensão rural não passavam de agricultores coagidos pelo Estado a inserir suas propriedades na economia capitalista, transformar técnicas de produção e éticas de trabalho” (KLANOVICZ, 2007, p.6).

O período que sucede a Segunda Guerra Mundial é ainda um momento de tensão mundial, especialmente para os países dominados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, durante o espaço de tempo que ficou conhecido como a Guerra Fria. Segundo o historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 224) “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”.

Entretanto, o fim da Segunda Guerra Mundial significou para boa parte das economias capitalistas uma era de desenvolvimento, denominada como “Era de Ouro do Capitalismo” (HOBSBAWM, 1995). Vislumbra-se, segundo Hobsbawm (1995, p. 253) que a economia capitalista passou por transformações nunca vistas, atingindo principalmente o conjunto das economias desenvolvidas. Segundo esse autor:

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes (HOBSBAWM, 1995, p. 256).

Além disso, outro setor obteve transformações inéditas, a produção agrícola mundial que disparou nesse momento. A característica mais expressiva desse avanço foi o aumento da produtividade. Segundo dados apresentados por Hobsbawm (1995, p.

256) “a produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 — e mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático”. Nos países que sofreram diretamente com os resultados das guerras mundiais, o maior objetivo era restabelecer as condições “pré-guerra”. Ademais, a busca pelo progresso se intensificou em todo mundo, tanto nos países capitalistas quanto comunistas de forma conjunta a chamada “revolução tecnológica”.

Segundo Hobsbawm (1995, p. 259), “o que mais nos impressiona nesse período é a extensão em que o surto econômico parecia movido pela revolução tecnológica”. Nesse sentido, o autor destaca ainda que multiplicaram-se, não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente, mas outros inteiramente sem precedentes, e boa parte desses eram praticamente inimagináveis antes da guerra.

No Brasil, segundo os historiadores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais (2007) entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros era a de que faltava dar uns poucos passos para nos tornarmos uma nação moderna. Na década de 1950, segundo demonstram esses autores, havia o pensamento de que “estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos”, onde o país começava a combinar a “incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços que nos caracterizam como povo: a cordialidade, a criatividade e a tolerância” (MELLO; NOVAIS, 2007, p. 560).

De acordo com Mello e Novais (2007) nesses cinquenta anos que vão de 1930 a 1980, e de forma acelerada nos trinta anos que vão de 1950 a 1980, construímos uma economia moderna, incorporando padrões e características de países desenvolvidos. Em relação à produção, esses autores afirmam que “produzíamos quase tudo”, especialmente produtos como o aço, na Companhia Siderúrgica Nacional, o petróleo e outros combustíveis, o asfalto, o plástico, erguiam-se usinas hidrelétricas, começou-se a produzir cimento, vidro, indústrias já existentes cresceram como a do papel e a têxtil (MELLO; NOVAIS, 2007, p. 563).

Foi só durante o pós-guerra, especialmente após os anos 1950, que o Brasil passou por um processo de industrialização e urbanização decisivos, que modificaram toda a sua paisagem. Nesse momento setores tecnologicamente mais avançados se instalam no país e o êxodo rural chegou a níveis nunca vistos. A partir de 1964 com a mudança de regime político, sucedem-se também mudanças no modelo econômico, que segundo Mello e Novaes (2007) só seriam sentidas após os anos 1980.

Entretanto, inicialmente as mudanças causadas por esse “período de ouro” são mais perceptíveis nas cidades. Sendo que, os moradores das áreas urbanas viam-se inseridos na modernidade. Nesse sentido, conforme salientam Mello e Novaes (2007), os olhos “dessa gente moderna da cidade”, eram olhos de superioridade que enxergavam os moradores do campo como gente atrasada. Para Mello e Novaes (2007, p. 574), “Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo”.

Como apontei anteriormente, o período de desenvolvimento econômico pelo qual passou o país no Pós-Guerra propiciou também a caracterização da cidade como moderna e como lugar de progresso, enquanto o campo era tachado como lugar de atraso e seu morador era visto como matuto ou caipira. Segundo Mello e Novaes (2007, p. 574), “a vida na cidade atrai e fixa porque oferece mais oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa”.

De acordo com Jó Klanovicz, “o Brasil republicano buscou transformar a condição agrária, que era entendida pelas elites como retrógrada e subalterna”, para o grupo social dominante a vida no campo representava o passado de atraso do país em relação ao progresso trazido pela modernidade. Assim, a urbanização e a industrialização seriam as soluções, mesmo num país majoritariamente rural, com a economia baseada na produção agrícola.

Dessa forma, a partir dos anos 1950 a modernização da agricultura foi encarada como a solução para a retirada do campo da “zona de atraso” no Brasil. O principal meio foi abrir as portas do país para a Revolução Verde, largando de vez a inchada e tomando o trator e o agrotóxico como meio para aumentar a produção. Segundo Mello e Novais (1998):

O pequeno proprietário, o posseiro e o parceiro miseráveis não serão somente vítimas das peripécias da natureza. Nem o assalariado permanente, do vai-e-vem da exportação de café e do açúcar, das oscilações da colheita do café devido à geada ou as pragas. Agora, milhões de homens, mulheres e crianças serão arrancados do campo, pelo trator, pelos implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas, pela penetração do crédito, que deve ser honrado sob pena de perda da propriedade ou da posse (MELLO, NOVAIS, 1998, p. 579-580).

Assim, a modernização veio a ser, articulada a outros fenômenos, corresponsável pela redução da população do campo, quer devido a sua proletarização ou à expulsão

em meio a processos de concentração de terra e de renda. Tema bastante enfatizado pela revista *Globo Rural*, que justificou esse processo citando especialmente a baixa produção pelos pequenos produtores rurais e seu pouco acesso a máquinas e insumos. Dessa forma, a revista surge no intuito de acelerar o processo de modernização que já havia sido incorporado pelos grandes produtores, agora chegando também aos pequenos. Por isso, *Globo Rural* levou a informação sobre técnicas, máquinas e fertilizantes até esses indivíduos, com o discurso de frear o êxodo rural, para que consumissem o que a modernização oferecia e em contrapartida a revista lucrava com seus anunciantes.

“No correr dos próximos seis anos, 28,5 milhões de brasileiros estarão migrando para áreas urbanas, se a expulsão do homem do campo continuar no ritmo atual. E quando virar o século, essas áreas concentrarão 82% da população do país” assim alertavam os editores da revista *Globo Rural* na edição 96 de outubro de 1993, 8º aniversário da revista, em relação a uma completa urbanização e uma possível decadência do meio rural. Nessa ocasião foi retratada uma das temáticas mais recorrentes de *Globo Rural*: o êxodo rural (GLOBO RURAL, 2000, n.96, p.5).

Segundo os editores, o problema era ainda maior, pois, esses migrantes, sem ofício, chegariam com um perverso destino traçado, a indigência. “Isso, se conseguirem chegar: boa parte deles fica errante, sem alcançar o destino nem achar o caminho de volta” (GLOBO RURAL, 2000, n.96, p.5). Segundo Mello e Novais (1998, p. 580) “a saída era “aventurar-se” na fronteira agrícola em movimento. Mas, na fronteira, aqueles pobres migrantes se encontrariam sempre com a habitual violência dos grandes proprietários ou dos “grileiros””.

É então que a revista aponta uma solução, proposta desde a sua fundação: modernizar a agricultura do país, sem, contudo, excluir o homem do campo do processo. Esse seria o meio de incluir a população do campo no processo de modernização agrícola que se encontrava no seu auge nesse período. As principais características da modernização da agricultura é a utilização de máquinas, de implementos agrícolas, de insumos químicos e do estabelecimento de novas relações sociais de produção, e que passaram a ser utilizados pelos países que apresentavam uma “agricultura tradicional”, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico seguindo um padrão internacionalizado.

Especialmente com a abertura do país ao capital estrangeiro, a modernização da agricultura brasileira foi impulsionada pelos Estados Unidos e por países europeus.

Segundo Angela Gomes de Souza e Rodrigo Herles dos Santos (2015), em vista de promover a modernização, o governo brasileiro buscou nesses países a tecnologia necessária, embora era preciso adaptar estes avanços tecnológicos à realidade brasileira. Nesse intuito, foram criados órgãos governamentais como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRAPA) em 1972, empresa responsável pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas bioquímicas e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1975.

As pesquisas eram voltadas para o melhoramento da produção na tentativa de corrigir as deficiências dos solos, prevenir doenças, aumentar o rendimento por hectare, bem como o atendimento das exigências do mercado internacional das variedades produzidas. A Embrapa compõe o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), também constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. Entretanto, por detrás do objetivo de desenvolvimento econômico estava a ideologia de modernização dos Estados Unidos que passaram a influenciar e controlar boa parte dos setores produtivos do país (LATHAM, 2000).

A agricultura brasileira também iniciou esse processo de modernização, concomitante a chamada Revolução Verde¹. Esse processo foi responsável por inaugurar e intensificar novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Além disso, a modernização da agricultura trouxe mudanças no quadro social e econômico dos moradores das regiões agrárias brasileiras.

De acordo com José Graziano da Silva (1982, p. 46), com a modernização ocorrida no campo brasileiro, houve um processo de “industrialização da agricultura” marcado pela subordinação da produção agrícola à indústria e ao capital financeiro. Conforme destaca esse autor, “a agricultura deixa gradativamente o seu papel de “mercado de bens de consumo” para cada vez mais assumir a posição de “meios industriais de produção”, quer como consumidora de certos insumos, quer como vendedora de outros”.

¹ Revolução Verde é uma expressão adotada a partir de 1966 para explicar as inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentavam a produtividade.

Esse processo de industrialização, porém, é mais antigo, intensificando-se no país a partir de 1930, onde setores urbanos e industriais tornam-se os novos padrões do desenvolvimento nacional. O setor rural agropecuário, fora até a década de 1920, predominante na economia do país, mas, como esclarece Tamás Szmrecsányi (1990) a partir da crise de 1929, a economia brasileira passou a dar ênfase nos setores urbanos e industriais e o setor agropecuário deixou de constituir o segmento dominante, entretanto, não perdendo importância em termos absolutos.

Segundo Tamás Szmrecsányi (1990), esse processo de industrialização baseou-se na substituição das importações e numa urbanização intensificada pelo êxodo rural. Esse autor destaca, porém, que “tanto a industrialização como a urbanização do Brasil não tiveram início na década de 1930, mas ambas inegavelmente se acentuaram a partir daí” (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 71).

Nesse sentido, esses dois processos passaram a pressionar a agropecuária a transformar sua produção. Dois motivos, segundo Szmrecsányi (1990, p. 72) foram importantes nesse momento, a crise cafeeira e os reflexos negativos da Grande Depressão dos EUA (a partir de 1929) no Brasil, que influenciaram na demanda e no preço internacional de seus produtos, além das relações que esse setor passou a manter com os setores urbanos e industriais assumindo vínculos com o mercado interno.

De acordo com Szmrecsányi (1990):

No início tais vínculos se estabeleceram apenas da agricultura para a indústria, cujos mercados estavam predominantemente localizados nas cidades. Foi só mais tarde, a partir da década de 1950, que o setor agropecuário do Brasil passou, por sua vez, a constituir um importante mercado para os produtos industrializados no país – primeiro apenas para os bens de consumo, e depois também para os bens de produção (SZMRECSÁNYI, 1990, p.72).

A Industrialização da agricultura se dá a partir dessa crescente introdução da indústria nos processos produtivos do setor agrícola. Para Szmrecsányi (1990, p. 72), a industrialização da agricultura seria “a adaptação dos processos produtivos da indústria de transformação aos processos produtivos do setor agropecuário”. Porém, esse autor não acredita em incorporação e sim numa adaptação, no caso do setor agropecuário, pois, ademais todas essas mudanças trazidas pela tecnologia nos processos e nas relações de trabalho, “as plantas e os animais, bem como os solos de que tanto esses como aqueles ainda dependem, continuam sendo os principais meios de produção do setor agropecuário” (SZMRECSÁNYI, 1990, p. 72).

Nesse processo, a produção agrícola se comportou de forma dinâmica e foi responsável de forma significativa pelo ritmo de desenvolvimento da industrialização e da urbanização. Sendo assim, um dos efeitos das transformações causadas pela integração entre agropecuária e a industrialização foi o aumento da produtividade, que posteriormente viria a se aliar a revolução moderna da agricultura.

Entretanto, além da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro, de acordo com Almeida (1997, p. 39), a modernização da agricultura no Brasil compreende quatro características básicas:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Na edição comemorativa de dez anos, *Globo Rural* aponta que seu objetivo é retratar o país, sua realidade rural. Sendo que, segundo a revista o desafio do país é se modernizar sem perder sua identidade, da qual faria parte o rural. Segundo seus editores, modernizar a agricultura é antes de mais nada um resgate de nos mesmos, a percepção de uma vitalidade própria, em meio a avassaladora fragmentação de um mundo em metamorfose tecnológica e cultural. Acima de tudo, o que transpira em suas páginas é esse pressentimento de que o mais instigante desafio na História de uma nação é se modernizar sem perder sua identidade, seja ela ambiental, étnica ou cultural.

Essa identidade da qual se refere a revista é constantemente citada. De certa forma é perceptível uma construção da mesma. Constrói-se a ideia de um conjunto de características permanentes e por isso parte da identidade das pessoas do rural que deveriam ser mantidas, em detrimento daquelas que deveriam ser “purificadas” pela modernidade. Dessa forma, manteriam se costumes, elementos culturais e valores, enquanto que formas de trabalho e de cultivo e o próprio indivíduo deveriam se modernizar.

Nesse sentido, o processo de modernização agrícola aos poucos retirou a autonomia dos produtores rurais, sejam eles pequenos ou grandes. Não era mais possível produzir sem o auxílio de técnicas e estudos produzidos em centros de

pesquisas, caso fizessem, esses produtores estavam destinados a estagnação econômica ou ao colapso. Várias iniciativas surgiram ou se fortaleceram com o intuito de integrar e desenvolver a produção agrícola. Um exemplo relevante foi o fortalecimento das cooperativas agrícolas, implantadas no início do século XX, elas alcançaram um aumento expressivo no número de associados com auge do processo de modernização.

Nesse sentido, difundiu-se a modernização tecnológica da agricultura, nomeada por Graziano da Silva (1982) de “modernização conservadora”, onde os agricultores foram motivados a mudar a maneira de produzir a fim de atender aos interesses do capital comercial e industrial. Segundo o autor, a modernização foi conservadora na medida em que “conservou”, as antigas estruturas de concentração de terras e de renda, ou seja, as bases das desigualdades sociais permaneceram inalteradas. Apesar do aumento das riquezas geradas pelas grandes safras, seus lucros permaneciam concentrados nas mãos dos grandes capitalistas.

1.2 A MODERNIDADE E AS TEORIAS DA MODERNIZAÇÃO

De acordo com Michael Lathan (2000), para compreender os usos e mecanismos do processo de modernização, especialmente pós Segunda Guerra Mundial, é preciso olhar para o imperialismo exercido pelos Estados Unidos, que através da ‘ideologia da modernização’ engendrou no próprio conceito de modernização “muito mais do que um modelo acadêmico. Também foi um meio de subjugar o processo de mudança global e identificar maneiras pelas quais os Estados Unidos poderiam acelerar, canalizar e direcioná-lo” (LATHAN, 2000, p. 02).

Conforme o historiador Claiton Marcio da Silva (2015, p. 38-39):

Nos anos que sucederam o final da Primeira Guerra Mundial, países como a Inglaterra e a França questionavam as premissas da tecnologia: se ela tinha conduzido a avanços, por outro lado, intensificou a própria guerra, avançando em direção contrária aos avanços da humanidade. Dessa forma, se após a Revolução Industrial os Europeus utilizaram-se dos avanços tecnológicos, estabelecendo novas hierarquias e representando a si mesmos como racionais, energéticos, disciplinados, pontuais, eficientes e com a “mentalidade progressista”, estes ideais foram evocados pelos norte-americanos envolvidos em esforços colonizadores entre 1890 até a Primeira Guerra Mundial e, de maneira diferenciada, por proponentes das teorias modernizadoras nas décadas de 1920 e 1930 e especialmente na Guerra Fria.

Sendo assim, a chamada ideologia da modernização, visava influenciar os demais países a seguirem o modelo de modernização dos EUA. Nesse sentido, segundo Da Silva a ideologia de modernização é “uma forma diferente de intervenção norte-americana na América Latina e outros continentes”, com a diferença fundamental de “não mais apoiada na intervenção militar ou nas práticas colonialistas do século XIX, mas utilizando-se de instrumentos como a assistência técnica e financeira para manutenção de relações de dominação” (DA SILVA, 2015, p. 35).

De acordo com o historiador Thomas O’Brien (1996, apud, Da Silva, 2015, p. 37):

[...] nas primeiras décadas do século XX, a atuação das corporações norte-americanas em países da América Latina deixou sua marca nas relações entre o setor público - representados pelas elites Latino-Americanas – e a iniciativa privada, que imprimiu, através dos ideais da racionalização, um esforço para sistematicamente direcionar a vida econômica, organizando os seres humanos e a natureza para alcançar o máximo de eficiência na produção.

Nesse sentido, a ideologia da modernização se manifestou através das relações que os Estados Unidos foram estabelecendo com os demais países, especialmente os subdesenvolvidos. Tanto as elites e os diversos setores privados, responsáveis muitas vezes pelo Estado, passaram a direcionar o país em conformidade com a política modernizadora dos norte-americanos.

Além disso, a profusão dessas teorias se intensifica na década de 1960 nos Estados Unidos, onde ela permeou parte da esfera acadêmica e pública. Embora, outros países economicamente desenvolvidos também impulsionaram essa formulação, sendo que, segundo Latham “os estudos sobre o processo de modernização passaram a dominar a erudição como um problema de mudança social internacional”. O objetivo desses intelectuais ou governantes era expandir o domínio econômico desses países e aplicar suas ideias em diferentes lugares.

Como aponta Latham (2000), no núcleo desse debate voltado para a conceituação das teorias de modernização, se localizam alguns pressupostos:

(1) as sociedades "tradicionais" e "modernas" são separadas por uma dicotomia acentuada; (2) as mudanças econômicas, políticas e sociais são integradas e interdependentes; (3) o desenvolvimento tende a prosseguir para o Estado moderno ao longo de um caminho comum e linear; e (4) o progresso das sociedades em desenvolvimento pode ser dramaticamente acelerado através do contato com os desenvolvidos (Latham, 2000, p. 04).

Assim, a forma como esse conceito de modernização se apresenta em cada país passa a receber influência direta dos EUA. Especialmente, as expressões “moderno” e “tradicional” que são ressignificadas e passam a corresponder a aquilo que os norte-americanos ditam. Isso se dá especialmente pela influência econômica exercida pelos Eua em países periféricos, ou mesmo, que são vistos como periféricos em relação a “nação-modelo”. Pois, como destacado acima, a economia mundial passa a ser encarada de forma integrada e interdependente, onde o desenvolvimento é direcionado ao Estado moderno num caminho comum e linear (LATHAM, 2000, p. 04).

Pois, como discutido acima, o principal objetivo dessas teorias foi construir as bases para que se expandisse pelo mundo a ideia de que a modernização, o progresso econômico e o desenvolvimento do capitalismo deveriam ser pautados no modelo norte-americano. Sendo que, como aponta Latham (2000, p. 04), esses teóricos colocaram as democracias ocidentais, a industrialização capitalista e o próprio Estados Unidos no centro, como modelo onde começaram a demarcar a distancia das sociedades menos modernas. Para eles, “as lições do passado dos Estados Unidos demonstraram o caminho para uma modernidade genuína, enfatizaram as maneiras pelas quais esse país poderia conduzir sociedades "estagnadas" ao longo do processo de transição” (LATHAM, 2000, P. 04).

1.3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E SEU IMPACTO NA IDEIA DE RURALIDADE NO BRASIL

Desde que foi fundada, a revista *Globo Rural* investiu numa estética inovadora em relação a outras revistas em circulação no período. Apostando na fotografia e no diálogo com os leitores. Segundo Humberto Pereira, na edição do 15º aniversário, a revista deveria ser “bonita, papel de primeira, colorida, um produto para concorrer pau a pau com tudo o que existia de qualidade nas bancas” (GLOBO RURAL, 2000, p. 61).

O objetivo principal era representar o campo brasileiro tal como idealizava: se modernizando. Nesse sentido, a utilização de uma estética que expressa a “tecnologia e qualidade” aponta também para a moderna agricultura, para o uso de máquinas e técnicas e a inclusão do homem do campo na esfera do consumo desses produtos. O slogan escolhido para revista foi “A Palavra do Campo”, em meio ao processo de redemocratização nacional e de avanço da modernização agrícola, a revista afirmava

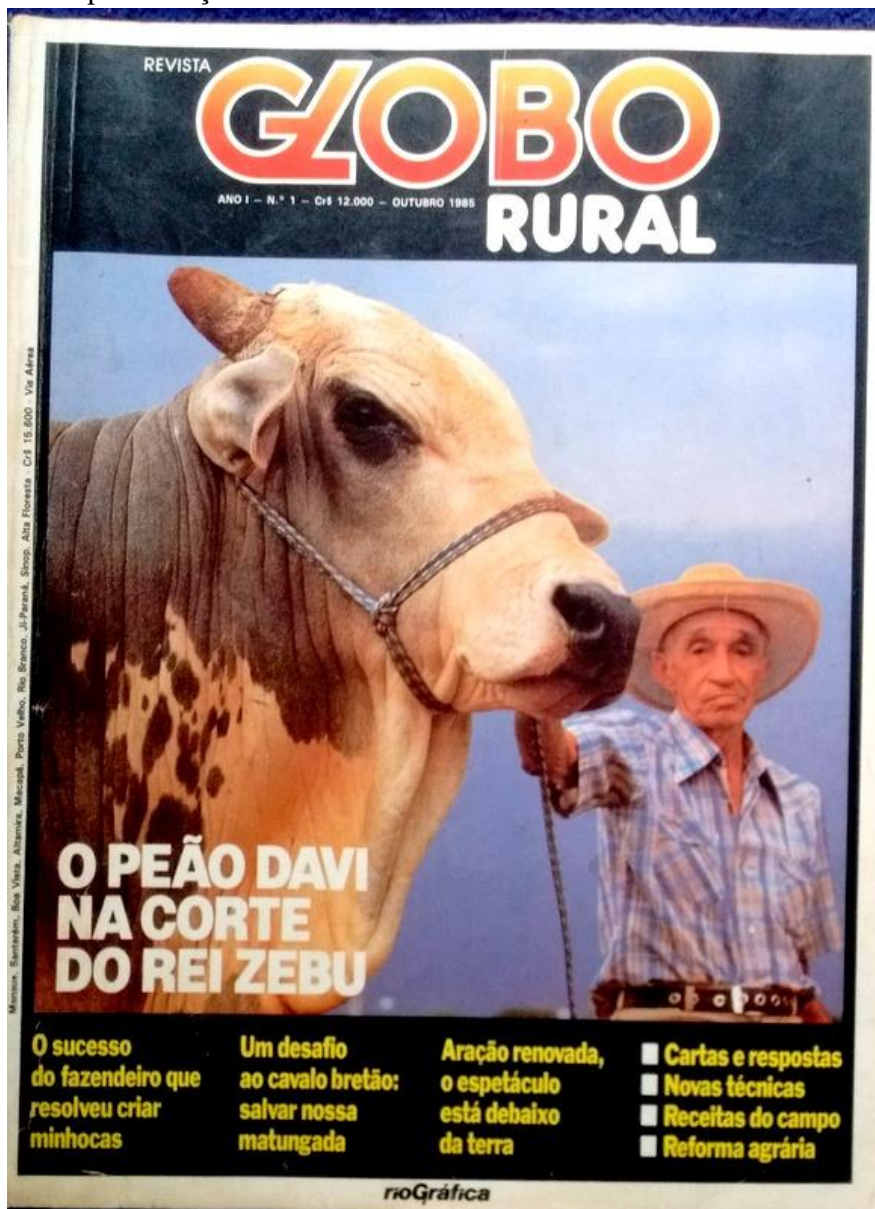
que iria dar voz aos brasileiros esquecidos nos espaços rurais, e iria ser sua porta-voz no cenário nacional.

“Pretende transformar-se em companheira do agricultor, em todas as etapas de seu trabalho, refletir seus anseios e suas reivindicações” afirmou Roberto Marinho na edição número 1. A meta, segundo a própria revista, era utilizar de diferentes meios tecnológicos para levar para os leitores e leitoras a compreensão sobre o que é o “mundo rural brasileiro”. Numa carta de um leitor, publicada na edição de número 2, a revista é relacionada a um “dicionário rural”.

Ainda na edição 2 da revista são publicados os retornos dos leitores quanto linguagem de fácil compreensão da revista, como na carta do leitor Irmão Marista Cirilo Manuel, que destacou que “Basta saber ler” para compreender o conteúdo, “O que mais gostei foi da clareza dos artigos, que permite ao grande público entender as explicações. Para entender as lições, ninguém precisa de conhecimentos tecnológicos. Basta saber ler. Parabéns pela didática que empregaram. Está perfeita. Não a mudem”. Ou na carta de Fernanda Banab com o título “Tem linguagem fácil”, “ela serve para todas as classes sociais, pois tem uma linguagem fácil de ser compreendida”, descreveu (GLOBO RURAL, n. 02, novembro-1985, p. 04-05).

Na capa da primeira edição da revista *Globo Rural* foi estampado “o peão Davi na corte do rei Zebu”, sob a manchete “a história da implantação do Zebu brasileiro, uma epopeia que durou décadas, construiu fortunas na mineira Uberaba e empolgou a nação. Davi, um peão que viveu essa emoção, ainda está onde tudo começou”. Através dessa reportagem e do destaque recebido pela capa a revista começa a trazer os aspectos de um novo rural voltado a modernização da agricultura brasileira.

Figura 1: Capa da edição número 1 de Globo Rural 30



FONTE: Globo Rural 30 - edição número 1.

O fim do Regime Militar trouxe novamente a discussão sobre a reforma agrária. A primeira edição da revista entra nesse debate publicando uma matéria sobre divisão fundiária do território rural. Ela traz o exemplo de duas cidades do estado de São Paulo “tem quase a mesma idade e tamanho. Mas, enquanto uma se desenvolve, a outra vai de mal a pior. A causa é a má divisão de suas terras?”. Lançando essa pergunta o editor deixa que os leitores tirem sua própria conclusão, todavia, o destaque da matéria esta para a produtividade proporcionada pelo uso de tecnologias e utilização quase integral das terras em uma das cidades. Enquanto que na outra existiam grandes latifúndios com terras não cultivadas.

Logo após, segue uma coluna intitulada “Fertilização” com a seguinte chamada “O fazendeiro paulista que resolveu deixar de criar boi para se dedicar a minhoca. Ele começou com 3.000 matrizes e espera chegar o final de 1985 com um trilhão de minhocas” retratando a trajetória de um homem que teria aumentado sua produção logo que se adaptou a técnicas de fertilização do solo na criação de minhocas.

Nesse mesmo caminho a revista trouxe uma história envolvendo a técnica de “Aração Renovada”, onde “um agricultor de Goiás usou um jeito diferente de mexer a terra e sua produção deu uma subida de 60%. Por trás do sucesso, o dedo de dois craques da agronomia”. Nessa reportagem o destaque é dado as técnicas, máquinas e a ação dos técnicos agrícolas. Nessa mesma edição, em um anúncio da Bayer é destacado o engenheiro agrônomo como o “grande aliado do Agricultor”. Segundo o texto do anúncio “o engenheiro agrônomo faz tudo pela terra: ouve, orienta, da conselhos e ainda é seu amigo. Tudo porque ele gosta da terra, de quem nela trabalha, fazendo-a produzir e ajudando o País a crescer”.

Um dos destaques do número um da revista foi o editorial assinado por Roberto Marinho, presidente do Grupo Globo. Em suas palavras fica evidente uma perspectiva específica de modernização da agricultura, entendida pelo grupo empresarial e editorial como essencial para o país. Inicialmente, Marinho afirma que “esse trabalho diário, essa vocação para superar as barreiras merecem a ajuda solidaria de toda a Nação. Ao lado da produção de alimentos, a mais importante missão da Agricultura, existem os aspectos econômicos que justificam, por si sós, esse empenho em favor do homem do campo” (GLOBO RURAL, n.1, 1985, p. 3). Dessa forma, percebo que o aspecto econômico que “justificam por si só” o trabalho “em favor do homem do campo” é essencialmente a inclusão e adaptação desse agricultor a agricultura modernizada.

A missão da agricultura, a produção de alimentos e fatores econômicos, como ele traz adiante “a História tem mostrado que a nossa terra é uma usina de divisas. O café, o cacau, a soja, a laranja estão aí para provar que, especialmente nesta fase porque passa o País, os dólares de que tanto necessitamos podem e devem sair”, Marinho, expressa aí que a produção de alimentos, e as demais atividades agrícolas podem trazer os dólares da liga com os Estados Unidos, mas ele coloca a condição, precisa existir “uma agricultura forte e organizada” (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, Editorial escrito por Roberto Marinho, p. 3).

A revista *Globo Rural* não vai, por certo, resolver os problemas da agricultura brasileira. Mas pretende ajudar complementando o trabalho do programa *Globo Rural*

da Rede Globo de Televisão. Pretende transformar-se em companheira do agricultor, em todas as etapas de seu trabalho, refletir seus anseios e suas reivindicações. A revista *Globo Rural* quer levar informação e serviço ao agricultor, esteja onde estiver. Mas será distribuída, também, nas grandes cidades. É preciso que todos os brasileiros compreendam um pouco mais esse mundo tão complexo, de que tanto dependemos (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, Editorial escrito por Roberto Marinho, p. 3).

Em um anúncio da empresa de pneus Pirelli a revista destacou esse agricultor moderno:

Quem tem boca vai sempre pra Roma. O empresário moderno, para controlar e administrar bem um negócio precisa de muita informação. Por isso é importante que ele pergunte e se informe sobre todos os detalhes do seu negócio. Respeitando esta necessidade, a Pirelli criou um serviço a domicílio, de orientação e assistência técnica pré e pós venda para garantir ao empresário o melhor rendimento dos pneus de sua frota (GLOBO RURAL, n.1, 1985, p.34).

Nesse sentido, na revista comemorativa de um ano de circulação, a edição 13 de outubro de 1986, foi publicado o exemplo de duas famílias como sendo “as famílias modelo” (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p.134). O título da reportagem era “Valeu!” fazendo referencia a trajetória de um ano de *Globo Rural*. Para o periódico tinha valido a pena a publicação da revista devido a história dessas duas famílias.

“Nos confins de Goiás, a família Pinheiro de Melo esta em festa: Neste ano a produção do arroz cultivado em sua fazenda, a Boa Vista, aumentou 50% graças a implantação da aração renovada” (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p.134). Em Louveiro/SP, também tem gente comemorando: a família Tura finalmente achou a melhor solução para o cultivo de uva niágara em sua terra quebrada, adotando a adubação verde em lugar da tradicional cobertura morta (GLOBO RURAL, n.13, 1986, p.134).

O que nós temos com isso? Bem, em primeiro lugar gostamos de dar boas notícias. Mas, principalmente, achamos que podemos comemorar com eles: essas duas famílias são exemplos de leitores-agricultores que mudaram a forma de trabalhar suas culturas a partir de reportagens publicadas na *Globo Rural*. Histórias de mudanças como essas, que contamos a seguir, são o melhor presente de nosso primeiro aniversário.

De acordo com a revista, o avanço da tecnologia se enquadrava nos moldes produtivos da agricultura, os produtores deveriam focar em alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permitiria ampliar as áreas cultivadas e a escala de produção. As indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou

indiretamente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais a se modernizar, visto almejam uma venda cada vez maior. E *Globo Rural* vem de encontro com o objetivo de modernizar a imagem desse rural. De forma simbólica e indireta ela passa a pressionar os trabalhadores a se adaptarem a tecnologia.

Na imagem a seguir, um anúncio publicado no numero 1 da revista, procura ilustrar o momento da chegada de uma máquina a uma casa do campo.

Figura 2: Anúncio de Freezer Consul



FONTE: Globo Rural 30 - edição número 1.

Trata-se de um *freezer* que servia para conservar alimentos. O slogan escolhido foi “O momento da chegada foi de muita emoção”, imagem e texto vão de encontro ao ideal de que o campo deveria passar a se beneficiar com as máquinas. A imagem procura representar a receptividade dos indivíduos do campo ao receberem uma máquina que, segundo a revista, foi de “emoção” e ainda a imagem expressa a curiosidade e alegria dos personagens representados.

A aliança do homem do campo com a modernização também é percebida em mais um anúncio na edição 1. “Pfizer” uma linha de produtos veterinários:

Figura 3: Anúncio de produtos veterinários



FONTE: Globo Rural 30 - edição número 1.

O anunciante descreve que “A Pfizer e o *Globo Rural* trabalham com criação e alta produção”. Além de vincular a propaganda, o anúncio deixa evidente o incentivo a alta produtividade por *Globo Rural*. Dessa forma, o ideal da revista *Globo Rural* concomitante ao programa de televisão era o de expandir o consumo do pacote implantado desde a Revolução Verde. Longe de defender a ideia da não inclusão na utilização da tecnologia pelos pequenos produtores, o objetivo é demonstrar que o destaque dos mesmos e sua inclusão dentro da ideia de “homem do campo” nesta primeira fase da revista tinham como objetivo principal a expansão do consumo e os interesses dos anunciantes.

Nesse sentido, o recorte temático/temporal desta dissertação evoca uma questão central que não poderia estar mais refletida do que na edição 114 de abril de 1995. Dez anos após sua fundação, a revista *Globo Rural* publicou uma edição que colocava em destaque os pequenos produtores rurais com uma reportagem especial sobre a agricultura familiar. Na Capa, uma família do interior do Estado do Paraná, que havia permanecido no campo ademais a todas as dificuldades pelo qual passavam os pequenos agricultores:

Figura 4: Capa da edição 114 - Imagem de Amilton Vieira – Família Maieski



FONTE: Revista Globo Rural - edição 114

O título “A Força dos Pequenos” buscava reforçar uma imagem da agricultura familiar como uma parte importante na economia do país, especialmente, se conseguisse permanecer no campo se incorporando ao mercado. A imagem da capa faz referência a uma família que mantinha uma relação com a agricultura, cujo “sentido da vida está na terra”. Mais do que isso, além de representar uma família tradicional patriarcal, na imagem a família traz os filhos, com destaque para o mais velho e sua permanência no campo, tendo em vista que nesse momento a maioria dos jovens, filhos de pequenos produtores, migravam para as cidades em busca de melhores oportunidades. Ou seja, a imagem traz a permanência no campo ligada a adequação dessa família a lógica econômica da modernização.

Ainda sobre a imagem da agricultura familiar, os editores fizeram referência a mesma traçando um paralelo sobre a figura dessa família antes e depois da modernização da agricultura. Segundo os editores antes da modernização a imagem que se tinha do campo era:

Gado mugindo, porcos pachorrentos na pocilga, o canto do galo no terreiro, cães latindo para as visitas... Durante décadas, esse quadro encaixou-se na moldura principal da pequena propriedade agrícola brasileira, onde – lembram os mais nostálgicos – também não podia faltar, fumaceando, uma chaminé de fogão a lenha (GLOBO RURAL, n.114, 1995, p.5).

Em contraste, a partir dos anos 1960, essa imagem viria a mudar, especialmente devido ao cultivo de produtos exportáveis ou energéticos, com facilidades de créditos ou incentivos, isso, segundo a revista “estimulou a concentração da posse da terra. E deu novas pinceladas em uma aquarela onde o espaço do pequeno produtor, aquele que conta com o trabalho da família, iria se tornar cada vez mais apertado”. Aliado a isso, os pequenos “Acossados pelas dificuldades em conseguir financiamentos e sem acesso a novas tecnologias”, “[...] em terras, venderam ou arrendaram suas terras e foram procurar uma casa na cidade” (GLOBO RURAL, n.114, 1995, p.5).

Dessa forma, boa parte dos produtores rurais migraram para a cidade, permanecendo uma fatia por motivos que, segundo a *Globo Rural*, seriam analisados na reportagem central da edição. Nesse sentido, o objetivo de tal edição era trazer aqueles que permaneceram no campo:

[...] e continuam tendo importância vital na produção da maior parte dos alimentos que diariamente chega a mesa do cidadão urbano. Afinal, são 20 milhões de pessoas vivendo em 6,5 milhões de propriedades para quem o sentido da vida não se dissocia da alegria de acordar com o canto do galo, olhar o gado, semear a terra e colher seus frutos (GLOBO RURAL, n. 114, 1995, p. 05).

Essa reportagem reforça a visão da linha editorial de *Globo Rural* que, como proponho, busca inserir os pequenos produtores na modernização da agricultura, no mercado consumidor de bens de consumo agrícolas, mas, nela encontra-se uma crítica ao contexto social do período do próprio processo de modernização e do cenário político dos anos 1980/90. Não trazer essa informação seria silenciar-se frente aquilo que traz o conteúdo da fonte documental.

Nesse sentido, os editores vem destacar a importância dos pequenos produtores na produção de alimentos para o país, inclusive para os moradores urbanos e a falta de incentivos a permanência desses no campo assegurando a produção de alimentos para o mercado interno. Nessa perspectiva, a inclusão desses produtores no consumo de tecnologia e meios de produção podem ser encarados também como uma forma pela qual a revista impulsionou a permanência dos mesmos no campo.

Na reportagem central dessa edição, o repórter Otto Figueiras apresentou um estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) que avaliava a produção das famílias no campo do país e sugeria medidas para fortalecer sua participação no mercado. Ou seja, não só a revista, mas também um órgão da ONU trazia intrínseco da sua análise que a permanência das

famílias de pequenos produtores no campo estava associada ao fortalecimento de sua participação no mercado.

Essa participação é incentivada, sob o argumento de que com a globalização da economia não havia saída. Segundo o editor Otto Figueiras (1995, n. 114, p. 40) as famílias de pequenos agricultores viviam um momento dramático para produzir “num mundo onde as escalas econômicas se globalizam, derrubam fronteiras, impõem padrões de eficiência crescentes e substituem o planejamento do estado pela lógica implacável do mercado”. Nessa lógica capitalista imposta de forma global a agricultura familiar era “compelida inexoravelmente a se viabilizar ou a desaparecer, elas formam um dos elos mais frágeis de um cenário de transição onde o tempo histórico se acelera, os desafios se condensam e os prazos se estreitam” (GLOBO RURAL, 1995, n. 114, p. 40).

É importante levar em conta que essa edição da revista é de um período em que a modernização da agricultura já estava adiantada no país e a revista *Globo Rural* fechava sua primeira década de difusão da modernização agrícola. Todavia, ainda era o agronegócio quem dominava a economia agrícola nacional e o consumo de máquinas e insumos. E num cenário econômico cheio de incertezas, a mídia “martelava” todos os dias na cabeça da classe média, incluindo os produtores familiares, a tecla do neoliberalismo (MELLO; NOVAIS, p. 658). Segundo Mello e Novais “é neste caldo do que Jurandir Freyre Costa chamou de “cultura da sobrevivência” que florescem outras síndromes da nossa patologia social”, onde “o indivíduo está esmagado por engrenagens sociais que desconhece, surgem para socorrê-lo” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 658).

A tecnologia e as demais ferramentas do mercado eram apresentadas pela revista *Globo Rural* como a única forma de sobrevivência, o socorro para os pequenos produtores. Segundo a reportagem “Se isso é visível no conjunto das economias, é mais evidente ainda no campo, em especial no universo rural de países pobres como o Brasil, onde predominam pequenas propriedades marcadas por dificuldades econômicas e defasagens tecnológicas significativas” (GLOBO RURAL, edição 114, p. 40).
Embasada na pesquisa da FAO, a reportagem salienta que:

A FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, em conjunto com o Inra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, dimensionou o tamanho desse desafio no espaço agrário brasileiro. Num estudo elaborado por 11 consultores (diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar), a entidade avalia a importância da produção familiar na oferta agrícola do país e apresenta sugestões para que esse setor possa se transformar numa

alavanca do desenvolvimento, não em uma de suas vítimas (GLOBO RURAL, n. 114, 1995, p. 42).

Como destaca a análise acima, para não se tornar uma vítima desse processo, os agricultores familiares deveriam incorporar as sugestões indicadas pelas diretrizes da FAO, que traduzem os ideais da modernização da agricultura. O estudo traz também uma síntese da situação da agricultura familiar e da patronal e a produção de alimentos, segundo a reportagem:

A comida no Brasil, segundo a FAO, é produzida em 400 milhões de hectares divididos entre 7 milhões de estabelecimentos agrícolas. Desses, 500 mil são patronais. Com área média de 600 hectares, ocupam 300 milhões de hectares, o que representa cerca de 75% do total da área agrícola. Vivem em torno desses estabelecimentos 5 milhões de pessoas (20% da mão de obra ocupada no campo). Os restantes 6,5 milhões de estabelecimentos são tipicamente familiares. Eles se distribuem em 25% das terras, algo como 100 milhões de hectares e geram 80% do emprego no campo – um contingente da ordem de 20 milhões de pessoas. Destacam-se aí 1,5 milhão de propriedades familiares que a FAO classifica como “consolidadas”. Elas exibem área média de 50 hectares, somam portanto um total de 75 milhões de hectares, ocupam em média quatro pessoas cada e dispõem de uma estrutura empresarial que lhes dá condições de participar ativamente do mercado (GLOBO RURAL, n. 114, 1995, p. 42).

Segundo o trecho acima, a pequena propriedade de núcleo familiar ocupa um espaço significativamente menor (25% das terras) do que a agricultura patronal (75% do total da área agrícola), mas, representam 80% do emprego no campo. Além disso, a agricultura familiar é composta pelos agricultores “consolidados” e por outros polos tidos como “frágeis” economicamente. Os consolidados, ou seja, aqueles que têm condições de participar do mercado, representavam no momento cerca de 1,5 milhões de propriedades, já as frágeis seriam os demais 5 milhões de estabelecimentos que “agrupam-se em dois polos frágeis”.

Metade deles teriam área de 8 hectares onde trabalham três pessoas, estendendo-se por 20 milhões de hectares. Segundo a reportagem, ancorada na pesquisa da FAO, essas propriedades vivem um estágio de “transição”. “Sem capital próprio, foram duramente castigados pelo encolhimento do crédito rural que marcou a política do governo nos últimos anos”. Essas, a qualquer momento poderiam evoluir para uma situação de eficiência ou derrapar definitivamente para a marginalidade do mercado.

A reportagem destacou que se as mesmas “derrapassem” iriam ampliar a segunda parcela a “de outros 2,5 milhões de estabelecimentos – com área média de

apenas 2 hectares, 1% da área agrícola total do país -, que constituem o segmento mais marginalizado do campo brasileiro”. “Periféricos” à economia, de acordo com a nomenclatura da FAO, “seus 6,5 milhões de habitantes vegetam numa situação de completo abandono, da qual segundo a entidade, só uma política consistente de reforma agrária poderá resgatá-los”.

Embora estivessem, segundo a reportagem, mergulhados num contexto de dificuldades e incertezas, a agricultura familiar desempenhava uma extensa contribuição ao país. Segundo Otto: “As dificuldades dos pequenos são enormes. Mas não diminuem a importância estratégica que a propriedade familiar continua a ter no país, seja por sua contribuição na oferta de alimentos, seja pelo papel que desempenha na absorção de mão-de-obra”. Sendo que, foram esses fatores que levaram a FAO a formular sugestões para sensibilizar o governo a adotar uma política diferenciada para o setor.

Seu estudo demonstra que, embora disponha de uma área três vezes menor que a dos empreendimentos patronais, as unidades familiares tem participação decisiva no volume total da produção. Exceto os casos de carne bovina, soja, arroz e cana de açúcar, todos os outros principais alimentos consumidos no Brasil são colhidos predominantemente por agricultores familiares distribuídos num intervalo fundiário que exclui propriedades de 20 a 100 hectares (veja a tabela). Mais importante ainda, a pesquisa revela que os sistemas de produção intensivos adotados por eles geram sete vezes mais empregos por unidade cultivada do que a agricultura patronal (GLOBO RURAL, n. 114, 1995, p. 44).

Deve-se levar em consideração que *Globo Rural* é o periódico agrícola de maior repercussão nacional que destaca a importância dos pequenos produtores para o país nesse momento. Além disso, traz uma crítica a modernização da agrícola tal como atuava no país. Segundo a revista era uma “política de modernização excludente implementada no campo brasileiro desde o final dos anos 60 – quando se enfatizou o tripé da concentração fundiária, da mecanização e do crédito farto aos grandes produtores”.

Juntamente com esse posicionamento a revista menciona que ainda assim a agricultura familiar manteve um vigor surpreendente que não deveria ser desperdiçado. Dessa forma, fica evidente que o processo de propaganda visando a incorporação do consumo da modernização agrícola, feito pela revista, foi articulado por seus editores de forma a criticar o próprio processo de modernização. De levar aos leitores uma visão de que esse processo era excludente, pois, retirava dos pequenos a condição de continuar

produzindo, e a saída seria encontrar meios dentro dessa lógica de beneficiar também a agricultura familiar.

Após apresentar esses dados, o jornalista Otto Figueiras destaca que além de incluir os pequenos produtores, a modernização deveria ser “sustentável”. Citando o professor José Eli da Veiga, especialista em economia agrária da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, já mencionado nessa dissertação com seu conceito de “nova ruralidade”, a revista destaca que “José Eli é um dos responsáveis pelo estudo da FAO. Ele foi uma das vozes solitárias que nos últimos 15 anos defendeu as premissas agora confirmadas pela pesquisa”.

A revista afirma que “Veiga tem autoridade ao defender sua tese” de que:

[...] se o governo fortalecer as unidades familiares de produção dentro de um novo modelo agrícola, até os marginalizados terão mais chances de assegurar sua renda. “Uns se consolidarão na própria lavoura; outros, na agroindústria – pequena, média ou grande -; e um contingente será incorporado pelos setores de serviços, nascidos de uma modernização sustentável do campo” exemplifica José Eli (GLOBO RURAL, n. 114, 1995, p. 46).

Segundo o trecho acima, a revista se ancora em Veiga para defender o conceito de “modernização sustentável do campo”, especialmente em relação ao incentivo que o estado deveria prover para que os pequenos produtores pudessem integrar esse sistema. Esse conceito é defendido pela revista unicamente como forma de “salvar a agricultura familiar”, e ser uma fonte de equilíbrio econômico e social do país.

Assim como na capa dessa edição de 1995, a revista trouxe mais alguns exemplos de famílias de agricultores que conseguiram se manter no campo aumentando sua produtividade, pelo trabalho dos agricultores, pelo crédito que possibilita o consumo de máquinas e insumos e por mais incentivos do governo.

Essa reportagem, além de reforçar de forma expressiva a hipótese de que a revista *Globo Rural* elegeu a incorporação dos pequenos produtores na modernização agrícola e conseqüentemente no consumo como seu principal objetivo editorial num primeiro momento, enfatiza também a construção de uma ideia de “nova ruralidade” que vê o rural através da ótica da modernização sustentável, defendida por José Eli da Veiga.

O percurso tomado por essa pesquisa compreende, antes do contato com todo o acervo de *Globo Rural*, a análise do texto de José Eli da Veiga (2005) “O Nascimento de uma Outra Ruralidade”. De forma que nem passava pela cabeça encontrar a citação de Veiga nessa edição da revista. Quando li passei a identificar na revista diversos traços

do que defendia José Eli, mas, ainda não conseguia fazer a divisão da trajetória da revista em dois momentos. A modernização dos pequenos produtores e depois o abraço ao agronegócio. Eu via que de forma integral a revista buscava definir uma nova ruralidade.

Depois, com o amadurecimento da pesquisa, percebi que em geral, a revista construiu inicialmente um discurso propagador da ideia de modernidade sustentável, pautado na permanência dos pequenos produtores que pudessem representar um mercado consumidor promissor economicamente, para então a partir dos anos 2000 abraçar o agronegócio e aqueles pequenos produtores “consolidados” no campo, ou seja, os consumidores.

Lucas Battaglin² (2009), chefe de reportagem do programa *Globo Rural* de televisão, afirma exatamente isso, que o objetivo do projeto *Globo Rural*, que inclui todos os seus meios de comunicação, nessas primeiras décadas de atuação era a inclusão dos pequenos produtores no mercado consumidor de tecnologia. No momento em que a redemocratização nacional estava em andamento, a revista se apropria desse contexto e, segundo ele, o objetivo desses meios de comunicação era ‘democratizar’ a tecnologia. Segundo Bataglin (2009):

Quando o *Globo Rural* começa, existia uma coisa muito proposital nos primeiros cinco, dez anos, de levar muitas matérias técnicas no ar, no sentido de democratizar a tecnologia agropecuária no Brasil. E nunca que nós íamos atrás de uma tecnologia que promovesse o aumento da produtividade do pequeno produtor, do aumento da renda, imaginando que nós pudéssemos ser o veículo de passar completamente essa tecnologia. Nossa idéia era mostrar que ela existia, mostrar como ela funcionava e remeter para o órgão público, para que os produtores pudessem exigir que aquela informação chegasse diretamente a eles. Ou seja, era muito mais motivar para uma tecnologia do que propriamente ensinar essa tecnologia.

O termo “democratizar a utilização da tecnologia” pode receber diferentes interpretações. Não descarto a ideia de que esses moradores do campo, especialmente aqueles que foram sempre marginalizados na história do Brasil, recebem em *Globo Rural* um destaque de sujeitos ativos em seu contexto específico e na realidade do país. Por vezes localizei na revista reportagens e editoriais ressaltando a função desses homens e mulheres no mundo do trabalho, na manutenção de sua cultura e exercendo a função da produção de alimentos de que todas as pessoas dependem.

² Chefe de reportagem do *Globo Rural*. Entrevista realizada por Degl'iepost em 17/03/2008..

Todavia, fica evidente que a construção do rural moderno e a inclusão do ‘homem do campo’ na mecanização serve de ferramenta de estímulo ao consumo. Battaglin (2009) aborda também que havia a falta de anunciantes de insumos e máquinas voltadas aos moradores do campo na imprensa, afirmando que com *Globo Rural* é que começam a aparecer e os produtores começam a se identificar com essas mídias que se colocariam ao seu lado na difícil realidade do campo. O anúncio abaixo, da empresa de tratores *New Holland*, destaca esse contexto:

Figura 5: Anúncio de máquinas – Empresa de tratores New Holland



FONTE: Globo Rural 155, setembro 1998

O texto do anúncio destaca que a agricultura se tornou “agrobusiness”, ligando com a imagem que predispõe dois chapéus, um representando uma antiga agricultura, o típico chapéu de palha caipira, enquanto que o segundo representa a modernização, do fazendeiro que utiliza tratores e tecnologia.

Nesse sentido, retornando ao trecho da entrevista de Battaglin (2009), ele completa dizendo que o objetivo de *Globo Rural* era o de motivar para o uso da tecnologia, mais do que propriamente ensinar essa tecnologia. O verbo motivar aqui utilizado pelo chefe de redação reflete nesse projeto mais geral da revista em introduzir essa imagem de modernização, de rural tecnificado em vista de expandir o consumo e estender o espaço para o capital estrangeiro, especialmente para os Estados Unidos.

Nesse sentido, boa parte das edições de *Globo Rural* dos anos 1985 a 2000 destacam as técnicas de produção e a forma como o agricultor pode aumentar a produtividade e se inserir no mercado através delas. Abaixo, a capa da edição 137, descreve um pouco desse contexto:

Figura 6: Capa da edição 137 – A Hora da Eficiência



FONTE: Capa da edição 137 – março de 1997

A edição ilustrada pela capa acima chama a atenção dos leitores e leitoras para a inclusão da tecnologia na produção de batatas no Brasil. O slogan “A Hora da Eficiência: cultura prepara-se para trilhar o caminho da modernidade” retrata bem esse contexto. A expressão “a hora da eficiência” remete especificamente ao abandono da forma tradicional de produzir em detrimento do moderno que proporciona a eficiência da produção, cujo caminho seria a modernidade.

No início da reportagem, a jornalista Gislene Silva descreve que o plantio de batatas é tão antigo quanto a própria agricultura, porém, seu cultivo de tão arraigado ainda era quase que rudimentar. Devido a sofisticação de seu comércio e inovações genéticas que redefinem hábitos alimentares, passou-se a “desdenhar antigas escalas e variedades” e a produção da batata se tornou mais um território “indexado” pela modernidade. Ou seja, se tornou pauta desse projeto.

Figura 7: Capa da edição 08 – A nova cara do trabalho no campo



FONTE: Revista Globo Rural – maio de 1986

Na imagem acima, capa da edição número 8 de maio de 1986, *Globo Rural* descreve alguns traços da “nova cara” do trabalhador do campo. O foco da reportagem estava nas medidas da pauta do governo de José Sarney naquele ano sobre o trabalho agrícola. Nessa época, segundo a reportagem, o ministro do trabalho Almir Pazzianotto estava disposto a assinar a chamadas Normas Regulamentadoras do Trabalho Rural que vinham sendo discutidas desde 1978 e passariam a compor o debate sobre a constituinte.

Através dessa discussão, a revista *Globo Rural* aproveitou o ensejo para caracterizar esse homem do campo e suas características naquele contexto. Especificamente destacando que a incorporação da tecnologia requer a adaptação do homem do campo se familiarizando com o maquinário e corporificando o mesmo. A finalidade da revista era a inclusão dos produtores no processo de modernização, sob a justificativa de deter o avanço do êxodo rural. As normas em questão se referiam ao

trabalhador rural assalariado, todavia, a revista destacou a importância da adaptação de todos os moradores do campo ao novo contexto.

A revista *Globo Rural*, evidenciou a necessidade de modernizar o homem do campo e deu pouca ênfase a realidade precária na qual estavam inseridos esses indivíduos. Permeados por acidentes e condições insalubres os reais trabalhadores rurais, poucas vezes apareceram. A imagem acima não reflete o ideal de agricultor almejado e não traz o real. Numa carta publicada na revista número 14, é possível perceber um pouco dessa insatisfação dos trabalhadores.

Carlos Alberto, leitor da revista e morador de Conceição do Almeida/BA foi quem descreveu esse contexto em “Minha Opinião”. Ele aproveita o debate que vinha sendo realizado sobre a Constituinte para e expressar “Meus caros amigos, eu nem sei por onde começar a falar sobre esse assunto: o homem do campo na Constituinte. Queremos nosso reconhecimento”. De acordo com ele:

Nós trabalhamos mais de oito horas diárias, sem direito a médico e salário que nos valorize. É preciso mudar. Somos os ‘escravos moderninhos’. Não, ninguém sabe o que é o homem do campo, é muito bom ter frutas para o café da manhã, ter matérias prima para a indústria. Mas esse representante do ‘peão’ agricultor na Constituinte já foi mordido por formigas ou já sentiu as libras da enxada nas mãos ou já respirou poeira? Não, ninguém sabe o que é sofrer. Sabemos que é preciso tecnologia, é preciso pesquisar, mas temos que valorizar nosso herói, o homem do campo. Se falei algumas coisas que não devia, desculpe. Meu muito obrigado. – Carlos Alberto (GLOBO RURAL, n. 14, 1986, p. 14).

O leitor expressa a sua percepção do ser agricultor no Brasil nesse momento, mas especialmente no processo de modernização de agricultura pelo qual passava o país. A revista publica a carta, embora não aprofunda o assunto, nem nesse e nem nos exemplares subsequentes. Entretanto, a coluna Minha Opinião serviu de contraponto a linha editorial da revista, voltada em sua maioria a produtividade. É interesse destacar alguns pontos dessa carta de Carlos Alberto.

Ao descrever as dificuldades que enfrentavam os trabalhadores, ele acrescenta que era preciso mudar porque, para ele, nessas condições, os agricultores eram “escravos moderninhos”. Carlos Alberto, talvez sem essa pretensão, denuncia os efeitos de uma rápida modernização da agricultura, que visando apenas a alta produtividade não pensava nos trabalhadores. Ele chega a afirmar “é preciso de tecnologia”, todavia, “temos que valorizar nosso herói, o homem do campo” (GLOBO RURAL, n. 14, 1986, p. 14).

O leitor Carlos Alberto deixa transparecer sua consciência de que “é preciso de tecnologia”. E *Globo Rural* publica essa carta, mais do que denunciando as condições de trabalho no campo, enfatizando esse perfil de quem precisa de direitos trabalhistas, mas acima de tudo tem consciência de que produzir no campo exige adentrar a modernização agrícola, mesmo não sendo um grande produtor (GLOBO RURAL, n. 14, 1986, p. 14).

A imagem a seguir, é a capa da edição 54 – abril de 1990, nela novamente é retratado o homem do campo versus sua modernização, Mas, os editores acrescentam um novo ponto: salvar “os animais rústicos” fazendo referencia ao homem do campo e aos indígenas que segundo a revista “são um livro de conhecimentos naturais”.

Figura 8: Capa da edição 54 – Natureza Congelada



FONTE: Revista Globo Rural – abril de 1990

Nessa imagem, a revista *Globo Rural* publica a figura de cientistas brasileiros que desenvolveram um projeto de manter hibernadas células de plantas que viriam a ser despertadas um século depois para a utilização em diferentes motivos, como a agricultura. A tecnologia é apresentada como a salvação da flora que sofria os resultados da devastação. O cientista, em primeiro plano na imagem, faz referencia ao

homem do campo e seu dever de incorporar a modernização e a utilização da tecnologia criar uma moderna Arca de Noé.

No editorial dessa edição, os editores descrevem o assunto especial que envolve a capa, eles que descrevem como a tecnologia pode ajudar a preservar plantas e animais brasileiros “No silêncio gelado de uma câmara frigorífica em Brasília, hibernam, para serem acordados daqui a um século, milhares de fragmentos da natureza brasileira”. De acordo com a reportagem “Estão ali os germoplasmas – sementes, mudas ou mesmo células – de 35 mil espécies da flora brasileira, um capital genético inestimável que a insensatez humana em muitos casos tenta varrer do mapa” (GLOBO RURAL, n. 54, 1990, p.3).

Segundo os editores de *Globo Rural*, essa experiência pode ser denominada “uma moderna arca de Noé, onde se dá guarida à vida ameaçada pelo dilúvio (nesse caso, o da devastação)”. A pesquisa concentra “modestas proporções” “60 metros quadrados. A do personagem bíblico era 100 vezes maior – tinha exatos 6.534 m². E, ao contrario daquela, que tinha ajuda divina, essa nossa padece ao descaso dos mortais” (GLOBO RURAL, n. 54, 1990, p.3). Se referindo aos poucos recursos dos institutos de pesquisa, e a falta de incentivo pelo governo, os editores descrevem que:

Ao penetrar os segredos desses Noés modernos, cujo curso de navegação mira o desbravamento da última fronteira do conhecimento, nada menos que a descoberta do código genético, a criação da vida, a reportagem de capa desta edição é um vigoroso alerta. É preciso dar mais atenção a trabalhos como o de Brasília. Tentar guardar, em frascos ou em computadores, um pouco da riqueza cobiçada que habita nossas matas (GLOBO RURAL, n. 54, 1990, p.3).

Ao denominar como “Noés modernos” esses centros de pesquisa que buscam criar iniciativas tecnológicas para preservar espécies, a revista destaca que até mesmos a preservação da natureza está sujeita a modernização. Embora, o projeto também vise guardar em laboratórios o código genético de plantas que incluem aquelas cultivadas na agricultura.

E, ao concluir o editorial, os autores destacam que era importante também “salvar animais rústicos, “pés-duros”, caipiras, que estão desaparecendo”. A causa, segundo os editores de *Globo Rural*, esses seres eram “sacrificados no altar de uma modernidade duvidosa. E é exatamente o sacrifício do passado que poderá, mais à frente, inviabilizar a criação de uma agricultura moderna – da qual o país necessita” (GLOBO RURAL, n. 54, 1990, p.3).

Juntamente com a edição 14, citada acima, de novembro de 1986, foi enviado aos assinantes uma Carta-dedicatória, onde havia a possibilidade dos mesmos presentear um amigo no natal com uma assinatura anual da revista. Quem aderisse a promoção deveria fazer um depósito na conta da revista com o valor da assinatura. Com o primeiro exemplar acompanhava uma carta dedicatória. Nessa carta, continha o seguinte texto, explicando o que era a revista:

Uma pessoa especial merece ganhar um presente também especial. Uma assinatura de *Globo Rural*. Este é meu presente de natal, especialmente para você. *Globo Rural* é a mais moderna e completa revista do homem do campo, com excelentes qualidades tanto a nível gráfico quanto editorial. Sem dúvida, é uma publicação que você também vai apreciar. Durante um ano, você vai receber mensalmente, em sua casa, um exemplar de *Globo Rural*, contendo inúmeras informações atuais sobre o mundo rural. A partir de agora, acompanhe de perto os acontecimentos de nossa realidade e a evolução de nosso país, através das páginas de *Globo Rural*. Tenho certeza que nelas você encontrará uma fonte valiosa de informações. Um Feliz Natal (GLOBO RURAL, n. 19, 1986, p.19).

A revista *Globo Rural* é apresentada como “a mais moderna e completa revista do homem do campo”, é interessante perceber nessa frase o significado da revista como moderna e quase como uma “ferramenta” do homem do campo. Além de todas as outras ferramentas e técnicas nela vinculadas, a própria revista pode ser vista como uma ferramenta para aumentar a produtividade, pois, como diz enunciado acima, nela se encontrava informações atuais sobre o mundo rural, os acontecimentos dessa realidade e a evolução desse setor no país. Por isso ela insiste também em dizer que o homem do campo precisa de informação, pois, ela se coloca como a fonte dessa informação.

No editorial da edição 25, José Hamilton Ribeiro destaca essa função de ferramenta nas mãos dos agricultores. Segundo ele “apesar das dificuldades a revista continua afinada. E reconhecida: acabamos de ganhar o prêmio da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos como veículo que mais contribuí este ano na divulgação das tecnologias adaptadas ao Pequeno Agricultor”, ele se refere nesse trecho tanto a revista quanto ao programa de televisão. Nesse trecho, foi o próprio fundador da revista que exaltou prêmio e a iniciativa de divulgar tecnologias adaptadas aos pequenos produtores, enfatizando essa característica (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.3).

CAPITULO II

SÍNDROME DE NOSTALGIA RURAL / MEMÓRIA RURAL

“As vezes me assalta o remorso de, sendo filho, neto e bisneto de fazendeiros, ter contribuído para que morresse a nossa fazenda”, escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade, inaugurando a seção “Leitura” na edição número um da revista *Globo Rural* (outubro/1985). Escolhido para ser padrinho da revista, através de um abaixo-assinado de toda a equipe de *Globo Rural*, Drummond de Andrade publicou nessa ocasião o texto “A Fazenda que Desapareceu do Mapa” nessa seção que visava publicar memórias sobre a vida no ambiente rural (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p.58).

O poeta descreve que no momento que chegou a sua vez de administrar a fazenda da família, “fugi da responsabilidade” destacou, alegando falta de jeito para lidar com a terra e com os animais. “Cedi a minha parte e fui cuidar de nuvens, no exercício da literatura”, escreveu Carlos Drummond de Andrade, explicando o abandono do campo pela cidade ainda na sua infância (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p.58).

A sua participação nessa primeira edição de *Globo Rural* é a de um morador da cidade que expressa sua nostalgia das lembranças de suas raízes rurais. Embora ele tenha preferido viver na cidade, passados vários anos, já em idade avançada, rememora sua infância rural e afirma “hoje tantos sóis já são passados, e não é mais hora de retocar a vida, sinto falta do que não tive ou perdi por debilidade minha, e chego a considerar-me fazendeiro do ar” (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p.58).

A revista *Globo Rural* destacou desde sua fundação o intuito de trazer textos de cunho informativo, “aproveitáveis para o cotidiano dos produtores rurais”, mas, ela destacou também a vontade de seus editores em tornar-se um “arquivo”. Dessa forma, embora todo seu conteúdo venha ser publicado com essa característica de ‘arquivar’, e que é própria de qualquer fonte impressa, *Globo rural* deu ênfase a uma seção dedicada a trazer textos memorialísticos sobre o passado de homens e mulheres relacionados ao campo, a “leitura”.

A seção traz textos de escritores e escritores, em sua maioria, artistas e literatos de destaque nacional. Carlos Drummond de Andrade é escolhido como padrinho e como àquele que inaugura a seção especialmente por ser um escritor conhecido e respeitado nacionalmente. Ele é responsável por criar o elo do leitor com essa seção, uma das únicas que serão mantidas em toda a trajetória da revista. Passados poucos anos Drummond viria a falecer, mas a revista passaria a lembrar de sua contribuição em

muitas edições posteriores, como destaca o editorial do editor chefe José Hamilton Ribeiro na edição de outubro de 1987, edição de terceiro aniversário da revista logo após a morte de Drummond:

Falando ao Jornal do Brasil poucos dias antes de morrer, na que talvez tenha sido a sua última grande entrevista, Carlos Drummond de Andrade referiu-se ao *Globo Rural* como o programa de tevê de que mais gostava. Como ele era padrinho da revista - autor inaugural da coluna “leitura” -, temos razão dupla para chorar sua partida. Mas como poeta não morre, só desencanta, nós continuamos com ele (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.3).

José Hamilton faz referência à ligação de Drummond com a revista e com a seção Leitura, mas, também a sua imortalidade, a imortalidade dos textos que ele deixou publicados na revista. Nesse mesmo editorial, a revista comemora os resultados desse segundo aniversário de circulação, dando ênfase para o dado de que 93% dos leitores são também colecionadores da revista. E o ato de colecionar algo remete diretamente a memória, o ato de arquivar para o futuro (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.3).

Mas além de estimular esse ato, percebo que a própria periodização e segmentação, a seleção de temáticas e a criação de colunas são atitudes da revista em busca de organizar a memória, pois, como conceitua Pierre Nora (1993), a memória, é de fato, no seu entender, “uma constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, é repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar” (NORA, 1993, p. 15).

Nessa perspectiva, a historiadora Ana Luiza Cerbino (2015, p. 51) esclarece que:

Ao elencar o que deve ser notícia e o que será esquecido, ao valorizar determinados aspectos em detrimento de outros, o presente é reconstruído de forma seletiva, estabelecendo uma espécie de índice para o leitor. E entender a revista como tal significa também “deter o tempo e bloquear o trabalho do esquecimento”, para assim percebê-la como um “lugar privilegiado”, pois ali estão presentes estratégias de legitimação de uma determinada parte da sociedade. Nesse sentido, a revista não é um espaço inocente muito menos transparente, ao contrário.

Assim, compreendo que a revista *Globo Rural* buscou promover espaços para deter o esquecimento do cotidiano do campo, mas, seu objetivo está longe de apenas “arquivar”, e sim buscar “legitimação de uma determinada parte da sociedade”. A memória é articulada em vista de promover uma “nova ruralidade”, apreender a atenção dos leitores através de seu interesse nostálgico pela memória rural.

A nova ruralidade de *Globo Rural* é uma modernidade discreta. Como tratado anteriormente, a revista visava reforçar a modernização da agricultura, porém, ela atribuía a esse processo a característica de ser “discreta” e nesse sentido inclui a valorização da ecologia e da “memória”. O rural discreto é construído com base nos discurso de memória, de nostalgia do passado rural do país.

De acordo com o crítico literário Andreas Huyssen (2000, p. 09) “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”. Nesse sentido, a revista *Globo Rural*, bem como suas colunas “crônica” e “Leitura”, apresentaram esse interesse, de forma tal que sua preocupação era reverberar a memória dos leitores, sejam eles moradores do campo ou da cidade.

Nesse sentido, busco compreender esse lugar dedicado a memória na revista. Pois, como afirma Huyssen “o lugar dado a memória numa determinada cultura é definido por uma rede discursiva extremamente complexa, envolvendo fatores rituais e míticos, históricos, políticos e psicológicos”. Dessa forma, diferentemente do pensamento que afirma que a modernização exclui o passado ou a manifestações da memória coletiva ou individual, entendo que a *Globo Rural* é um exemplo de como a memória é articulada dentro de um projeto de modernização. Sobre esse tema, Huyssen (2000) destaca que:

Assim, a lamentação de que a nossa cultura pós-moderna sofre de amnésia é apenas o reverso do conhecido lugar comum de crítica cultural que sugere que a modernização esclarecida nos livra da tradição e das superstições, que a modernidade e o passado são necessariamente antagônicos um ao outro, que os museus não são compatíveis com uma cultura verdadeiramente moderna, que um monumento moderno é uma contradição em termos – em suma, que ser radicalmente moderno significa cortar todos os elos de ligação com o passado. Tal era o credo de uma modernidade não autocrítica e de muitas de suas manifestações estéticas de vanguarda no princípio do século XX. No fundo, a modernização era o cordão umbilical muitas vezes não reconhecido que ligava os vários modernismos estéticos e as vanguardas à modernidade social e econômica da sociedade burguesa que eles tanto detestavam e combatiam (HUYSSSEN, 2000, p. 69-70).

A revista *Globo Rural* realiza uma crítica a modernização, especialmente no que diz respeito a devastação ecológica e a exclusão do homem do campo desse processo. E quando ela chama a atenção para a expulsão desses indivíduos do campo, ela destaca que tentavam apagar a cultura e o passado rural. Nesse sentido, a “modernidade discreta” defendida pela revista, vem para construir a ideia de que a modernização não

precisa excluir a tradição, a memória e o próprio homem do campo, mas, que ambos podem coabitar e este pode ser incorporado.

Utilizando de linguagem pastoral e se dizendo “fazendeiro do ar”, Drummond explicita que suas ideias e obras, assim como esse texto publicado na revista, ressaltam a nostalgia de rememorar seu passado rural. Esse será o centro de todos os textos dessa seção, a memória rural, tendo como eixo o processo de urbanização nacional. Dessa forma, a revista constrói vários aspectos nesse processo de criação de um arquivo de memórias do rural. *Globo Rural* se auto-constrói como documento e monumento do passado rural do país.

“Trazemos a Roça dentro de nós”, sob esse título a segunda edição da revista *Globo Rural* chamou a atenção dos leitores para as raízes rurais que, segundo o jornalista Otto Resende, estavam presentes em todos os brasileiros. Conjuntamente com a seção Leitura, a revista *Globo Rural* trouxe em alguns exemplares a coluna Crônica, cujo objetivo era refletir sobre o passado rural do país, porém, nessa seção eram publicados artigos de jornalistas da revista, enquanto que em Leitura os textos eram de convidados (GLOBO RURAL, n.2, 1985, p.38).

De acordo com Resende “Não é preciso consultar o anuário Estatístico para saber que a população brasileira está cada vez mais urbana. Ou cada vez menos rural. Os números dão notícia da corrida acelerada para a cidade, que por toda parte incha sem parar” (GLOBO RURAL, n.2, 1985, p.38). De acordo com Mello e Novais (1998) migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950), quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural nos anos 1960), 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). E Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581).

Ainda sobre a migração para a cidade, o autor Otto Resende destaca que:

São Paulo já se inclui entre as metrópoles mais populosas do mundo, disputando com Tóquio e Cidade do México. E poucos países tem o número de grandes cidades – ou cidades grandes – que o Brasil tem. O inchaço é geral, de norte a sul. No meu tempo de estudante de direito em Minas, já o velho professor Pedro da Mata Machado fazia uma pregação contra o êxodo rural (GLOBO RURAL, n.2, 1985, p.38).

Em 1980, as cidades abrigavam 61 milhões de pessoas contra os quase 60 milhões que moravam ainda no campo, em vilarejos e cidades pequenas (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 586). “Eu sentia um certo remorso de estar ali na aula, interessado no Direito

Romano, em vez de estar na lavoura, plantando, ou no retiro, bem cedinho, tirando leite”, destacou Resende. Assim como ele, boa parte da população do país, inclusive Carlos Drummond de Andrade, em seu texto na edição um, demonstra esse “remorso” de ter deixado o campo e quebrado a tradição de manter a propriedade familiar.

Rezende descreve as dificuldades enfrentadas no campo, e destaca que “Abandonar o campo para a cidade soava como traição, quando na verdade podia ser índice de desenvolvimento”. Pois, para muitos a urbanização era sinal de desenvolvimento, mas, o jornalista da revista destaca que “mais ou menos como tudo no Brasil, sucede, porém, que a urbanização se processou de maneira atabalhoada, sem que se tivesse promovido qualquer reforma na estrutura agrária” (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38).

Assim, a migração do campo para a cidade se deu principalmente por agricultores que viviam em situação de miséria. “A miséria do interior fugiu para a cidade e recolheu-se às favelas, nesse fermento canceroso que hoje é a marca universal do nosso atraso”. O autor acrescenta que “O pior é que, se a favela atrai, é porque a favela ainda consegue o milagre de ser melhor que a vida no campo, sobretudo onde o latifúndio e o pauperismo se dão as mãos para fazer o deserto” (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38).

“Cidade artificial, traçada no papel, a partir de um plano muito pouco inteligente, que contraria a topografia, Belo Horizonte queria ser uma ruptura com a Minas rural, com o Brasil essencialmente agrícola do Império e da República Velha” (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38). Otto Rezende destaca aí um traço histórico determinante, como explica o historiador Jó Klanovicz, “o Brasil republicano buscou transformar a condição agrária, que era entendida pelas elites como retrógrada e subalterna”, para o grupo social dominante a vida no campo representava o passado de atraso do país em relação ao progresso trazido pela modernidade.

Segundo Otto “O positivismo tinha ímpetus progressistas. Queria o futuro, com otimismo. Toda novidade era bem-vinda. Belo Horizonte nasceu um pouco dessa mentalidade”, em que o tudo o que era rural deveria ser abandonado para dar lugar a modernidade e ao progresso da urbanização. Segundo o autor da Crônica “basta ver o nome antigo da capital de Minas – Cural del Rei. Está aí inteirinho o passado agrícola e pecuário, depois que a Minas do ouro se exauriu”. Tudo era rural, “a gente tinha medo de dobrar uma esquina em Belo Horizonte e dar no curral ou no chiqueiro. A roça estava (ou está?) por toda parte, entranhada em nossa maneira de falar e no fundo de nosso coração” (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38).

No Brasil a industrialização foi recebida com deslumbramento. De acordo com Otto Rezende “As duas guerras mundiais abriram oportunidade para instalar aqui umas fabriquetas com tecnologia estrangeira. O café pagou a ânsia fabril de São Paulo. Por toda parte, todo mundo sonhava com a prosperidade da indústria” (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38). O sonho de se tornar uma nação moderna enfim parecia estar se tornando realidade, de acordo com Mello e Novais (1998) o sentimento de parte da sociedade era de que “faltava pouco” para nos tornarmos uma nação moderna.

Segundo *Globo Rural*, os brasileiros sequer sabiam o que os esperava, imediatamente largaram a enxada e abraçaram a industrialização “Juscelino Kubitschek em campanha ouviu numa cidadezinha um pungente pedido do prefeito para que instalasse ali uma fábrica. De que – quis saber o candidato. De qualquer coisa – respondeu o suplicante “Era a mística industrial””. O autor da matéria frisa que “Foi aí que ficou feio trabalhar na lavoura. Há trinta anos, Flávio de Carvalho foi uma voz solitária quando gritou que o agricultor é o trouxa da nação” (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38).

A agricultura de fato foi ficando para trás, para os caipiras sem letras nem tretas. Esquecemos nossas seculares raízes agrícolas. No entanto, somos todos recém-chegados à cidade. A colonização do Brasil se fez as custas de sucessivos ciclos agrícolas, do pau-brasil ao café. Mineiro da zona de mineração, nascido em São João Del Rei, não passei a infância no campo, mas sei que me umbigo esta na lavoura. Brasileiro é tudo cabra do eito. Meu pai nasceu na Boa Esperança, em Belo Vale, uma das mais antigas fazendas de Minas, tombada pelo patrimônio e hoje pertencente ao Estado. Tem uma capela com teto do Mestre Ataíde, devidamente louvado pelo Mestre Lúcio Costa (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38).

O jornalista destaca acima que os brasileiros haviam esquecido suas seculares raízes agrícolas, sendo que a pouco tempo o Brasil era mais urbano do que rural, “somos recém-chegados a cidade”. Essa matéria traz consigo o esforço em construir uma narrativa introdutória da situação do país, especialmente a reconfiguração constante do campo e da cidade. Especialmente para iniciar um projeto de rememoração de memórias e histórias do passado dos brasileiros no campo. Segundo Otto Resende o “Brasileiro plantado aqui há algum tempo (na cidade) traz fatalmente no coração a nostalgia do campo. Por isso nos sentimos meio exilados na cidade” (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38).

A cidade atraía os indivíduos em busca de melhores condições de vida. Porém, quando chegavam, os indivíduos encontravam a mesma situação de miséria e abandono,

levados a marginalização nas periferias. Dessa forma, a rememoração da vida no campo mexe com os migrantes que se concebem como exilados, além disso, é reforçada pela visão pastoral da natureza que é incluída nessa memória pelos escritores veiculados na revista. O autor finaliza sua crônica ressaltando que:

Casa de campo só é um sonho porque se forma com a palavra casa e porque é de campo. Uma vez entrei numa fazenda moderna na Dinamarca e me senti em casa. Tudo aquilo tinha um ar de família. Mais do que o Brasil antigo, porém, era uma antecipação do Brasil futuro, como a gente o quer – e como o sonhamos, todos os que desejamos que este gigante adormecido saia um dia da miséria (GLOBO RURAL, n. 2, 1985, p.38).

O trecho acima enfatiza “o Brasil, do futuro – como a gente quer”, moderno, sem miséria, e que “nos sintamos em casa”, ou seja, que remeta ao passado rural, fazendo referencia a modernidade discreta. A revista reúne algumas ferramentas nessa empreitada pelo consumo da nostalgia rural. Levar as lembranças do cotidiano num espaço rural, o contato com a natureza proporcionado pela proximidade com áreas naturais, o sonho em retornar e ter uma casa no campo, e o avanço da modernização que acabaria com a miséria.

Nesse sentido, conforme Cerbino (2015, p. 51) afirma, nas páginas de revistas “encontram-se traços e vestígios de uma parte da sociedade que se fez reconhecer, impondo uma visão da realidade, cujo objetivo é tomar a memória como ferramenta para elucidar visões de mundo”. A autora conclui que esse ato de publicar as memórias de um lugar, de pessoas e de sentimentos deixam vestígios da história no periódico “são traços e vestígios que deixam marcas impressas em um suporte, elaborando a percepção de determinado momento” (CERBINO, 2015, p. 51).

Sendo assim, percebo que a própria revista e em especial a seção “Leitura” são “lugares de memória”, segundo a acepção de Pierre Nora (1993), na medida em que é seu papel selecionar temas que devem ser lembrados e esquecidos. Ou seja, constroem características que devem ser lembradas sobre o passado rural. Com foco no sentimento de pertença que é produzido nos leitores, através da nostalgia de uma memória coletiva que pressupõe que todos os brasileiros tem um passado ligado ao campo.

Os anos 1980, período em que a revista é fundada (1985) retratam um fenômeno novo, já anunciado acima por Huysen (2000), “a valorização da memória”. Segundo esse autor:

Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX. Desde os mitos apocalípticos de ruptura radical do começo do século XX e a emergência de um “homem novo” na Europa, através das fantasmagorias assassinas de purificação racial ou de classe, no Nacional Socialismo e no stalinismo, ao paradigma de modernização norte-americano, a cultura modernista foi energizada por aquilo que poderia ser chamado de “futuros presentes”. No entanto, a partir da década de 1980 o foco parece ter se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes; este deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo precisa ser explicado histórica e fenomenologicamente (HUYSSSEN, 2000, p. 09).

Esse “deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo” faz emergir a ideia da necessidade de “rememorar”, seja a experiência local, nacional ou global. No caso da revista *Globo Rural* o que percebo é a iniciativa de construir uma memória nacional do campo, dando voz a personagens que vivenciaram sua infância em ambientes rurais e que contrastam sua memória com seu presente urbano.

O objetivo da revista “ser um arquivo de memórias” foi expresso já na primeira edição, José Hamilton Ribeiro ao elencar “as vantagens” da escrita de uma revista para um programa de televisão, descreve que “A escrita então é mais pobre? Não. É apenas diferente. Em alguns casos leva vantagem, como no ponto em que tem memória, em que se torna um documento em disponibilidade o dia inteiro e não “só na hora do programa” (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p.3).

Fica evidente, não só a partir da fala de seu editor chefe, mas na revista em geral que a memória teria um lugar reservado. Seja, para deixar algo para futuro, seja para rememorar a vida rural do “homem do campo” que ela constrói. Entretanto, percebo que quando o editor Ribeiro fala na “disponibilidade” do texto de revista e a memória, não se refere apenas ao sentido de registro, mas de trazer para o presente aquilo que se quer lembrar, como explica Cerbino (2015, p. 52):

Percebe-se, portanto, que os lugares de memória não são um simples espaço para registro, representam mais que isso. São os resíduos e os testemunhos; são os depositários que condensam simultaneamente um espaço e um tempo. Tais lugares começam onde o mero registro termina, tornando-se o simbólico e/ou o emblemático inscrito no presente.

Nesse sentido, assim como qualquer outro documento histórico, uma revista não pode ser vista como um mero local de registro. A revista seleciona, silencia e emite opiniões, seja pela sua equipe editorial, seja pelos artigos assinados ou pela publicação de cartas de leitores. Ao registrar em suas páginas acontecimentos, relatos e notícias,

transformações sociais e ambientais, *Globo Rural* ajudou a produzir sentido para os processos históricos em andamento naquele momento, destacando o que e quem deveria ser lembrado, mais ainda, como estes seriam rememorados (CERBINO, 2015).

Nessa perspectiva, em maio de 1986, a revista *Globo Rural* publicou uma extensa reportagem sobre a “saúde” do passado rural de uma vila no interior do Estado de São Paulo. Com o título “Araçariguama: Uma Saudade Documentada, o repórter Renato Pompeu descreveu a transformação na paisagem rural da cidade, baseado num estudo antropológico sobre a mesma. “Foi anotado tudo o que acontecia, dia após dia, naquela comunidade rural. Era uma pesquisa, em 1946. Fomos lá hoje, ver o que mudou em 40 anos”, destacou o jornalista (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.68).

Essa reportagem representa a iniciativa da revista *Globo Rural* em despertar nos leitores e leitoras a nostálgica recordação da vida no campo. A narrativa é preenchida pelo contraste entre traços do local em 1946, período do estudo, e aqueles encontrados em 1986 pela equipe da revista. De acordo com a reportagem “As memórias de uma comunidade rural costumam estar impressas na lembrança dos moradores e marcadas nas formas das plantas cultivadas, no traçado dos caminhos, nas construções, nas encruzilhadas”. A diferença principal, nesse caso, seria a pesquisa que procurou documentar as memórias de Araçariguama:

[...] no caso de Araçariguama, 7.000 habitantes, um distrito do município paulista de São Roque a 50 km da capital, essas lembranças estão registradas num livro editado no Brasil em 1966, chamado Cruz das Almas, do antropólogo americano Donald Pierson. Este livro foi o resultado de uma vasta pesquisa iniciada em 1946 e conta como era Araçariguama nessa época, como viviam e pensavam seus habitantes, como plantavam e faziam suas festas (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.68).

O antropólogo responsável pela pesquisa, o americano Donald Pierson, contou com o trabalho de “dezenas de pessoas ligadas a Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo. Entre elas, o então jovem estudante Carlos Borges Teixeira, que recebeu a missão de morar na vila durante vários anos, com tempo integral para ficar observando e anotando tudo o que via”. O objetivo da reportagem era, pois, narrar principalmente as mudanças percebidas com o passar de quarenta anos (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.68).

Tal narrativa é realizada descrevendo o passado rural e a atualidade do local preenchido pela incorporação da modernização agrícola e da urbanização. Mas o destaque está naquilo que o próprio título evoca “a saudade documentada”, ou seja, a

nostalgia de entrar em contato com o passado rural através do documento livro, transformado num monumento da memória da cidade, que reflete o passado rural daquele lugar (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.69).

De acordo com a descrição do repórter “no lado urbano a vila mudou pouco: os velhos prédios continuam os mesmos, ganhando apenas a companhia dos prédios novos”. No campo, porém, assinala Renato Pompeu “a transformação no aspecto físico foi total: não se vêem mais casas de pau a pique, que eram as únicas existentes nos sítios e fazendas há quarenta anos” (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.69).

Além disso, a reportagem descreve o aspecto social:

Com a vida das pessoas – o aspecto social – deu-se o contrário: a área urbana mudou mais do que o campo e hoje há fabricas na vila, enquanto o campo preserva a estrutura social de quatro décadas atrás: dezenas de sítios e pequenos proprietários e somente quatro fazendas. Com um dado novo: um parte dos sítios passaram de propriedades produtivas para propriedades de lazer, comprados por gente da capital. E grande alteração material: em 1946 só se chegava a cavalo; hoje, Araçariguama fica a beira de uma das mais modernas rodovias do país, a Castello Branco (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.69).

Todavia, segundo relato de Carlos Borges Teixeira, “a principal mudança não aconteceu no campo material, seja social ou físico. E não esconde certa mágoa pelo que se perdeu nessa viagem pelo tempo”. Segundo o pesquisador, que teria feito da cidade sua casa, “os contatos primários foram substituídos pelos contatos secundários”. Explicando esses termos a revista afirmou que “em sociologia, “contato primário” é o conceito que indica convivência entre pessoas que se conhecem, e “contato secundário” as relações entre pessoas desconhecidas” (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.69).

O exercício realizado por Carlos Borges é o mesmo que a revista convida seus leitores a realizar, rememorar aquilo que deixa “saudades” e que “não existe mais”. Todavia, como afirma Jacques Le Goff (2003, p. 525) o documento, ou seja, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” e no caso do estudo em questão, os antropólogos, que procuraram documentar o cotidiano daquele lugar.

É evidente que, ao tomar o livro, o relato dos pesquisadores, dos moradores do local, em 1946 e em 1986, a revista *Globo Rural* transforma-os esses “documentos” em ferramentas para comercializar a nostalgia como objeto de consumo e para influenciar

os leitores. Dessa forma, trazer essa reportagem para essa análise é também “mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder” (LE GOFF, 2003, p. 525).

Essa reportagem expressa àquilo que Andreas Huyssen (2000, p. 15) chama de uma “comercialização crescentemente bem-sucedida da memória pela indústria cultural do ocidente”. Huyssen (2000) cita o conceito “Erlebnisgesellschaft” utilizado pela sociologia alemã, para explicar esse fenômeno identificado em “sociedades que privilegiam experiências intensas, mas superficiais, orientadas para as alegrias instantâneas no presente e o rápido consumo de bens, eventos culturais e estilos de vida associados ao consumo de massa” (HUYSSSEN, 2000, p. 39).

Carlos Borges é destacado pela reportagem porque diferente dos demais pesquisadores ele morou em Araçariguana. E segundo a própria reportagem “Carlos se envolveu tanto na missão que acabou casando com uma moça do lugar e comprando um sítio, onde até hoje vai passar os fins de semana”. Sendo assim, é essencial perceber a condição de construção do livro “Cruz das Almas” e do próprio relato de Carlos, pois, é o relato de alguém que cria uma ligação íntima com o lugar (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.69).

Segundo Carlos Borges, a principal mudança, a que mais se sentia quando relembra o passado era de que:

Há quarenta anos, todo mundo se conhecia nas ruas e caminhos, qualquer contato – da compra de uma garrafa de leite a entrega de uma carta – era um fato importante e inesquecível na vida dos envolvidos. Pois tudo estava tingido pela emoção de reações de pessoas amigas. Hoje, como em qualquer metrópole, pode-se passar um tempão em Araçariguama sem topar com um único conhecido (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.70).

Com o tempo a urbanização teria dificultado as relações interpessoais que, segundo Carlos, eram comuns à vida no campo em 1946. Além disso, segundo ele, a “vida em Araçariguama há quarenta anos estava marcada pelas crenças. A igreja era uma presença contínua e intensa na vida das pessoas, não só com as missas, mas com as rezas e novenas, hoje desaparecidas”. Nesse trecho é possível perceber um traço que figura na maioria dos relatos nostálgicos sobre o ambiente rural: a relação dos moradores do campo com a mística, com a espiritualidade, com a igreja (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.70).

Carlos Borges descreve que “a igreja tinha na vida das pessoas – há quarenta anos – a mesma importância de séculos atrás. Hoje a igreja é uma presença distante, mais comentada por ter sido cenário de novelas de TV”. Sendo que “a aura mística da igreja

na vida de Araçariguama foi substituída pela aura colorida dos televisores” diz Carlos (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.70).

A reportagem traz ainda o relato de “dona Alice” que vivia no vilarejo de Araçariguama desde 1940. A reportagem traz duas fotos de dona Alice na janela de sua casa, uma em 1946 e outra em 1986:

Figura 9: Dona Alice em 1946 e 1986, na mesma janela: antigamente era bem mais feliz



FONTE: Revista Globo Rural – n. 8 de 1986

Na descrição da imagem a revista destacou uma frase de dona Alice “antigamente era bem mais feliz”. Fazendo alusão a foto de 1946 em que da janela ela tinha contato com os cavalos e a outras características desse passado que ela vai narrando. Em 1986 uma diferença” “hoje não entram mais cavalos no quintal das casas de Araçariguama”. Destacando ai relação que a sociedade local da época se relacionava com os animais, o cavalo, por exemplo, era o principal meio de locomoção em Araçariguama em 1946 (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.70).

Logo em seguida, Dona Alice conta que em 1986 “as facilidades na vida são bem maiores do que há quarenta anos, mas que as festas de então, “mesmo a luz de gasolina”, eram muito mais animadas”. Segundo ela se queixa, passou a existir na vila somente “baile de discoteca e as pessoas de mais idade tem que se deslocar até Sorocaba para dançar forró” (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.70). Ainda de acordo com ela:

As ruas de Araçariguama eram também muito mais animadas do que hoje, por causa das frequentes procissões. Sobraram poucas, três por ano, quando eram mais de dez – e, diz ela, agora é preciso chamar gente para carregar o andor, função disputadíssima nos outros tempos. Além disso não há mais festas religiosas, como as de São Benedito e

São José, e mesmo as festas juninas perderam o caráter religioso (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.70).

A utilização do relato e da imagem de dona Alice, um personagem real, assim como demais apresentados, é rica de informações sobre o processo histórico pelo qual passou o lugar. Mas principalmente, destaco a utilização de sua memória como ferramenta de entretenimento para o consumo daqueles leitores e leitoras da revista que se identificavam com o relato. Principalmente a forma dicotômica de contrastar os dois momentos, as imagens do “antes e depois” de dona Alice. No trecho a seguir isso fica evidente:

Se fisicamente os prédios de Araçariguama pouco mudaram, as pessoas que passam por eles têm aparência e vida bem diversa. As calças de brim remendado foram substituídas por jeans ou roupas de corte americanizado. Ninguém mais anda descalço. Em 1946 havia apenas um aparelho de rádio na vila e as pessoas se amontoavam em volta dele para acompanhar os jogos do campeonato paulista de futebol, única coisa de fora que interessava a vila. Em 1986 ouviu-se de tudo e a televisão trouxe outras preocupações: a guerra atômica e a poluição. Há quarenta anos se podia encontrar a qualquer momento na mata um tucano ou um pitangueira silvestre. Nada disto existe mais (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.71).

A reportagem descreve ainda a transformação da paisagem rural quanto ao abandono de ferramentas tradicionais e a utilização do maquinário como um sinal de mudança de temporalidades:

Há quarenta anos não se usava arado em Araçariguama: só enxada e enxadão. Agora são tratores com arado a disco, mesmo nos sítios, não só nas fazendas. Há até um sítio que trabalha com gado estabulado, com as técnicas europeias e americanas mais modernas, o sítio do Madu, onde vive a vaca holandesa que bateu o recorde brasileiro de produção de leite. Muitos sítios mantiveram a produção tradicional de arroz e milho mais para o gasto, vendendo só o que sobra – mas mesmo nesses sítios há televisão e geladeira. E a aração é feita com tratores alugados. Ano passado foi aberta até mesmo uma loja de agrotóxicos em Araçariguama, que continua querendo dizer, em tupi, “... bando de tucanos”, embora não haja mais tucanos no lugar, como não há outras espécies que havia em 1946, uru, perdiz, baitaca, tangara, papagaio, sagui, preá, cachorro do mato, capivara; ou plantas (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.71).

Nesse trecho da reportagem é possível perceber como a modernização da agricultura serve como parâmetro onde a pessoa que recorda usa como fronteira para descrever o passado, do qual sente saudades, e aquele da modernização, das máquinas, tratores, agrotóxicos. Além disso, a nostalgia se concentra de forma clara no trocadilho

do autor que cita a abertura da loja de agrotóxicos em Araçariguama, cujo nome “continua a dizer em tupi terra dos bandos de tucanos”, mas agora, somente no nome, pois esse, assim como outros animais e plantas não existiam mais ali (GLOBO RURAL, n.8, 1986, p.71).

Nessa perspectiva, percebo que em geral três temáticas figuram nessa seção, ou seja, são recorrentes nas descrições dos autores que publicam na coluna Leitura. São elas: a percepção que tiveram do processo de urbanização do país, a descrição do cotidiano em ambientes tidos como rurais e por fim a lembrança de um rural sempre ligado com a natureza. Sendo assim, tendo como base a seção Leitura e a repercussão dessa temática nos demais espaços da revista, abordo a diante essas três temáticas na construção desse arquivo de memórias rurais na revista *Globo Rural*.

2.1 A URBANIZAÇÃO

Uma característica da seção Leitura é a reflexão sobre o processo de urbanização do Brasil. Carlos Drummond de Andrade inaugura esse tema já na primeira edição, segundo ele “minha geração assistiu ao final do processo de dissolução da propriedade rural, patrimônio tradicional de clãs, em troca de uma industrialização e uma urbanização que aumentaram o numero de pobres e só distribuíram felicidade a pouca gente”. Percebo ai traços evidentes do que Garrard aborda como a “pastoral” uma visão idílica do rural, lugar simples onde se vivia feliz em meio a natureza. Segundo o próprio Carlos Drummond de Andrade a industrialização e a urbanização “aumentaram o número de pobres e distribuíram felicidade a pouca gente”.

Drummond de Andrade faz menção a algo que viria a figurar na maioria dos posteriores artigos nessa seção: a construção de uma dualidade tendo o passado no campo como um local de felicidade e harmonia e o presente nas cidades como o local que traz “felicidade a pouca gente” (GLOBO RURAL, n. 1, 1985, p.58).

Sob o título “Rurais de segunda sacudida”, o Jornalista Carlos Moraes iniciou seu texto na coluna leitura da edição número 11 de agosto de 1986, com o que chamou de “psicologia da sacudida”. “Há muitos anos lido com a revista de Psicologia, mas a melhor definição das diferenças entre homem e mulher me foi dada por um velho vigário de Cacequi, Rio Grande do Sul”, escreveu Carlos, “Confissão de homem é como um saco de pedra: abrindo a boca cai tudo. Confissão de mulher é como um saco de

farinha: sacudindo, sempre vem mais um pouco”, acrescentou o autor para destacar que é a partir dessa psicologia da sacudida que ele afirma que “no fundo, somos todos rurais. Provar é fácil: pega eu” (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58).

Nessa matéria, a revista *Globo Rural* trouxe um jornalista, morador de uma metrópole, a cidade de São Paulo, que através da narrativa de suas memórias da infância no campo se dirige a todos aqueles leitores e leitoras que consumiam a revista na área urbana. Pois, segundo o autor “sacudindo um pouco” cada morador das cidades deixaria cair traços de seu passado no campo. Ele se coloca como exemplo disso, aparentemente, ao olharmos para ele vemos um homem urbano:

Eu, sacudindo um pouco, o que é que cai? Cai psicologia, Reich, Jung, Freud, Ângelo Gaiarsa. Cai arte, Bergman, Fellini, Fassbinder, Milan Kundera, Marcos Rey. Cai São Paulo, MASP, Corinthians, Belas Artes, Montechiaro e algumas pizzarias. Cai um moço culto e urbano, já meio apaulistanado (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58).

Entretanto, “sacode mais um pouco, mais a fundo” o que é que cai?

Cai coxilha, sanguinha, suor de cavalo, bosta de vaca, titica de ovelha, preá, tropa de gado de osso, bodoque, caniço, pessegueiros em flor e um monte de assombrações. Cai, de bombachinha de brim, um gaúcho de cerro branco, 2º distrito de Lavras do Sul. Cai eu. Um que, de longe, ninguém diz (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58).

De acordo com Carlos Moraes, as pessoas nunca perdem sua essência rural, mesmo incorporando as “características de uma vida urbana”. Ele esclarece que “ali por 1972 as cidades viraram o jogo. Juntas, passaram a ter mais habitantes que o campo. O Brasil passou a ser mais urbano que rural. Bobagem. Estatística. Somos todos rurais”. Dessa forma, o rural faria parte de cada indivíduo (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58).

Todavia, as características atribuídas ao “ser rural” e “ser urbano” são construídas a partir de diferentes lugares e interesses. Dessa forma, fica evidente a iniciativa da revista em construir com esse tipo de narrativas uma memória coletiva sobre o passado rural. Afinal, ao construir sua perspectiva de ruralidade a atrair pessoas, a revista *Globo Rural* busca criar um rural ideal, a partir daquilo que é idealizado nessas crônicas e memórias. A revista busca vender os produtos que propiciem a nostalgia da recordação do passado no campo e, ao mesmo tempo, a construção daqueles traços do rural que são enunciados.

A historiadora Ana Luiza Cerbino (2015) explica que “os lugares de memórias”, como a revista *Globo Rural*, a coluna Leitura ou mesmo a crônica de Carlos Moraes,

“não dependem da natureza concreta que os define, mas daquilo que os habita”. De acordo com Cerbino (2015) “Tal ocorre porque a memória necessita ser alimentada no cotidiano e a partir dele, já que ela não é natural, mas uma construção realizada no presente e em constante movimento, pois ela não é a lembrança, mas o esquecimento” (CERBINO, 2015, p. 52).

Nesse sentido, cada “leitura”, cada traço “recordado” é reconstruído para alimentar uma espécie de “rito” que mantém a memória viva, longe do esquecimento. “Por isso precisa de ritos, de ordenações, de um lugar para estar e sobreviver. Vale ainda ressaltar que os lugares de memória revelam processos sociais, interesses e embates, que por sua vez representam as “marcas do tempo”” (CERBINO, 2015, p. 52). Um exemplo dessas características, são os “ditos populares” que o autor Carlos Moraes destaca, acompanham os indivíduos onde estiverem:

Pega eu de novo. Fiz três anos de sociologia, quatro de teologia, alguns de jornalismo, mas meu raciocínio, o pouco que tem, é gaúcho. Campeira é a minha Weltanschauung. Quando meu ser-no-mundo não anda, penso é como o seu Brasilício, um tropeiro de chapéu azul, lá das Lavras: é no trotar das carretas que as abóboras se acomodam. Quando preciso mudar serio na vida, o que me vem na cabeça é a frase de um velho gaúcho em minha primeira viagem de ônibus: não adianta chorar muito em catacumba errada. E, quando alguém se mostra ambíguo, digo que é mais resvaloso que telefone de açougueiro. No máximo sofisticado essas comparações gauchescas. Pra mim, cara que enrola muito em mais voltas que superego de seminarista. E dias desses achei que uma moça aí, toda produzida, estava mais elaborada que óbvio de argentino (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58).

Dessa forma, o autor frisa que é importante, esteja onde estiver, “manter vivo” o rural de cada experiência. E, segundo ele, seja qual for a formação ou a vivência urbana, sempre permanecem as características rurais da pessoa. “Ser rural é isso. Pode beber Sartre, Heidegger, São Tomás de Aquino que, sempre, no fim, mija gaúcho. E podem as estatísticas dizer que já somos mais urbanos. A alma vira mais devagar, se é que vira” (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58). De acordo com ele, todos tem algo a contar sobre o passado no campo:

O jornalista Alexandre Machado me disse que ali na hoje intransitável avenida Rebouças, onde passou a infância todas as tardes vinha um sujeito vender leite com a vaca em pessoa. E ele tendo quarenta e poucos anos. Roberto Avelino me contou uma vez que caçava preá ali no bairro do Brooklin, onde hoje é a Kibon. E não é só nós. Pega qualquer engravatado ali na Avenida Paulista. Sacode um pouco. Cai puro cartão. Cartão de crédito, de visitas, da Golden Cross, de

motorista, mais CPF, RG e fosforo de motel. Sacode mais um pouco, cai terra. Terra roxa do Paraná, terra verde do Rio Grande, terra preta de Ribeirão, terra seca do Nordeste, terra molhada de Belém do Pará (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58).

No trecho acima, é possível perceber a ênfase dada pelo jornalista a essa presença “da terra” do rural em todos os indivíduos urbanos. Mas, mais do que urbanos, aos indivíduos modernos, levando a reflexão que a modernidade discreta está também presente em cada individuo, basta que a recordação, a nostalgia, desperte em cada um. Ao concluir sua crônica, o jornalista Carlos Moraes destaca exatamente esse momento em que o individuo se deixa envolver pela narrativa de uma recordação do passado rural:

As estatísticas nem sonham os rurais interiores que nós, urbanos, carregamos. Nem que, de alma, nós, os rurais, somos maioria. Nem que o fotógrafo Leonid Streliaev, um russo de alma pampeana, me telefonou ontem dizendo que tinha dado outra volta nos céus do Rio Grande, ar luminoso de outono e que eu fiquei mudo no telefone e que, se alguém me explicasse naquele momento a psicologia da sacudida, não ia sair pedra nem farinha – só andorinha (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58).

O autor enfatiza que “ficou mudo” como se estivesse revivendo a memória do campo. Sentimento que sua crônica também visou despertar nos leitores e leitoras quando construiu suas memórias. Memórias que são ordenadas, manipuladas e pré dispostas pela revista para atender aquilo que ela almeja (GLOBO RURAL, n. 11, 1986, p.58). Nesse sentido, Cerbino (2015) destaca que “a periodização das revistas acaba por organizar a memória, uma constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, é repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar” (CERBINO, 2015 *apud*, NORA, 1993, p. 15).

Além disso, nessa seção especialmente, os autores das matérias descrevem o processo pelo qual ambientes rurais haviam passado até tornarem-se urbanizados. É o caso de Millôr Fernandes, na edição número 15 em “Leitura”. Com o título “Quando todos viviam: a infância num bairro rural da verdadeira Cidade Maravilhosa”, o autor descreve a “ruralidade” do bairro Meyer, região central da cidade do Rio de Janeiro, embora não cite o período, Fernandes destaca que o período do qual fala remete a sua infância (GLOBO RURAL, n. 15, 1986, p.112).

Millôr Fernandes descreve que “Cercando tudo, um vasto quintal que, rodeado pelos quintais vizinhos, facilmente acessíveis pelos muros, ou buracos nas cercas, dava-

nos uma vida bastante rural, dentro da capital da República! É, o Meyer era, definitivamente, para nós crianças, um bairro rural”. O autor ressalta que nesse momento, o Rio de Janeiro mantinha aspectos ‘rurais’, em alguns de seus bairros. Millôr conclui afirmando que “todo o Brasil amava o Rio – como aquilo que realmente era: “Cidade MA-RA-VI-LHO-SA” (GLOBO RURAL, n. 15, 1986, p.112).

2.2 SÍNDROME DE NOSTALGIA RURAL: A NATUREZA

De acordo com Donald Worster (2005, p. 85) “é necessário dizer que a natureza se tornou um dos principais temas no mundo moderno”, figurando também em todas as edições da Revista *Globo Rural* de 1985 a 2005. E como sugere Worster (2005) a natureza em si e as paixões humanas são deslocadas e condicionadas por forças da cultura, da aprendizagem e da história (WORSTER, 2005, p. 85).

A forma com que essa palavra aparece nas páginas dessa revista é variada e complexa. Vai desde a descrição da flora e da fauna, passando pela relação dos seres humanos com o ambiente e com os demais seres vivos até as matérias sobre preservação ambiental e anúncios de técnicas, insumos e agrotóxicos e seu impacto na natureza.

Todavia, resalto nesse capítulo como se dá a utilização desse termo em discursos que visam construir a memória da vida no campo. Segundo Moacyr Scliar (1990) na edição 53, da revista *Globo Rural* “Existe uma curiosa afecção, comum, sobretudo entre os habitantes das grandes cidades, caracterizada por aquilo que poderíamos chamar de Síndrome de Nostalgia Rural (SNR)” que se liga diretamente a um interesse pelo que é rural, em especial pela proximidade desse com a natureza (GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98). Ainda segundo Moacyr Scliar, tal síndrome se manifesta por:

- 1) Suspiros incontidos, desencadeados pelos cantos dos pássaros ou pela simples evocação de uma paisagem campestre;
- 2) Aperto no coração diante do asfalto e dos monstros de concreto que caracterizam as metrópoles;
- 3) Vontade incontrolável de rolar na grama, mesmo em locais (tais como parques) em que isto é expressamente proibido;
(GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98).

Além disso, segundo ele “A SNR incide de forma generalizada no meio urbano, mas há certos grupos que, por uma razão ou outra, são a ela mais propensos”. Nesse sentido, o ecocrítico britânico Greg Garrard (2006), explica essa acepção sobre a natureza, ele afirma que “desde as reações poéticas do movimento do romantismo à Revolução Industrial, a pastoral tem moldado de forma decisiva nossas construções da natureza” (GARRARD, 2006, p.88). Ou seja, narrativas como essa feita por Moacyr Scliar, e outras semelhantes, muito comuns na revista, carregadas de características bucólicas buscam designar a atração gerada pela natureza e pelo ambiente rural (GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98).

Segundo Garrard “Com suas raízes no período clássico, a pastoral mostrou-se infinitamente maleável para fins políticos diferentes, e potencialmente nociva em suas tensões e evasões”. O autor Moacyr Scliar, demonstra ter algum conhecimento crítico desse processo que vem a denominar de SNR, tanto que em suas palavras é possível perceber alguma ligação com a citação de Garrard. De acordo com Moacyr Scliar “Os intelectuais, por exemplo, sofrem de SNR desde que os filósofos gregos vagueavam pelos bosques com seus discípulos, especulando sobre a origem do universo, e, particularmente, sobre a origem dos mosquitos que não os deixavam em paz” (GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98).

Nesse sentido, Garrard explica que a tradição pastoril de moldar a visão social da natureza tem uma longa história da qual a ecocrítica tem buscado se debruçar para compreender. Parafraseando Terry Gifford, Garrard (2006) distingue três tipos de pastoral.

[...] a tradição especificamente literária, que envolve uma saída da cidade para o refúgio no campo, originária da antiga Alexandria e que se tornou uma forma poética fundamental na Europa, durante o Renascimento; em linhas gerais, “qualquer literatura que descreva o campo num contraste explícito com o urbano” (1999, p.2); e um sentido pejorativo, no qual “pastoral” implica uma idealização da vida rural que obscurece as realidades do trabalho e das agruras do campo (GARRARD, 2006, p.55).

Em minha análise percebo que as páginas de *Globo Rural* remetem de forma mais próxima a segunda definição “qualquer literatura que descreva o campo num contraste explícito com o urbano”. De acordo com Moacyr Scliar (1990) “foram dois escritores que melhor deram expressão ao culto da natureza. O primeiro foi o norte-americano Thoreau, em *Walden*; o segundo foi o russo Leon Tolstoi, que renunciou ao mundo para se refugiar na sua propriedade em Iasnaia Poliana”. O autor do texto de

Globo Rural faz menção a esses dois famosos textos, cuja centralidade é a fuga da cidade para o campo, para locais onde a natureza está presente (GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98).

É nesse sentido que Garrard (2006) explica essa segunda dimensão da pastoral. Que teria expandido o contraste entre campo e cidade para grande parte da população com o avanço dos processos de urbanização. Especialmente através da poesia romântica, “forneceu-se a linguagem, as imagens e até os locais” para a popularização da pastoral (GARRARD, 2006, p.55).

Moacyr Scliar descreve que

O tratamento da SNR é longo e difícil. Pode-se tentar medidas paliativas, tais como jardins, vasos de plantas e bichinhos de estimação. O problema é que um jardim exige, em primeiro lugar, espaço, e, as vezes, para consegui-lo, é preciso demolir a casa; exige também um jardineiro, um homem que está imunizado contra a SNR graças aos excelentes honorários que cobra. Vasos com plantas representam uma solução mais prática, mas infelizmente demandam cuidados – que os intelectuais, preocupados com as grandes questões de nosso tempo, esquecem de proporcionar. Além disso, e segundo as pesquisas mais modernas, é preciso falar com as plantas, coisa que constrange a categoria dos pensadores; eles preferem falar as câmeras de TV. Quanto a bichos de estimação... Bem, um poodle não chega a evocar uma paisagem rural – e, por outro lado, não são muitos os que aceitariam vacas ou mesmo cabritos no living (mesmo que seja um daqueles livings que os anúncios de apartamento descrevem como “cinematográfico”) (GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98).

Há ainda, de acordo com ele ““O tratamento radical” (alguns diriam desesperado) para a SNR é o chamado “êxodo urbano”” (GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98). Consiste, como o nome está dizendo, em abandonar a cidade, de preferência precipitadamente e o mais depressa possível em direção ao interior. O autor enfatiza que:

Em primeiro lugar, no campo existe ar puro, árvores, passarinhos cantando – mas não existe o bar da esquina, nem o restaurante da moda e nem cinemas de arte. Em segundo lugar, as pessoas, e especialmente os intelectuais, precisam de alguns conhecimentos mínimos sobre o trabalho no chamado setor primário. As vacas não dão o leite em saquinhos de plástico; é necessário ordenha-las. A formiga, na fábula de La Fontaine (outro intelectual!) é uma criatura diligente, sempre disposta a dar lições de moral a cigarra, é capaz – na vida real – de destruir uma planta num abrir e fechar de olhos. E ainda há a questão do crédito agrícola etc, etc (GLOBO RURAL, n. 53, 1990, p.98).

No trecho acima, percebe-se o destaque para o conhecimento da realidade da vida no campo. Os intelectuais idealizariam esses locais e somente a vivência poderia retratar como eles realmente eram. Nesse ponto, o autor busca explorar o vínculo da revista com os leitores que haviam morado ou tido algum contato com o campo, pois, os mesmos se identificariam com essas afirmações de que era preciso conhecer o ambiente para não frustrar sua experiência de migrar para algum desses lugares.

Pietro Maria Bardi, diretor do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em uma publicação na seção Leitura de *Globo Rural*, edição 16, chama a atenção para o “cenário esquecido”, ou seja, a ausência, segundo ele, da natureza e da agricultura na arte. O próprio Pietro, afirma ter organizado exposições retratando o ambiente rural, “quantas vezes abri salas para mostrar e discutir até mesmo novidades da agricultura, casos ligados à arte, naturalmente não técnicos, mas simples evocações de casos de história” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.96).

Pois, para esse autor era de grande importância retratar o campo, especialmente o “herói” que nele vive, o agricultor: “justamente sobre o campo, sendo protagonistas o bravo herói que tirou da terra a sua riqueza” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.96). Pietro Bardi conta ainda que:

Tinha ouvido maravilhosas novelas sobre um, de origem italiana: um senhor com todo o ar de camponês, parcimonioso em tudo, no comportamento, na casa modesta onde morava, no palavreado, um empresário do qual logo lembrei quando Antônio Ermírio de Moraes, numa conversa eleitoral, falou sobre os que gastam o tempo dez por cento conversando e noventa por cento trabalhando. Refiro-me a um personagem que chamavam *niente meno* que “o rei do café”, o caro Geremia Lunardelli. A esse soberano, quando inauguramos o MASP com Assis Chateaubriand, pedi um pé de café para ornar o auditório, na festa presidida pelo presidente Dutra. Devo acrescentar que o museu foi criado em São Paulo porque o fundador se valeu das contribuições dos cafeicultores. Então, mais um motivo para homenageá-los (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.96).

Dessa forma, esse autor construiu uma ideia de campo e de agricultor da qual buscou retratar na arte e assim construir também um lugar de memória, livrando esses personagens do esquecimento. Em sua crônica ele descreve uma das exposições que organizou: “Eu, novato em Brasil, identificava então os mestres da agricultura no Geremia. E foi em homenagem a ele que organizei no MASP uma grande exposição, intitulada “A mão do povo brasileiro”: um espetacular show de instrumentos manuais dos tempos da colônia”. O objetivo principal dessa exposição foi representar o passado agrícola do país, especialmente o que e quem deveria ser lembrado, mais ainda, como

estes seriam lembrados, como ele próprio destaca como verdadeiros “heróis” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.96).

Todavia, é importante questionar a seletividade desse discurso de memória. Especialmente porque se cria um personagem, geralmente fazendeiros, como representante do campo e exclui outros tantos homens e mulheres que viveram sua experiência de diferentes formas, por isso, a memória também é silenciamento. Silêncio que “diz” muito sobre as relações de poder que são exercidas por quem tem voz, e nesse caso, quem dá a voz a alguns fragmentos do passado.

Nesse sentido, ao concluir sua narrativa, destaca que é necessário falar do campo e da natureza através da arte, pois, segundo ele, eram “raros os pintores que ainda se comovem vendo uma árvore”. Todavia, ele afirma que percebia uma mudança “uma reação”. “Esta se dará quando os artistas, cansados da geometria e do abstracionismo surgidos em reação a um verismo por demais cacete, se dedicarem a imutável presença da natureza. Amigos pintores: temos a natureza no Brasil”, ressaltou Bardi (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.96).

Em “Milagre na cachoeira”, leitura publicada em *Globo Rural*, edição 19, de autoria de Aguinaldo Silva, narra-se a cura de uma “Tosse cumprida” que havia virado novela em Pernambuco até que chegou o “homem das borboletas” e apresentou o remédio: um banho de cachoeira. Utilizando da pastoral, o autor descreve seu cotidiano rural e como o contato natureza estava ligado a esta realidade (GLOBO RURAL, n. 19, 1987, p.128).

“Quando eu tinha oito anos fui vitimado por uma pertinaz coqueluche, contra a qual se tentaram todos os remédios existentes na época. Desde os mais “científicos” – a chamada injeção de Angino” descreve o autor (GLOBO RURAL, n. 19, 1987, p.128). As narrativas envolvendo a natureza nesses textos, na maioria das vezes, apresentam personagens que mantinham uma relação quase que sobrenatural com a natureza, é o caso de Iran, personagem descrito por Aguinaldo Silva:

Foi quando surgiu na rua das Tamarinas, onde eu morava, um homem chamado Iran. Figura misteriosa, que hoje se diria saído de um romance de Gabriel Garcia Márque. Não se sabia de onde veio, nem depois, quando ele sumiu, para onde foi. Ele simplesmente acampou durante alguns sobre uma das tamarineiras da rua, onde apregou, aliás com grande sucesso, o seu ofício: Iran concertava painéis (GLOBO RURAL, n. 19, 1987, p.128).

. O autor escreve que ficava horas observando fascinado Iran, não pela forma como concertava suas painéis, mas sim pela “legião de borboletas que, como eu o

seguia para onde ele fosse”. Aguinaldo descreve que recorda que as borboletas estavam lá o dia que Iran, ao tomar conhecimento de sua coqueluche, que resistira a todos os remédios, receitou: “por que você não experimenta um banho de cachoeira?”. O autor acrescenta que “é claro que, mal ele falou, acreditei na eficácia do remédio. Ainda mais porque ele acrescentou, cheio de sabedoria: Mas tem que ser daquelas de agua bem gelada..”.

“Me lembro como se fosse hoje”, afirma Aguinaldo Silva. Organizando sua memória e a reconstruindo ele afirma que o ambiente nem era tudo aquilo que ele imaginava “A cachoeira, na verdade, não era grande coisa – pude constatar isso quando voltei lá, anos depois. Mas naquele dia me pareceu fantástica aos meus olhos de criança”. Percebe-se aí como a memória é maleável e depende do contexto de vida do individuo (GLOBO RURAL, n. 19, 1987, p.128).

Ainda de acordo com o autor:

Recordo a forma quase ritualística como me dirigi ao fio d’água que caía de uma pedras, tremulo e nú: parei indeciso a alguns passos da água, e então, empurrado pelo meu irmão, me joguei inteiro. No exato instante em que eu, caindo sob a água gelada, gritei, o sol surgiu atrás de umas árvores e iluminou tudo, e eu senti uma força me invadir – era o sangue que me fluía mais rápido por todas as veias (GLOBO RURAL, n. 19, 1987, p.128).

É interessante perceber a variedade de características na narrativa do autor, todas voltadas para evidenciar a presença da natureza naquele fato do passado rural desse autor. A natureza que cura porque é concebida em sí como uma entidade, presente porém simbólica, e que faz parte da vida do morador do campo. Segundo Aguinaldo Silva “todos tem o direito de não acreditar. Mas o fato é que quando sai da água eu já não tossia mais – minha pertinaz coqueluche tinha ido embora. A cura repentina espantou a todos. Nenhum deles soube do meu banho de cachoeira” (GLOBO RURAL, n. 19, 1987, p.128).

2.3 O COTIDIANO RURAL

“Assim balangado, jongado, arteiro, cheio de marras era o viver espontâneo do morro. Completa liberdade, do balacobaco”, descreve o autor João Antonio, na Leitura da edição 25. Embora estivesse ele, cercado de características rurais onde vivia,

concomitante observava o processo de urbanização da cidade “mas lá em cima. Dali a gente espiava os primeiros espigões surgindo na linha do horizonte, naquele tempo chamados arranha-céus. A gente tão perto da cidade e tão longe dela” (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156).

João Antonio descreve diversas características desse cotidiano “no morro, roça. Uma cachorrada sem conta, uma molecadinha mestiçada de um quase tudo, que o morro de imigrantes era quase um mar” (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156). O contato com a agricultura e a criação de animais também fazia parte desse cotidiano:

Tínhamos horta, cuidávamos das verduras, do milho, do inhame, da mandioca, bebíamos leite de cabra e leite de vaca. A miséria não substituíra a pobreza. E lá no Morro da Geada, além do futebol e do jogo de malha, a gente criava de um tudo. Havia galinha, cabrito, porco, marreco, pato ganso, passarinho; e a natureza criava rolinha, curruira, papa-capim, andorinha, quanto. Tudo ali no Jaguarés, sem televisão, sem aparelho de som e sem inflação (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156).

Outra característica presente em seu artigo, e muito recorrente na seção era o tratamento de doenças e medicalização de doentes a partir do conhecimento de plantas e a “medicina popular”. “Vovó Lula abominava orquídea dentro de casa e só nos tratava pela homeopatia. Orquídea era mau agouro, vento encanado, fio desencapado, asa negra, ziquizira. Caveira de burro, azar dos capetas” (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156).

Não há lembranças que me cheguem sem os sabores. Será difícil esquecer, lá no morro, o gosto de fel do chá para os rins, chá de carqueja empurrado goela abaixo pelas mãos de minha bisavó Julia, apelidada Lula pela gente miúda, penca de bisnetos amulados, mequetrefes, gatinha impossível. Vó Lula, escura e geniosa, cabelos lisos de provável mameluca, quem sabe, na mocidade, sensual e com certeza supersticiosa e de arroubos imprevisíveis, acostumada e mandona. Tratava filho, netos e bisnetos pela homeopatia (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156).

De acordo com o autor “No morro éramos rurais. Batíamos café e amendoim no pilão, fazíamos nossa paçoca e nosso quentão, com gengibre, nas festas de junho. Gostávamos da mandioca frita, do pinhão assado, do cuscuz paulista que aprendêramos a comer no morro. Nosso curau”. Sua narrativa então é interrompida e ele passa a contrastar essa vida com a urbana da qual se tinha acesso morro abaixo. “Descendo, virávamos bichos urbanos, que conheciam a água encanada, o automóvel, a luz elétrica,

o rádio. O paralelepípedo e o asfalto. De cedo, a subir ladeira e a pegar bonde andando” (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156).

Em sua descrição, percebe-se também, a nostalgia da lembrança de características do lugar que foram transformadas com a urbanização, perdendo assim o “aspecto rural”. A relação com a natureza, ou mesmo, a própria existência da natureza nesse espaço é percebida, como na descrição abaixo:

Eu conheci, lá longe, o sol de montanha no Morro da Geada, lá pelos lados do Jaguaré, de onde se avistava, mais a direita, um pouco meio preto, quase azulado, tão vistoso – o Pico do Jaraguá. Ah, tempos... o rio Tiête, como o Pinheiros, dava peixe, a gente atravessava os dois de balsa ou de bote, uns caiaques que enchiam o coração das velhas de medo e o deste aqui de um tropel. A gente não dizia: o rio, os rios; todos diziam: o Tiête, o Pinheiros. Eles eram tão da gente (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156).

Na construção da memória do cotidiano rural, animais e plantas mantém uma relação íntima com os indivíduos. O viés pastoral, poético literário, usado por aquele que relembra, é responsável por criar o enredo da vida vivida no campo, sempre como um lugar de intensas relações sociais, permeadas pela solidariedade. Segundo João Antonio “hoje, se a voz mestiça no disco me manda que amor lá no morro é amor pra chuchu, me traz também um arrepio nos pelos do braço” (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156). De acordo com o autor:

Nenhum de nos sabia dizer a palavra solidariedade. Mas na casa de outro tio, o nosso tio Otacílio, criavam-se até filhos dos outros e estou certo que o nosso coração era simples, espichado e melhor. Não desandávamos a reclamar da vida, não nos hostilizávamos feito possessos, tocávamos a pé pra baixo e pra cima e, quando um se encontrava com o outro, a gente não dizia “oi!”. A gente e salvava, largo e profundo:
- Ô, batuta! (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156)

Na narrativa de João, identifica-se essa lembrança da casa, da família como um lugar de coletividade, onde se reúnem pessoas com vínculos de sangue ou apenas de “solidariedade”. O objetivo de sua reconstrução dessa lembrança é contrapor especialmente a característica do individualismo causada pela urbanização, pela modernização (GLOBO RURAL, n. 25, 1987, p.156). Outra característica bastante presente nas narrativas sobre a memória rural é a música, “música raiz” a “música da terra”.

Na edição de número 29, de fevereiro de 1988, *Globo Rural* publicou um texto do escritor Ricardo Ramos sobre a música como elemento cultural profundamente marcado

pela experiência de grupo social e como uma narrativa de memória. Com o título “A Memória da Terra”, Ricardo Ramos abordou na coluna Leitura como “a música de raiz”, cujo próprio nome carrega um sentido ligado ao rural, remete a nostalgia de um sentimento de pertença ao campo através da lembrança da infância (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

Além disso, o autor destaca que a música carrega a identidade de um lugar. De acordo com Ricardo Ramos “O Nordeste é uma região de sons, cores e traços peculiares que animam seus largos espaços abertos”. Nesse trecho o autor reforça a característica que reforça a ideia do nordeste como um lugar que carrega traços peculiares, especialmente em relação aos sons. “Para quem o visitou, ele fica na lembrança feito impressionante sucessão de ritmos, de matizes, de formas, em claridade e alegria. Por esse acalorado painel, tanto ligando quanto harmonizando como que perpassa uma aguda melodia viva” destaca (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

Mas, a ideia central vem adiante: “Impregnada de sentimento que vem de longe, com forte cheiro de raízes. Eminentemente popular. Se isso acontece ao visitante casual, atarefado com negócio ou curtindo passeio, imagine a quem é oriundo”. De acordo com o autor dessa crônica, a música carrega as “raízes” de um indivíduo ou mesmo de um grupo. Ela faz emergir o a lembrança nostálgica do passado. Nesse caso, o passado é visto como a infância em um ambiente rural. A colocação “cheiro de raízes” reforça a ideia de nostalgia, e ajuda a compreender como a memória pode ser comercializada e consumida também através da música, e partir dela em textos, como os de *Globo Rural* (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

No trecho a seguir, Ricardo Ramos enfatiza suas lembranças pessoais, descrevendo também um pouco do contexto em que vivenciou a experiência com a música da terra:

Como no meu caso, pois sem alarde confesso que lá nasci. Modestamente sou de Alagoas. Estado de fortes desníveis, altos contrastes. Rico em pobreza, da violência a migração, mas também prodigo em folclore. Variado, magnífico. E mesmo eu me embalei na música da terra. Cresci em Maceió, já uma cidade bonita de praias, entretanto, ainda não organizada para o turismo. As coisas aconteciam muito a vontade, principalmente as festas. Eram festas que não paravam mais. As de fim de ano, que principiavam cedo e se esticavam até o Dia de Reis, as do Carnaval igualmente exorbitadas, as de São João e São Pedro, e outras demais da Igreja, tão profusas, e as profanas multiplicadas, além das eventuais, improvisadas, intermináveis. Todas elas avolumadas por uma comovente participação do povo. A noite, deitado, eu custava dormir. As cantorias vinham das praças, das praias, das ruas, passavam sobre os

telhados e coqueiros e cata-ventos, entravam pela janela aberta. Chegavam abrandadas mas nítidas (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

A narrativa é marcada pela diversidade de características, pela presença do ambiente, da religião, das festas populares e contexto econômico, “Jornadas de pastoril, ternos-de-reis, vozes de chegada. Cirandas, das infantis as praianas. Frevos, marchas de blocos, sambas-de-roda, cocos. Toadas, ponteios. Dobrados de retretas, cantos de quermesses”. A presença da pobreza aliviada pela alegria das festas, elemento presente em vários dos relatos dessa coluna. O passado no campo é rememorado com a nostalgia da “infância simples e feliz” (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

De olhos fechados, no escuro eu ouvia. Eram as minhas cantigas de ninar. Os meus cantares anônimos, que apesar de afastados venciam a distancia, e se tornavam presentes como foguetes ao longe, sinos remotos. Ou o esbatido murmúrio das ondas do mar, dos ventos balançando os oitizeiros. Assim feitos a melodia natural do nosso permanente verão (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

Nesse texto, a memória individual é utilizada como instrumento que visa construir uma memória coletiva do rural. Especialmente, quando ressalta que a música da terra acompanha o indivíduo onde quer que ele esteja. Ou seja, mesmo urbano, nele há a presença dessa música, e com ela o rural. “Essa música da infância, ou da terra, me acompanhou pela vida afora. Com a sua marca, a sua inflexão, uma qualidade que para mim sempre ecoou muito peculiar” destacou Ricardo Ramos (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

O objetivo de rememorar o passado para livrar do esquecimento também é destacado pelo autor. Segundo Ricardo Ramos, esses elementos ficaram presos no passado, mas podem ser revividos pela lembrança.

Hoje os temas do folclore ficaram mais longínquos, presos aos discos, os veículos de comunicação se voltam para as autorias. As dos fundadores, os excelentes Capiba, Luiz Gonzaga e Caymmi. As dos notáveis Caetano e Gil. As dos importantes Fagner e Ednardo, Alceu Valença, Zé Ramalho e Moraes Moreira, Tomzé e Djavan. A de Elomar, o cantador do romanceiro sertanejo. Com o Quinteto Violado e a Banda de Pau e Corda, o quinteto ou a Orquestra Armorial. Não propriamente acompanhando, mas ao fundo. Moldura e clima (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

Segundo o autor, as mudanças na música acompanham a trajetória de vida das pessoas. E a música de determinado período acompanham a lembrança do mesmo. Como no caso da música do período em que se viveu o rural e no rural. “A gente vive

por fases. E nada mais nos baliza que a música, essa eterna comoção da lembrança. Ao longo dos anos, como todo mundo, eu alarguei o meu interesse e afinei a minha sensibilidade”. O autor descreve que a música é o que mais nos baliza, eternizando a lembrança do lugar, do período. E mais, a lembrar a através da música é comover-se eternamente, é monumentalizar a memória (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

Aderi ao samba, me fixei em jazz, vivi um tempo de tango e bolero, fui sensível as trilhas de filmes, de novelas, aos movimentos estilo bossa nova, tropicália, fenômenos tipo Beatles, alcancei os clássicos e neles cheguei a preferencias. Em outras palavras: me fiz eclético. Mas não perdi as minhas fontes. As cadências, os motivos, as melodias nordestinas me seguem num cortejo pessoal. Por mais que ouça outros ritmos, e enredos, e sonoridades, não me desligo. É assim como uma encruzilhada, não de rumos que partem, só dos confluente. Existem mais maneiras de não perder o que ganhamos, ao contrário de nos enriquecermos? (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96)

No trecho acima, o autor destaca especialmente suas experiência com a música que teve contato no espaço urbano. Desde aquelas que teve contato pela televisão, pelo contexto social, etc. Mas ele enfatiza “não perdi minhas fontes”, sendo que “as melodias nordestinas (de sua infância rural) me seguem num cortejo pessoal”, permanecendo presentes com ele (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96).

E conclui seu texto destacando que no momento presente em que escreve a crônica “estamos vivendo um momento de revisões, revalorizações e nele entra a musica rural. Evidentemente sou a favor. No quadro das minhas prioridades, eu não a separo da herança que tanto prezo” (GLOBO RURAL, n. 29, 1988, p.96). A crônica é publicada na revista no auge da redemocratização nacional e de outros acontecimentos nacionais e mundiais, mas é também esse o momento em que “a memória passa a seduzir” as sociedades ocidentais, como define Andreas Huyssen.

2.4 O TERCEIRO VETOR: O TURISMO RURAL

O editorial da edição 136 de fevereiro de 1997 destaca a “receita sedutora”, ou seja, o aproveitamento econômico do ambiente rural através do turismo. De acordo com os editores “os avanços dos transportes e das comunicações diluíram uma das mais clássicas fronteiras da História: a que separa o mundo rural do ambiente urbano”. Entretanto, o aparecimento do turismo rural no país demonstra que a representação do

rural e do urbano se faz ainda mais evidente. A atração de pessoas para o campo para o contato com o rural gera a reconstrução do mesmo, seja através de espaços de moradias, de culinária, ou do ambiente natural (GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.5).

É a segunda vez que a revista aborda o tema com ênfase, a primeira vez foi em 1992 (GLOBO RURAL, n.82, agosto, 1992) retratando uma prática de turismo rural, todavia, em 1997 a reportagem recebeu um viés de movimento cultural e econômico. *Globo Rural* destaca que nesse momento uma das fontes complementares de renda dos europeus, começava a ganhar espaço no Brasil, o agroturismo, ou turismo rural. De acordo com o editorial, que apresenta especialmente a reportagem de destaque da edição “Turismo – férias no campo”, “a proposta é simples: cidadãos estressados formam uma clientela promissora para fazendeiros dispostos a compartilhar a rotina dos cafezais e da ordenha com a curiosidade desses visitantes” (GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.5).

A revista afirma de forma contundente que o turismo rural é o sintoma de que “o eclipse das fronteiras neste fim de século não implica a liquidação de diversidades culturais. Ao contrário. Depois da acelerada urbanização que o país viveu, os brasileiros da cidade valorizam e querem conhecer o trabalho e os hábitos do campo”. O que fica evidente também no subtítulo da reportagem: “esqueça o trânsito, a poluição e a fadiga urbana. Vá conhecer como produz o leite, o café e as frutas desse país” (GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.5).

A revista *Globo Rural* defende juntamente com o turismo rural a ideia de que o rural é muito mais do que a atividade agrícola ou pecuária e que as sociedades tem expandido as formas de aproveitar economicamente o ambiente rural. Dessa forma, o periódico retrata que o rural é cada vez mais reivindicado pelos grupos sociais que vivem em espaços dessa forma denominados, pois, o que é rural tem atraído pessoas.

De acordo com José Eli da Veiga (2004) por várias razões pode-se afirmar que está em curso “uma forte revalorização da ruralidade, em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização”. Nesse sentido, “são rurais as amenidades que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais, tanto as fontes de baixa entropia, quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações”. Então, o valor atribuído ao espaço rural está cada vez mais ligado a tudo o que o distingue do espaço urbano (VEIGA, 2004, p. 15).

A autora, Gislene Silva, destaca na reportagem que os trabalhadores que tomam conta do extenso cafezal já estão acostumados com a rotina do turismo rural na região. Sobre os interessados no passeio, a autora afirma que são “visitantes inquietos, uma

gente tipicamente urbana, um pouco sem jeito nesse cenário de terra, sol forte e muito verde, transita pela plantação durante a lida com um misto de curiosidade e certo deslumbramento” (GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.36).

Além disso, de acordo com a autora há um certo interesse despertado pelas lembranças desses visitantes. Eles buscam a ‘nostálgica lembrança de seu passado rural’. “Acompanham cada detalhe como se buscassem na origem de uma bebida de sabor tão familiar um pouco também de sua distante, mas sempre nostálgica, ascendência rural”, ressaltou Gislene Silva. A reportagem retrata o turismo rural na Fazenda Cachoeira, produtora de café do município de Santo Antônio do Amparo, 179 quilômetros de Belo Horizonte/MG que iniciou essa prática em 1995(GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.36).

Conforme a reportagem, os donos da fazenda buscaram investir numa experiência bastante prospera naquele momento, a direção de um hotel fazenda voltado para indivíduos urbanos, “cada vez mais carente do contato com o cotidiano da terra, com a rotina de um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma reconciliação do homem com a natureza” (GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.36).

Nessa edição, *Globo Rural* busca esclarecer especialmente a diferença entre o turismo rural e os hotéis fazenda “comuns”. De acordo com a autora, no turismo rural da Fazenda Esperança, a fazenda continua produtiva, enquanto que em hotéis fazenda comuns as atrações são ornamentais. O turismo rural teria o objetivo central de colocar o indivíduo para vivenciar a vida normal de uma fazenda, andar a cavalo, contemplar paisagens, vivenciar rotinas que vão desde a ordenha à alimentação do gado, o trato dos demais animais e a colheita (GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.36).

Gislene Silva reforça que a essência do turismo rural caminha no sentido oposto do artificialismo, “quanto mais fiel as origens for, melhor”. “Agricultura e turismo não concorrem, ao contrário, combinam-se. A cozinha, típica da terra e o artesanato local estão incorporados naturalmente a paisagem e à tradição das fazendas. O conjunto forma um produto turístico único e atraente”, afirmou Geraldo de Oliveira, profissional do ramo hoteleiro da fazenda Boa Esperança, entrevistado pela equipe de *Globo Rural* (GLOBO RURAL, n. 136, 1997, p.36).

O destaque da edição de janeiro de 1998, número 147, também era o ‘Turismo Rural’. Lado a lado com a nostalgia rural, o turismo rural recebeu a conotação de um movimento de aproveitamento econômico dos ambientes rurais e como manutenção das

características atribuídas ao local e ao morador do campo (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.3).

No editorial intitulado ‘resgate de patrimônios’, de janeiro de 1998, os editores destacavam que o meio rural já não podia ser demarcado apenas como o lugar onde se planta e se cria animais. De acordo com a revista, esse fator levava os agricultores a buscar alternativas para as inconstâncias da renda agrícola, investindo então no agroturismo. “É uma sabia maneira de combinar o ofício de agricultor com a venda de produtos da roça diretamente para os visitantes da cidade, cujas idas e vindas também contribuem para derrubar a cerca que separa o mundo rural do urbano” afirmou o editorial (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.3).

A revista afirmou também que os indivíduos da área urbana “em número cada vez maior”, acorrem a espaços rurais de forma a esquecer a correria do dia-a-dia e vão conhecer o cultivo de orquídeas, a colheita do café, o moinho de fubá, a ordenha das vacas, a fermentação da cachaça e “uma infinidade de coisas que formam o rico patrimônio da vida campestre brasileira” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.3).

Essa edição contou com duas reportagens que trataram do agroturismo. Uma delas tratou de Venda Nova do Imigrante, uma cidade da região serrana do Espírito Santo, feita pela repórter Gislene Silva que deu o título de “Passeio na Roça”, nessa cidade o turismo rural havia começado recentemente, mas já abrangia 40 propriedades, criando 400 empregos diretos. De acordo com a revista “a isca dos capixabas para atrair visitantes é bem simples: a produção de alimentos, coisa que as pessoas do campo naquela região há muito estão acostumados a fazer” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48).

Passeio na Roça, de Gislene Silva, inicia enfatizando como Venda Nova do Imigrante virou cidade e recebeu esse nome: a partir do desenvolvimento trazido pelos imigrantes que posteriormente implantaram o turismo rural. De acordo com Gislene Silva, Venda Nova, que já tinha herdado “os sobrenomes, a fisionomia da pele clara e cabelo loiro, o gesto largo e a gastronomia típica, incorporou ao seu nome a presença marcante da imigração e virou Venda Nova do Imigrante” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48).

A cidade está localizada á beira da BR 262, que liga Vitória a Belo Horizonte, tinha, na época da reportagem, 14 mil habitantes, dos quais 70% eram descendentes de italianos, e cuja população rural era maior que a urbana. Ao descrever a cidade, a autora destaca que “a exuberância da natureza combinada com o ofício das famílias de

produtores rurais de trabalhar com produtos alimentícios, típicos do interior do Brasil ou da cultura italiana, está dando a Venda Nova do Imigrante um lugar de destaque no mapa do ES” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48).

De acordo com a revista, a cidade teria se tornado o polo do agroturismo do Estado. Mas, “de um turismo rural diferente”, porque seu objetivo é levar o cidadão a vivenciar a “vida na fazenda”. De acordo com Silva “o que importa é ir de propriedade em propriedade para degustar queijos, cachaças, salames, vinhos, licores e biscoitos”, e mais, conhecer o processo de produção agrícola, “comprar um pouco de cada produto e ainda ver plantios de orquídeas, hortaliças, acompanhar o trato da criação de gado, torrar café e moer fubá em moinho de pedra” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48).

Para isso, há na cidade uma espécie de rota do turismo rural e no trajeto os visitantes são levados a admirar “os caprichos da paisagem”. O autor da reportagem descreve como um tipo de turismo definido em três palavras iniciadas com a letra c: “caminho, comida e conversa” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48).

De acordo com a reportagem em 1991, os produtores criaram o Centro de Desenvolvimento Regional do Agroturismo, o Agrotur. Em 1998 já eram mais de 40 propriedades recebendo turistas. A autora descreve que na entrada da cidade abriram uma lojinha de agrotur. “É a venda mais nova e especial do lugar” ressaltou a jornalista. “Funciona como uma vitrine dos produtos típicos, ponto de partida do turista para pegar a direção rumo os sítios. Só recentemente começam a surgir na região pousadas de preços mais acessíveis – o ditado vai virar “caminho, comida, conversa e cama” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48).

A reportagem apresenta também que o espírito de associação é que sustenta o turismo como projeto, e que além do contato com o cotidiano dos sítios, os visitantes são atraídos pela natureza:

Já funcionam na serra capixaba alguns hotéis de alto padrão, que atendem turistas que vão conhecer a Pedra Azul, principal cartão-postal da região, no município vizinho de Domingos Martins, o maciço do Forno Grande, em Conceição do Castelo, ou o vale e a estrada do Caxixe, além das cavernas e cachoeiras. Mas turismo rural na região quem inaugurou foi mesmo o pessoal da Venda Nova do Imigrante. O espírito associativo, muito forte na comunidade, muito forte na comunidade, sustenta o projeto. Os produtores contam com o apoio dos donos do Hotel Alpes, construído à margem da rodovia. O hotel oferece roteiros de visitação às propriedades (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48-49).

Como destaca a reportagem, os visitantes urbanos são “fiscados a uma só vez pelos olhos, que se encantam com a paisagem, e pela boca, seduzida pelas comidas e bebidas”. Dados do município, descritos pela reportagem, falam em 400 empregos diretos criados com o agroturismo. Sendo que, segundo o autor, a maioria dos turistas mora em grandes cidades. “Vem de Vitória, a 100 quilômetros de Venda Nova do Imigrante, e de Minas, já que ali é caminho para “a praia dos mineiros”” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.48).

O lugar atrai praticantes de esportes modernos como vôo livre e enduro de motocicletas, ao mesmo tempo em que mantém os tradicionais campeonatos de bocha. A tradição também inspira o grande evento da cidade, a Festa da Polenta, comemorada há quase 20 anos no dia de Nossa Senhora Aparecida, em outubro (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.49).

A segunda reportagem retratava o pequeno agricultor Renato Bravo que em Sobradinho, no Distrito Federal, “bem longe da agradável paisagem capixaba”, ele implantou um modelo de sistema integrado de agroturismo. A revista buscou então contar a trajetória de Bravo como um perfil a ser seguido, com o título Lição de Pioneiro, a reportagem marca “o feliz retorno” do editor José Hamilton Ribeiro às páginas de *Globo Rural* (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.30).

A lição do pioneiro Renato Bravo era, de acordo com José Hamilton Ribeiro ter aperfeiçoado o sistema agroindustrial integrado no sítio e investir nas potencialidades do turismo rural. De acordo com Ribeiro, Renato Bravo descobriu o turismo rural na busca por um mercado consumidor para os produtos de seu sítio. De acordo com Renato “Não importa qual caminho seja o seu, mas você precisa ter um ponto de venda de seus produtos”, e “se for um esquema de turismo rural, melhor ainda” (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.30).

Nas palavras do próprio Renato Bravo, descritas pela revista, “Há uma ânsia de volta ao campo, uma onda de nostalgia”, pois, segundo ele “o povo não aguenta mais o que vem em série, industrializado, passado por máquinas. Quer de volta o contato com a natureza”. Essas palavras são determinantes para compreender não só a prática do turismo rural, mas toda a construção da nova ruralidade, sendo que os próprios moradores do campo nesse momento tomam consciência desse processo de “ânsia de volta ao campo”, seja através do turismo, seja através da preservação ambiental ou da nostalgia rural, efeitos desse fenômeno que estão interligados (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.30).

Ainda de acordo com Renato, para a prática do turismo rural o indivíduo do campo deve colocar em exibição a sua propriedade, sua produção, seu cotidiano. “Não é preciso pensar em instalações luxuosas, caras. É só valorizar o que existe, e abrir a casa na granja, no sítio, na fazenda, na chácara, a visitação, nem que seja num dia só, domingo por exemplo”, ressalta ele (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.30).

A reportagem descreve as principais possibilidades do turismo rural, segundo Renato Bravo:

- Restaurante de comida caseira, típica ou especial;
 - Pousada, hotel fazenda, casa-acolhedoura;
 - Pesque-pague;
 - Fazenda recreio para passeio, piquenique, etc;
 - Clínica de naturopatia (para tratamento de estresse através do contato com a natureza);
 - Trilhas ecológicas;
 - Locais para equoterapia (exercícios para cura através do hipismo e da equitação);
 - Turismo de aventura (tipo motocross, bike, etc);
 - Turismo geográfico;
 - Bird watch (observação de pássaros e gravação de seus cantos);
 - Observação da fauna e da flora;
 - Alpinismo, montanhismo com corda, exploração de cavernas;
 - Torneios hípicas, cavalgadas, provas equestres;
- (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.30)

Além disso, Bravo destaca que o turismo rural é diferente de praias ou parques, porque não é de massa, mas de atendimento pessoal. O objetivo é atender aquele indivíduo que quer conversar com o dono e com sua família (GLOBO RURAL, n. 147, 1998, p.30). Nesse sentido, a revista inicia nesse momento a propaganda da “vida na fazenda”, onde o turismo rural, essa mescla de cotidiano em sítios e fazendas, contato com a natureza e nostalgia são atrativos para consumidores urbanos. E, a partir de 2005 a revista em seu redesenho gráfico destina uma seção a “Vida na Fazenda”.

Uma das reportagens de destaque dessa nova seção foi “Modernidade Discreta”, na edição 257, de maio de 2007 escrita pelo jornalista Marcelo Delduque. Ela representa o auge do processo de construção de uma nova ruralidade que se baseia no aproveitamento econômico dos ambientes rurais e das suas características idealizadas nas memórias do país, especialmente publicadas em “Leitura”.

“Cachoeiras, nascentes, artesanato e aventura são os maiores atrativos do vale do Matutu, MG, que também atrai turistas em busca de tranquilidade”, sob esse slogan a edição 257 da revista *Globo Rural* convidava seus leitores e leitoras a conhecer mais

sobre a vida no campo se aventurando pelo Vale do Matutu no estado de Minas Gerais (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.92).

Essa reportagem está centralizada em divulgar o chamado “turismo rural” que segundo os editores da revista “É uma sábia maneira de combinar o ofício agricultor com a venda de produtos da roça diretamente para os visitantes da cidade, cujas idas e vindas também contribuem para derrubar a cerca que separa o mundo rural do urbano”, apresentando o ambiente rural em questão como ideal de vida no campo: moderno e discreto (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.92).

O editor inicia sua narrativa chamando a atenção do leitor para os percalços do caminho a percorrer: “parece que vai se desintegrar no próximo buraco, mas o velho jipe de Zé Gil desmente as aparências. Nas entranhas da serra da Mantiqueira, serpenteia o vale do rio Aiuruoca, próximo à simpática cidade de mesmo nome”. Continuando percurso, o jornalista faz questão de destacar duas características da viagem, a comunicação e o transporte de um lado e a paisagem que pode ser avistada de outro (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.92).

No trecho seguinte ele menciona que “apinhado de gente e de carga, além de recados e notícias que vai recebendo e repassando pelo caminho, rumo a um outro vale, o do Mututu”. Nesse caminho “a paisagem aqui é marcada por muitas araucárias e uma enorme pedra arredondada, o pico do Papagaio, espécie de Pão de Açúcar que a cada curva da estrada adquire uma forma diferente” (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.92).

A opção de turismo nesse local é acompanhada da necessidade de portar um veículo com condições de realizar o percurso. Segundo a reportagem “em tempos de chuva, a estrada fica quase intransitável e o bravo jipe de Zé Gil torna-se veículo de integração regional”. O uso do Jipe se torna essencial para realizar o passeio turístico, pois, “quem vem de carro próprio, porém, perde a deliciosa e aventureira introdução à cultura do vale proporcionada pela viagem de jipe” (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.93).

Ainda descrevendo a paisagem acessível pelo caminho, “a chegada é uma experiência inesquecível” afirma o repórter. “Logo ao deixar para trás o pico do Papagaio - que forma uma espécie de portal com a igualmente cênica pedra da Cabeça do Leão -, a “serra que chora”, tradução do tupi Mantiqueira, parece abrir um berreiro”. Segundo ele, o contato com a paisagem do local tem algo de sonho: “para todos os lados cachoeiras descem pela serra, em meio a uma floresta densa, incomum nessas paragens tão imensamente exploradas” (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.93).

Ao chegar ao centro do vale, a vista-se um imponente casarão construído em 1904, sendo que foi restaurado e relembra, segundo a reportagem, “o passado fazendeiro”. A associação de moradores e um centro de visitantes que funciona hoje no local é como um “sinal dos tempos”, descreve o jornalista. Na cozinha, continua o autor, “de chão batido e com forno a lenha, cozinheiras locais servem o café da roça, espécie de brunch comunitário” (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.94).

A reportagem descreve mais um “sinal dos tempos” presente nesse local, “a chegada de cada grupo, Lázaro aciona um guia via rádio”, segundo ele, “quase todos os moradores têm radiocomunicadores portáteis, se não instrumentos autênticos da gente mineira, certamente eficientes facilitadores da forte coesão social local”. De acordo com a reportagem é aí que se dá a liga que constitui a figura do homem do campo mineiro, ou mesmo, o “matutu mineiro”, “o Matutu é assim, mistura cultura tradicional a informações vindas de várias partes do mundo, resultando num caldo único e original” (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.95).

Percebe-se nesses trechos a ênfase na valorização do contato com o ambiente natural, contato esse que propicia tanto a aventura quanto a experiência inesquecível com a biodiversidade. Ao chegar à sede do centro de turismo os visitantes são levados a saborear a culinária local. Todas essas atividades fazem parte do esforço de trazer o rural ao alcance dessas pessoas. Uma ruralidade nova é produzida em vista de atrair os citadinos. Um dos motivos mais significativos que leva as pessoas a procurar esse tipo de atividade é o descanso da agitação da cidade, uma trégua da vida moderna, enfim, se trata de uma nova valorização do ambiente rural (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.95).

Campo, este, que havia passado por um processo de modernização, e no período de fundação da revista *Globo Rural* a população urbana superou a rural no Brasil. Em 2000, a agricultura brasileira já havia incorporado o maquinário, a tecnologia e se modernizado. Entretanto, segundo a reportagem, a modernização não atrapalhava mais a vida no campo, desde que fosse “discreta”. Segundo a mesma reportagem “as modernidades por aqui, há que se dizer, são de modo geral discretas, silenciosas e interferem na dinâmica do vale com muita harmonia”. Nesse sentido, mais do que afirmar a presença da modernização nesses locais que, segundo ela, muitas vezes passa despercebida, a revista cria um conceito que enquadraria a modernização da agricultura e as características do campo guardadas na memória rural (GLOBO RURAL, n. 257, 2007, p.92).

Essa reportagem norteou essa pesquisa a partir do momento que serviu como marco para os dois momentos expressivos da trajetória de *Globo Rural*. Como apresentado anteriormente, num primeiro momento, da sua fundação até a publicação de “Modernidade discreta” a revista enfatizou a necessidade de incluir os moradores do campo dentro da modernização, especialmente os pequenos produtores. A revista *Globo Rural* é fiel colaboradora na tarefa de modernizar a agricultura, mas além de abrir espaço para novas técnicas, novas máquinas e insumos agrícolas, ela defende a modernização dos agricultores. Ela é responsável pela difusão do termo “homem do campo” pelo país.

A narrativa da revista *Globo Rural* cria o homem do campo dentro do processo de modernização da agricultura. Mas para isso ela cria uma ideia de ruralidade, a qual cumprirá a missão de propagar. E para isso ela se direciona a um público consumidor bastante variado. São eles homens e mulheres, moradores e moradoras das mais heterogêneas realidades do espaço rural brasileiro, mas, são também pessoas que vivem nas áreas urbanas, especialmente aqueles e aquelas que guardam lembranças da relação que mantiveram com o rural no passado.

Dessa forma, a construção de uma nova ruralidade pela revista engloba o objetivo de construir um campo moderno, de modernizar a agricultura e o “homem do campo”, quanto de atrair os olhares dos moradores da cidade. A reportagem acima destaca traços da ruralidade que ela foi construindo ao longo de suas primeiras décadas, trazendo o contato com a natureza, o aproveitamento econômico das amenidades naturais, a produtividade através da inclusão das máquinas e insumos e a reciclagem de costumes, objetos e traços atribuídos na memória coletiva como sendo do rural.

CAPITULO III

O GRITO DO PANTANAL: A NARRATIVA APOCALÍPTICA DA REVISTA GLOBO RURAL

Ao longo dos séculos XIX e XX intensificaram-se os debates e as produções literárias e científicas relacionadas à crise ambiental, identificada com o avanço da ciência ecológica. Articularam-se ideias que levaram à fundação de movimentos, a publicação de livros e à constituição de campanhas de proteção à natureza. Os seres humanos, além de modificar o ambiente em que viviam, criaram inúmeras representações e significados para esse espaço, as ideias sobre a natureza se multiplicaram e adquiriram aspectos diversificados conforme o contexto em que foram construídas. Vivemos uma expansão dos temas ligados à preservação do meio ambiente e à ecologia, em que essas ideias são diversas e complexas.

Uma das principais reportagens da *Globo Rural* relacionadas a preservação ambiental foi publicada em janeiro de 1987 na edição de número 16. A reportagem intitulada “O Grito do Pantanal” repercutiu nacionalmente chamando a atenção de vários institutos ambientalistas e do governo. Na própria revista, a seção *Minha Opinião* das edições posteriores à reportagem, expressara a indignação dos leitores e leitoras pela situação de depredação da fauna e da flora do Pantanal. Ao expressar sua opinião em *Minha Opinião* da edição de 23, agosto de 1987, o leitor Alfredo Nagib faz referência a várias questões elencadas pela reportagem e pelos diversos órgãos e instituições do período que construíram um “sentimento ecológico” na sociedade:

Parece que a defesa da ecologia vem crescendo no Brasil, em número de adeptos e em organização. Fiquei surpreso pela quantidade de cartas enviadas a Globo Rural a propósito da matéria ‘O grito do Pantanal’. Todo mundo sabe que, se depender do Governo (e esse Governo, até agora, não conseguiu provar que é diferente do outro que passou, em se tratando de meio ambiente), não sobra nenhuma árvore em pé neste país (GLOBO RURAL, n.23, 1987, p 07).

Percebo na primeira colocação de Alfredo Nagib que ele expressa o contexto de expansão dos movimentos ambientais no Brasil. O debate sobre ecologia havia se popularizado e dos primeiros movimentos ambientalistas até as conferências da ONU, muitos avanços podem ser identificados no Brasil e no mundo. A revista *Globo Rural*, por sua vez, também adentrou a esse debate. Desde a primeira edição, seus editores e jornalistas expressaram interesse por esse tema, animando os leitores e a sociedade em

geral na busca de um “desenvolvimento sustentável”, pautado nos investimentos na economia agrícola sem se descuidar do meio ambiente.

A revista de nº 15 destaca o anúncio de um inseticida, o curioso é que a ilustração e o texto apontam para um inseticida que além de garantir a produção, “não violenta a natureza”. Segue o texto do anúncio:

A natureza cobra caro de quem não respeita suas leis. Por isso existe Décis, um produto que passou por inúmeras pesquisas até ser comprovado como o inseticida mais seguro do mundo. Atuando apenas sobre as pragas. Décis garante a segurança do homem e da natureza. E você vai ainda descobrir duas outras grandes vantagens de Décis: é o mais econômico e mais eficiente inseticida ao seu alcance (GLOBO RURAL, 15, 1996, p. 45).

O anúncio acima é parte integrante de uma publicação da segunda década da revista *Globo Rural*. É um período em que se proliferam reportagens e artigos sobre meio ambiente e ecologia. Mas, se pode observar no anúncio “Décis garante a segurança do homem e da natureza” e esse ponto é extremamente significativo, porque ele representa a linha de construção da maioria das edições de *Globo Rural*. A revista destaca a importância da produção econômica, do desenvolvimento de técnicas e serviços, a modernização dos meios de produção; destacando a importância da “segurança da natureza”, do desenvolvimento de técnicas que não prejudiquem o meio ambiente.

Dessa forma, como enfatizei acima, a edição dezesseis de *Globo Rural* ficou conhecida pela abordagem ecológica realizada pela reportagem “O Grito do Pantanal”. Tomando aproximadamente 20 páginas da revista, o autor José Hamilton Ribeiro denunciou ao país a “situação de calamidade” em que se encontrava o Pantanal. Utilizando de várias ferramentas de linguagem, como a pastoral e o apocaliptismo ambiental a reportagem buscou denunciar a matança das aves e a poluição das águas pantaneiras. Pretendo, então, analisar essa narrativa apoiado nas premissas da ecocrítica.

A Ecocrítica é um campo científico que explora os modos como a sociedade retrata a relação que mantém com o meio ambiente, manifesta nas diferentes áreas de sua produção cultural, desde os escritos da antiguidades até os romances modernos e os documentários contemporâneos sobre a natureza. A Ecocrítica se desenvolveu principalmente a partir dos movimentos ambientalistas modernos, porém, um de seus objetivos é analisar a pauta dos mesmos.

De acordo com Glotfelty (*apud* Garrard, 1996) a ecocrítica vai de encontro a questionamentos que vão desde “como é representada a natureza nesse soneto”,

passando por “como se modificou o conceito de mundo natural ao longo do tempo?”, ou mesmo, “como se abre a própria ciência a análise literária?”, buscando trabalhar interdisciplinarmente, cruzando estudos literários, ambientais com disciplinas como a história, geografia, arte, entre outros (GARRARD, 2006, p. 14).

Dessa forma, ao analisar a *Globo Rural*, me interroguei sobre como foi representada a natureza, a ecologia e a destruição do meio ambiente nessa revista no período de 1985 a 2000? E percebi que uma análise mais aprofundada de O Grito do Pantanal seria o mais pertinente para buscar respostas a essa questão.

Era janeiro de 1987, e o editor chefe José Hamilton Ribeiro, iniciava seu editorial, afirmando que essa edição traria a colheita de “notícias boas e más”. Ele descreve que “É janeiro, muita gente de férias. Merecidas férias, depois de um ano muito estimulante (a primeira parte do plano cruzado), mas também de muito trabalho e tensão. E que arranchou nesse 87 sem nenhuma delicadeza” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.3).

De acordo com o editorial, as notícias boas ficavam por conta de “a sojoada, a fartura em 500 metros quadrados de roça, um pé de tomate com mais de 13.000 tomates e sem ocupar um centímetro de terra, o inoculante a óleo mais eficiente que o a pó, um ventilador para refrescar codorna, um banco de rainhas para manter jovem a colmeia”. Basicamente, foram os resultados obtidos pela modernização da agricultura, através de novas técnicas incorporadas pelos produtores (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.3).

Já as “más notícias”, segundo José Hamilton Ribeiro, eram referentes a situação do Pantanal. “O que nós temos sobre o Pantanal não é uma boa notícia, mas é nossa obrigação contar; há realmente uma ameaça muito séria sobre a avifauna pantaneira, aquela passerada aquática que faz, com suas revoadas, o espetáculo-símbolo do Pantanal” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.3). Estendendo-se pela Bolívia, Paraguai e Brasil, o Pantanal é a maior planície inundável do mundo, cuja área concentra-se em sua maioria no Brasil, nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A preocupação da revista pelas condições desse bioma, segundo seu editor chefe, se dava nesse momento porque havia notícias de que as aves do Pantanal estavam desaparecendo, e “o passarinho, em situações de crise, funciona como sinal de alarma: ele morre primeiro, avisando que, se não houver cuidados, tudo o mais virá morrendo atrás”. E acrescenta que “O Governo brasileiro ainda não percebeu que grande riqueza estamos jogando fora, infantilmente” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.3).

Essa constatação se deu a partir de cartas dos leitores que abordavam o desmatamento no Pantanal e quando, de uma outra reportagem na região, sobre os

Tuiuiús, foram constatados poucos ninhos numa época de reprodução desses animais, a partir daí a equipe se mobilizou para voltar ao local e fazer a reportagem publicada nessa edição.

José Hamilton destaca ainda, a presença do fotógrafo Haroldo Palo Junior nessa reportagem, início de sua trajetória na revista. “Esta matéria do Pantanal está nos dando um ganho extra: o engenheiro eletrônico Haroldo Palo Jr. Não que a gente vá agora tratar de pilhas e transistores, é que se trata de um dos maiores fotógrafos de natureza, no Brasil” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.3).

A utilização de um fotógrafo especializado em imagens da natureza será determinante na construção dessa reportagem, especialmente por seu apelo a narrativa pastoral em que a imagem é mais um instrumento de legitimação. “Haroldo participou da expedição de Cousteau a Amazônia e agora está pela terceira vez na Antártida. Seu trabalho sobre o ninho, o ovo, o filhote e o voo do Tuiuiú é um primor”, destacou José Hamilton.

A capa dessa edição destaca uma imagem desse fotógrafo:

Figura 10: Capa da edição 16 – O Grito do Pantanal



FONTE: Revista Globo Rural – edição capa 16 - 1987

Com o título: “Pantanal: Tuiuiú, o primeiro grito de socorro”, a reportagem inicia com um alerta. “Dos ninhos vazios da Transpantaneira vem o aviso: o Pantanal está doente. Uma doença muito grave. Seus rios estão sendo asfixiados e, assim como o tuiuiú, as outras aves aquáticas talvez estejam começando a desaparecer. Se isso acontecer, todo o mais morrerá”, denunciava o editor na descrição da reportagem (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.62).

José Hamilton Ribeiro foi um dos responsáveis por construir o viés ambientalista na revista *Globo Rural*. Especialmente na primeira década de circulação quando era editor chefe da mesma. Preocupado com a escrita, desde a primeira revista ele expressa interesse em saber se a narrativa de *Globo Rural* era de fácil compreensão de todos, para isso solicitava que os leitores se manifestassem através de cartas. Nesse sentido, nas reportagens de cunho ambientalista ele não se restringiu em utilizar da linguagem pastoral e apocalíptica para narrar tanto “as belezas da natureza” quando a destruição da mesma. Em o “o grito do Pantanal” visualiza-se o viés ambientalista da primeira fase de *Globo Rural* (1985-2000).

A reportagem inicia evidenciando as belezas desse ambiente: “Certo, o Pantanal é todo ele um show”. E ‘invocando’ a antiga tradição da pastoral, pinta em seguida um quadro da natureza em harmonia nesse local; “as curvas insinuantes da sucuri”, “as capivarinhas mamando na tia ou na avó”, “os quatis desfilando de rabo em pé”, “um jacaré no choco”, “o balé das ariranhas no corricho”, “o tropel das piranhas estraçalhando uma cacharra”, “o andar de mão do tamanduá” e “a cerva de cola alta sumindo no pirizeiro” dando vida a fauna e a flora do Pantanal (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.62).

O autor descreve também “Os peixes que saem no seco na busca de águas mais fundas, o malhador das araras no pé de acuri, o espojo da anta no barreiro. A chegada das caturritas, a corrida desequilibrada da ema com seus frangotes, o surdo coral dos bugios no galho mais alto do sarã – sem espantar a jacutinga” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.62). Sua narrativa é preenchida por imagens de beleza natural, onde enfatiza a “harmonia” que “um dia existiu” entre a natureza e os seres humanos (GARRARD, 2006, p. 11).

Nos parágrafos seguintes, essas constatações começam a receber ênfase:

O ninhal do Jofre Grande, entre os desativados da área de Poconé e visível no KM 140 da Transpantaneira, é maior viveiro natural que se conhece no Pantanal. Uma contagem em 1984 mostrou que ele aninhava de 12.000 a 15.000 adultos. Era um “viveiro branco”,

composto principalmente de garças, colhereiros e cabeças secas. O “viveiro branco” começa sua atividade em junho-julho (com o namoro e a formação dos casais) e vai até novembro-dezembro, quando os filhotes voam. O Jofre Grande fica próximo a uma “cordilheira” de mata alta. O viveiro atrai muitos inimigos, como a piranha, o jacaré e a sucuri (embaixo, junto a água), e o quati, o bugio, o lobete, a jaguatirica, o sinimbu e a própria onça, em cima, nas árvores. Sem contar a esquadrilha de carcarás e urubus. A alguns quilômetros de distância, já numa curva do rio São Lourenço, ficava um “viveiro preto”, de biguás, baguaris e biguatingas. Os “pretos” são mais apressados, começam a criar com as águas ainda altas, por volta de abril-maio, e já em julho estão indo embora, com a filhotama criada (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

Acima, José Hamilton descreve um local de grande concentração de aves para reprodução, o ninhal do Jofre Grande. Nesse trecho ele busca evidenciar “o espetáculo pantaneiro”; “com a sucessão de ninhos e filhotes insaciáveis, os adultos sempre levando comida, os carcarás em volta, a sucuri na espreita, as piranhas e jacarés esperando a queda de um filhote, com toda essa vida, um ninhal em atividade é espetáculo inesquecível”, descreve Ribeiro (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

O autor é um observador apaixonado pelo Pantanal, esse ‘espetáculo’ que ele narra é “talvez o mais emocionante espetáculo natural do Brasil” afirmou, de forma tal que, “o primeiro que eu vi me impressionou tanto que busquei deixar num livro (Pantanal: amor baguá)”, ressaltou ele na reportagem (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

A natureza do Pantanal, segundo José Hamilton Ribeiro, toca o observador “Tudo é forte, impressionante, tocante. Mas há um determinado espetáculo que simboliza toda a riqueza do Pantanal: as aves aquáticas”. O voo das aves, será a característica mais enfatizada por Ribeiro, a “revoada de garças, colhereiros, biguás, baguaris, frangos d’água, tabuiaiás, cabeças-secas e tuiuiús enche o céu de cores e desperta alegria no coração do mais gélido observador” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68). De acordo com o autor:

A coleção de aves aquáticas do Pantanal é considerada uma das mais importantes do mundo. E sua existência não é gratuita: deve-se a condições especiais de clima, solo, insolação e regime de águas, de plantas e de animais, tanto no plano do visível quanto no da microvida, tanto no solo quanto na água. Quer dizer, a fauna alada do Pantanal é muito saudável e vigorosa porque dispõe das condições ideais de sobrevivência e reprodução a partir de sua necessidade básica – o alimento. Alimento que retira sobretudo da água, na forma de peixes, conchas, caranguejos, muçuns, caramujos, camarõezinhos do brejo, etc. Como quase tudo no Pantanal (e no mundo), a fauna alada tem sua fonte de vida na água e quando ocorre uma

anormalidade – como agora – o primeiro que se pensa é que a resposta pode muito bem, estar na água (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.62).

Então, a “harmonia”, descrita acima, é interrompida e dá lugar a uma “destruição catastrófica”:

A avifauna brasileira está em perigo. Para muitos observadores, já começou a “temporada oficial de extinção” das aves aquáticas do Pantanal. O primeiro grito de socorro veio da Transpantaneira, no município de Poconé, no ‘Matogrossão’, e pode até ter vindo por acaso. Fazendo uma reportagem sobre tuiuiús, em setembro, época em que eles estão criando, nossa equipe se espantou com o número de ninhos vazios na transpantaneira (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.62).

Da linguagem poética que descreveu a ordem “natural” daquele ambiente a reportagem passa a enfatizar a desordem e os gritos de socorro dos animais. O cenário passa a ser encarado como “assustador” de destruição, descrito já num subtítulo: “Assustador: apenas um ninho com filhotes”. José Hamilton esclarece que “Como os tuiuiús fazem ninho todo o ano no mesmo lugar (na verdade, cada casal constrói apenas um ninho na vida e só o reforma na hora de chocar de novo), os moradores da região conhecem as árvores onde eles criam”. Sendo que “no caso da Transpantaneira, alguém que a percorra sempre e seja observador sabe de cor os pontos onde se encontram os ninhos de tuiuiús ao longo dos 145 km da estrada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.64).

Dai em diante, consoante ao que afirma Garrard (2006) “cada elemento do idílio rural é destroçado por algum agente de mudança, cujo mistério é enfatizado pelo uso da terminologia natural e sobrenatural”. A constatação veio então por Estelito Rodrigues de Carvalho, entrevistado pela equipe de *Globo Rural*, que o caracterizou como “pantaneiro experimentado e constante passageiro da estrada – em seu atual serviço de empreitada nas fazendas ou no tempo em que trabalhava numa pesquisa sobre jacarés e capivaras na própria Transpantaneira”. De acordo com ele “Não sei o que está acontecendo, mas quase não tem filhotes de tuiuiús este ano”, disse Estelito em outubro (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.64).

Globo Rural foi então conferir a informação “contando um por um os ninhos e os filhotes”. De acordo com Ribeiro “O resultado foi assustador: dos 21 ninhos da borda da transpantaneira, apenas um havia filhotes. Era o ninho de uma piúva seca no lado do Pixaim, bem de frente do parador dos cajueiros de José Ricardo Dorileu. E estava pela

metade” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.64). Além disso, mais alguns moradores relataram a situação à equipe da revista:

- Nasceram quatro filhotes, passou um tempo só vi três, agora restam dois. Não sei se alguém deu tiro ou se foi o vento que derrubou lá de cima – diz o fazendeiro Jose Ricardo, impressionado com o número de carros e passantes que param em frente ao ninho para tirar fotografias e ficar observando.

- Tanta gente concentrada num ninho só é porque não há mesmo outro na estrada – diz José Ricardo, brincando que se fosse cobrar “pedágio” de quem pára para olhar talvez juntasse dinheiro para compensar o ágio que anda pagando para ter sal e arame farpado (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.64).

O relato descreve a constatação do fazendeiro ao perceber que as pessoas se aglomeravam no mesmo ninho para tirar fotografias, pois, não havia outros naquele lugar. E nos demais vinte ninhos da Transpantaneira, “um ou outro tinha o casal de tuiuiús vigiando, ou apenas um dos adultos, mas não havia sinal de filhotes”, destacou a reportagem. Segundo José Hamilton Ribeiro, um morador que tinha uma casa bem na beira da estrada e quase debaixo de uma piuveira com ninho antigo, afirma “não dá para saber se este ano os tuiuiús não botaram, se botaram mas houve goro, ou se os filhotes caíram ou foram devorados. Só o que dá para ver é que filhotes não há”, diz Vicente Correa (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.65).

Todavia, a situação era ainda pior. Segundo José Hamilton “A falta de filhotes de tuiuiú nos 21 ninhos da Transpantaneira foi apenas a ponte para outra informação ainda mais inquietante: não existem mais viveiros de garças na região de Poconé”. Ou seja, segundo a reportagem “os pássaros que se reproduzem em colônias, em ninhais coletivos, no “viveiro das garças”, como dizem os pantaneiros, esses pássaros não criaram em 1986” aprofundando ainda mais a situação desastrosa. Sendo que “em Poconé não aconteceu, no ano passado, a reprodução de garças, colheiros, biguás, biguatingas, cabeças-secas, baguaris, tabuiaíás” como destaca o autor (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.65).

Conforme a reportagem:

Enquanto o tuiuiú é a maior ave voadora do Brasil e representa um símbolo do Pantanal, o que faz a fartura de pássaros numa revoada, o que faz o coletivo, a quantidade, o que provoca sensação e marca mesmo o Pantanal são as aves de ninhal. Os diferentes tamanhos e formas das garças brancas, o cor-de-rosa do colhereiro, o pretume dos biguás, o tordilho dos baguaris, as asas de ponta preta dos cabeças secas, o azul escuro dos frangos d’água, o enxadrezado preto e branco das penas do tabuiaíá, a reunião de todas essas cores e tamanhos,

voando juntos, enche a beleza do céu (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.65-66).

Toda essa variedade de aves estaria ameaçada a desaparecer. “Tenho 73 anos, nunca saí daqui deste Pantanal de Poconé e este é o primeiro ano que não tem viveiro de garça”, disse “o velho curandeiro” Davi Sales, morador dos fundos de Caracará à equipe da *Globo Rural*. Para ele, isso aconteceu porque as águas estão “muito fundas”, o que dificulta as aves à “pesca” de seus peixes. Já Estelito, acha que o que acabou com os ninhais tão antigos de Poconé “foi a frequência, o abuso e a falta de educação de turistas e visitantes, que chegam a dar tiros nos viveiros só para ver a passarada voar. Aí caem filhotes no chão, ovos se quebram, o carcará aproveita a vacilação dos pais para levar na unha os indefesos filhotinhos”, afirmou (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.66).

Entretanto, as causas podem ser outras, como destaca a reportagem. “Acho até que uma coisa tem a ver com a outra – diz Estelito. – Como não teve ninhal nessa temporada, os carcarás ficaram sem comida e então descontaram nos tuiuiús, comendo todos os filhotes. Por isso é que tem tanto ninho de tuiuiú vazio”. Ou como explica Zé Correia, sobre a não criação de garças no ano passado: “É veneno. Só pode ser veneno na água, essa química que vem da lavoura, de usina de cana, de garimpo... A água envenenada esta desnaturando os passarinhos. Nunca mais o Pantanal vai ser o mesmo” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.66).

Essa última possibilidade é enfatizada pela revista. O autor José Hamilton descreve que “Zé Correia é homem simples e franco, simplicidade franqueza que podem ser afinal a chave do entendimento (e da solução) para o que vem acontecendo com as “aves paludículas””, de acordo com ele é assim que os especialistas chamam as aves que dependem da água e dos alagados para sobreviver (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.66).

Além da retórica poética e pastoral, a revista aposta numa narrativa “apocalíptica” trágica sobre a situação do Pantanal. De acordo com Buell (*apud* Garrard, 2006, p.134) “o apocalipse é a mais poderosa metáfora-mestra que dispõe a imaginação ambiental contemporânea”. Nela, a situação do ambiente em questão ganha tons de alerta, de ameaça e perigo (GARRARD, 2006, p.134).

Nesse sentido, a ameaça sofrida pelo Pantanal, é principalmente o alerta de não existir mais viveiros de garça em tal temporada em Poconé. De acordo com o autor, é extremamente significativo por saber-se que fica ali o maior criatório de aves aquáticas do Pantanal. Segundo Ribeiro “parando em Poconé a criação de garças, colhereiros,

biguás, baguaris e outros, é só uma questão de tempo a parada no Pantanal inteiro”. Para fundamentar essa constatação, a revista trouxe também a opinião de cientistas ligados a esse tema:

O biólogo Carlos Yamashita, do Centro de Estudo de Migração de Aves (CEMAVE), do IBDF, em Brasília, vai mais longe: - Devido a sua extensão e condições especiais, os ninhais de Poconé são a mais importante área para reprodução de aves paludícolas do Brasil. A questão, portanto, já não se limita ao Pantanal. E não está acontecendo o problema apenas em Poconé. A bióloga Emi Garcia, do INAMB (órgão de defesa do meio ambiente, de Campo Grande), diz que no ano passado, na época certa, duas equipes foram pesquisar ninhais em Mato Grosso do Sul e voltaram de mãos abanando. Outro estudioso, Roni Pulha, diretor do Zoo de Sorocaba, São Paulo, coordena um grupo de pesquisadores que visita o Pantanal a sete anos, na época certa, para estudar as aves - A avifauna do Pantanal – diz ele – está reduzida hoje a 10% do que era em 1979 (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.66).

A narrativa de José Hamilton, que une a matança dos pássaros e a contínua menção da poluição dos rios, chama a atenção para seu “apocaliptismo” (Garrard, 2006). No trecho acima, isso fica evidente quando especialistas e o próprio autor da reportagem apontam um “prenuncio”, na forma da redução da avifauna a 10% do que era em 1979, pois, de acordo com os mesmos, a morte de uma ave é o sinal, é a primeira a morrer para anunciar a catástrofe.

Garrard (2006) sugere também, ao fazer referência ao livro *Primavera Silenciosa*, de Raquel Carson (1999) em que, podem-se ver traços característicos da retórica apocalíptica, segundo ele, principalmente porque “o alerta é apresentado em termos de autoridade absoluta; a ameaça material é “maléfica”. Portanto, por associação, também seus autores o são; as consequências de não atentar para o alerta são catastróficas, e o perigo é não só eminente, como já está em andamento” (GARRARD, 2006, p. 137).

Nessa perspectiva, como é evidente na narrativa da reportagem, o tamanho da catástrofe é ligado às dimensões da natureza do Pantanal e a rapidez do avanço da devastação. A reportagem descreve tudo o que estava sendo perdido pela catástrofe, especialmente a redução da avifauna. “Pensar que os ninhais do Pantanal podem desaparecer para sempre é aflitivo. Em si já é medonho crime, mas pior ainda: pode ser um sinal. O aviso de que o Pantanal está apodrecendo. E que, após as aves, tudo o mais morrerá também” destacou o autor (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

A narrativa idílica da natureza, por vezes é interrompida dando lugar a linguagem apocalíptica. É evidente no texto que o autor busca demonstrar a beleza e a importância

da fauna e da flora do Pantanal, e ao mesmo tempo, denunciar sua devastação pela ação humana. Por isso, mescla a narrativa poética com a de destruição.

Essa afirmação pode ser percebida no trecho a seguir:

Não há quem, visitando o Pantanal, não fique enfeitiçado com o biguá. Com aquele pescoço comprido e a facilidade de se atirar na água, ele também outro nome: mergulhão. O biguá é inquieto mas manso; vive aboletado no batente das pontes e só levanta voo quando o carro chega bem pertinho. Se está no rio e a gente dá em cima dele com a voadeira, ela aposta corrida um pouco no nado mas, vendo o barco se aproximar, dá um mergulho elegante para voltar a tona lá atrás, sempre com os olhinhos muito vivos. O biguá cria em “viveiro preto” e, como todos os seus colegas de colônia no Pantanal, é carnívoro. Vive basicamente de peixes, crustáceos, caranguejos, camarõezinhos, quer dizer, ocupa um posto alto na cadeia alimentar (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

O autor apresenta o biguá de forma poética, como aquele animal que enfeitiça o olhar do observador. Entretanto, seu objetivo é chamar a atenção do leitor para a ameaça que esses animais estavam sofrendo e com eles toda a fauna alada do Pantanal “de um lado, as aves aquáticas como o biguá estão no topo da linha de alimentos; de outro, são seres vulneráveis, sensíveis, fracos” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

De acordo com o autor “Altamente suscetíveis a contaminação e a perturbação do meio ambiente, funcionam como um indicador geral das condições de vida do ecossistema” e acrescenta: “Estando tudo bem com o biguá, está tudo bem com o meio ambiente”. Mas, se as condições sofrem uma alteração para pior, “o biguá é o primeiro a demonstrar, seja morrendo, seja desregulando seu sistema de reprodução. É o sinal de alerta para o que vai acontecer aos outros bichos depois” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

José Hamilton Ribeiro utiliza, então, o exemplo de uma situação “similar” que teria acontecido nos Estados Unidos. De acordo com ele, “por volta de 1950, havia uma colônia de 3.000 casais de um tipo de mergulhão em volta do Lago *Clear*, na Califórnia, EUA. Em sete anos, a colônia viu-se reduzida a algumas dezenas de casais – e não se reproduzia mais” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69).

Ribeiro assinala que, estudado o caso, conclui-se que o mergulhão fora vitimado em razão de sua dupla condição: “estar no topo da cadeia alimentar e ser um bichinho frágil - uma pequena contaminação das águas do lago foi-se concentrando nos degraus da cadeia alimentar e quando chegou ao mergulhão tinha atingido uma proporção intolerável para ele” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69).

A contaminação das águas do lago foi causada por um inseticida organoclorado, isto é, “cujas partículas não se diluem no organismo, e havia sido aplicado no lago para acabar com um mosquito”. Acreditava-se que na água, pela proporção de partículas ser pequena, não devia fazer mal a ninguém, mas, afirma o autor “o tipo de plâncton existente filtrava a água para se nutrir e, com isso, aumentava em si o nível de partículas” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69). Dessa forma, atingir outras espécies era inevitável:

O pequeno peixe herbívoro que se alimentava do plâncton absorvia todo o inseticida contido nessas suas “refeições”. Por sua vez, ao ser devorado pelo peixe carnívoro, o peixinho passava-lhe a carga de inseticida acumulado, numa proporção que ia afunilando para um indivíduo só – o peixe carnívoro – as partículas que se encontravam espalhadas em muitos peixinhos, em muitos quilos de plâncton e em centenas de litros d’água. No momento em que o mergulhão, ou outra ave aquática parecida, se alimenta de vários peixes carnívoros, está concentrando no organismo o elemento químico que há em cada um dos peixes – e aí estoura a boca do balão (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69).

Posteriormente, o autor busca confirmar cientificamente sua constatação. A reportagem traz a explicação do biólogo R. Dajoz, que escreve que “a ação de substâncias químicas, tanto inseticidas quanto herbicidas, fungicidas ou mercúrio (esse usado nos garimpos de ouro), afeta principalmente a reprodução das aves”. O pato selvagem, por exemplo, “que chega a por doze ovos numa temporada, vai a zero na postura depois de absorver certo número de partículas de agrotóxicos. Pode vir um ou outro ovo, mas vem com a casca fina, quebradiça, perdendo-se antes da eclosão”, descreve Ribeiro, como teria acontecido com o falcão peregrino, que assim desapareceu de muitas regiões dos EUA, afirma (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69).

A reportagem aborda também, a ação do mercúrio como poluente. De acordo com GLOBO RURAL, igualmente o mercúrio se concentra perigosamente nas aves que estão no topo da cadeia alimentar. O autor destaca uma experiência realizada na Suécia, numa região onde se usava fungicida mercurial. Nela conclui-se como as aves tipo biguá-mergulhão são mais vulneráveis em razão da acumulação sucessiva. Sendo que “Faisões e perdizes, que se alimentam de insetos e de grãos, apresentaram 6 miligramas (por quilo) de mercúrio nas penas, enquanto o falcão, que é exclusivamente carnívoro, concentrava dez vezes mais mercúrio, o que lhe foi fatal” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69).

Ainda de acordo com José Hamilton, exemplificar através do que aconteceu em outros países, ajuda a compreender a situação do Pantanal. Pois, segundo ele, era preciso entender que a poluição das águas agia ativamente na mortandade das aves também no Pantanal. Esse esquema de acumulação em escala do agente poluidor faz com que sua ação possa se manifestar a distancia, “pode-se dizer que o herbicida usado numa lavoura lá longe no planalto mato-grossense tenha relação com os ninhais vazios da Transpantaneira e ninguém faça a ligação entre uma coisa e outra ninguém se dê conta”. Segundo o autor “A inatividade de “viveiros de garça” a partir da possibilidade de haver uma ligação com problemas na água é chocante, escandalosa” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69).

Então, denuncia José Hamilton Ribeiro: “algo tão ou ainda mais grave vem ocorrendo metodicamente nos últimos tempos sem despertar a ira devida: a asfixia dos rios”. Para explicar essa situação, a reportagem se ancora no estudo do agrônomo e ex-secretário do Meio Ambiente de Campo Grande, João Pedro Cuti Dias. Segundo ele “a desgraça do Pantanal está mais do lado de fora do que dentro dele e tem relação com o mau uso do solo nas cabeceiras dos rios” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69).

Como descreve a reportagem, “João Pedro calcula que o Taquari vem recebendo em suas águas – além de resíduos químicos – cerca de 3 milhões de toneladas de areia por ano, em função de erosão, da queda de barrancos e de assoreamento provocados pelo desmatamento inescrupuloso”. Isso provoca então, “a redução do oxigênio da água e altera as condições de abrigo, alimentação e locomoção dos peixes”, denuncia o autor. De acordo com Ribeiro, isso provoca o que se chama de “turbidez das águas”, o que levou a areia a destruir as “locas” de jaú, “peixão que praticamente desapareceu do Taquari e do Coxim, enquanto toda a subida de peixes, na desova, foi dificultada. É comum ver enormes peixes mortos, encalhados na areia”, reforçou Ribeiro (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.68).

A reportagem de *Globo Rural* publicou também alguns relatos sobre a situação:

- Há dois anos não temos piracema no Taquari e no Coxim – diz o promotor público Abel de Oliveira, atual secretário do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. A profundidade do Coxim diminuiu 1 metro. Antes era fundo, estreito, cheio de poços, facilitando a vida dos peixes. Agora está largo e raso, o leito subindo e derrubando barrancos.

A boca do Taquari com o Paraguai virou um espraiação só, vazando para as margens. Muitos fazendeiros, que sempre usaram canoas, precisaram dragar o leito para navegar.

No Cuiabá-São Lourenço a situação parece ainda pior:

- Aqui não houve piracema nos últimos quatro anos – diz Keve Silimon, biólogo da Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Mato Grosso e que acaba de escrever o primeiro Manual dos Peixes do Pantanal.

Desde 1972 coletando e estudando os peixes do Pantanal, Keve sente bem de perto a gravidade da situação, pois é homem que testemunhou várias piracemas ali, piracemas de 4km, horas seguidas de peixes subindo o rio.

E tem a pesca predatória, com redes, armadilhas e arrastão, mesmo em época de reprodução e sem respeito ao tamanho mínimo das espécies apanhadas. Rios como o São Lourenço, Cuiabá, Piqueri, Miranda, Taquari, Coxim e Aquidauana são batidos dia e noite. Há frigoríficos trabalhando sem respeitar a lei, apesar de financiados com dinheiro de órgãos do Governo. A menor quantidade de peixes no Pantanal já é tão sentida que o INAMB instalou uma estação experimental em Aquidauana para promover a reprodução em cativeiro do dourado, do pacu e do pintado. O biólogo Roberto Machado avisa:

- Os peixes nobres estão acabando e nós ainda não sabemos nem a dinâmica das migrações, para entender a piracema! Não está afastada a ideia de que a estação experimental seja utilizada para “repovoar” os rios pantaneiros, esses mesmos rios que para muitos ainda são o símbolo da natureza livre, limpa e pródiga (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.69-70).

Tanto os relatos, como os estudos apresentados, são elencados pelo autor para construir sua narrativa de apresentação da situação ambiental do Pantanal. Sua concepção ambientalista utiliza ora de artifícios literários poéticos e apocalípticos, ora do apoio da ciência para fundamentar o aviso de que o Pantanal está vulnerável a destruição de sua flora e fauna.

Nos parágrafos seguintes, o autor descreve mais enfaticamente a denuncia do que estava acontecendo no Pantanal. Ele utiliza novamente dados científicos para esse intento. “Num inventário oficial sobre planícies inundáveis, feito por cientistas para a União Internacional de Conservação da Natureza, que tem sede em Londres, o Pantanal é colocado entre as áreas mais vulneráveis do mundo” destaca. E ainda, segundo esse estudo, “é talvez a mais exposta, nas próximas décadas, a mudanças tão drásticas que poderão levar à sua complexa destruição”, destaca o autor para elucidar o prenuncio de um contexto de destruição (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.71).

Segundo José Hamilton, o Pantanal está sob forte pressão “humana, econômica, política, agrícola, fundiária, ecológica”. E denuncia: “e praticamente está abandonado”. “-O Pantanal é hoje uma verdadeira casa-da-mãe-joana – diz Astúrio Ferreira, ex-presidente do Comitê de Defesa do Pantanal, entidade que em 1981 comandou a luta contra a instalação de uma usina de álcool gigantesca na serra da Bodoquena” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.71).

De acordo com a reportagem:

A debilidade do Pantanal vem do fato de ele ter dois donos, ambos fracos e que não combinam entre si: os dois Mato Grosso. O que um proíbe – instalação de indústrias poluidoras nos formadores da bacia inundável, por exemplo -, o outro permite e até estimula, para “se desenvolver”. E nenhum dos dois destina ao meio ambiente o mínimo necessário de recursos: a Fundação de Defesa do Pantanal, no Norte, não tem nem orçamento próprio, e o INAMB, no Sul, chega ao cúmulo de não poder fiscalizar os rios por falta de gasolina nos barcos (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.71).

Além da falta de investimento do Estado, de acordo com o autor da reportagem “existe também uma “fraqueza institucional””, pois, muitas áreas no Pantanal pertencem a grupos econômicos (a maioria com sede em Campo Grande, Rio e São Paulo) que passam por cima da autoridade mato-grossense. De acordo com José Hamilton “Apesar de muito esforço, o secretário do Meio Ambiente de Campo Grande não conseguiu autorização para visitar com a reportagem certa instalação numa fazenda pantaneira que tem sede no Rio de Janeiro” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.71).

O autor descreve que esses grupos econômicos, utilizavam a força da violência para restringir a ação da fiscalização. Ribeiro descreve que “o dr. Gabriel Muller, quando secretário do Desenvolvimento em Cuiabá, foi impedido, sob a mira de uma carabina, de se aproximar de um ninhal no município de Poconé”. Ele acrescenta que o secretário até declarou que seu cargo lhe dava o direito de entrar na fazenda, mas, “quando o dr. Gabriel passou uma perna sobre a cerca, daí não passou: - Pare, doutor! Se não vou ser obrigado a cortar o senhor pelo meio, a bala!” (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.71).

O editor chefe e autor da reportagem, José Hamilton Ribeiro, não se restringe também a criticar o Governo Federal pelo abandono do Pantanal. Segundo Ribeiro:

O Governo Federal é o primeiro a ignorar os dois Estados. Em plena época de proibição de caça, o Itamaraty convidava oficiais americanos (em férias no Vietnã) para matar onças na região do Caracará. Um coronel chegou a se ferir gravemente nessas caçadas proibidas. O controle de Brasília sobre o Pantanal só existe no papel. O IBDF, do Ministério da Agricultura, é eficaz somente quando cuida dos negócios de reflorestamento. Na sua função mais importante, de defesa da fauna e da flora, é impotente, omissa ou distante. Para fiscalizar o Pantanal inteiro, tanto o do Norte quanto o do Sul, conta com menos de vinte fiscais, desarticulados e atônitos (para “fiscalizar” Copacabana, o Governo mantém cerca de trezentos fiscais...) (GLOBO RURAL, n. 16, 1986, p.71).

A reportagem denuncia também a ineficácia das áreas do Pantanal designadas como reservas ecológicas. Segundo o autor, “parece uma piada – ou uma negociata. Dos 15 milhões de hectares do Pantanal inteiro, a reserva se restringe a 145.000 hectares – menos de 1%. E ainda assim em local de permanente inundação, principalmente o Parque Nacional do Caracará”. Pois, como descreve o pesquisador Hermann Heinrich, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que teria examinado o Pantanal à luz das fotos tiradas de satélites, “o máximo que o Parque Nacional pode defender são os peixes: 95% a 98% da área do Parque está debaixo d’água”, diz Heinrich (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.71).

E ainda, consoante à reportagem “o primeiro diretor desse Parque não conseguiu se instalar por uma razão de deixar pasmo qualquer cidadão comum: os coureiros e caçadores de jacarés não permitiram que sua comitiva de três canoas desembarcasse!”. Publicada no início de 1987, a reportagem descreve que “Ainda hoje a estrutura do parque é precária, traduzindo que importância o IBDF dá ao Pantanal: quase nenhuma” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.71-72).

Uma sucessiva narração de situações dramáticas vai constituindo a crítica ambientalista de “O Grito do Pantanal”. O autor passa a enfatizar a escassez de pesquisas científicas de qualidade e profundidade sobre a região pantaneira naquele período. De acordo com Ribeiro “na área de conhecimento científico do Pantanal, o vazio é quase absoluto: nem mesmo se sabe ao certo qual a sua superfície. De tempos em tempos, algum órgão federal dá início a um estudo, que sempre acaba por ser abandonado” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72).

Exemplificando a situação de abandono, o autor descreve algumas constatações. Segundo ele, para uma pesquisa sobre o manejo da capivara “que tinha até data para terminar” construiu-se uma base perto da Transpantaneira. “Eram várias casas. Hoje restam duas capivarinhas num cercado, e nenhum resultado”. Algo similar aconteceu com uma criação experimental de jacarés na Nhecolândia, que precisou mudar de lugar “porque ninguém calculou direito a enchente e quando ela veio cobriu os viveiros, asfixiando seiscentos jacarezinhos...” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72).

De acordo com José Hamilton, em relação a pesquisa científica, a esperança vinha do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, da Embrapa, em Corumbá, que segundo ele estava determinado a tratar com seriedade – e continuidade – as pesquisas e ensaios. Entretanto, o objetivo da Embrapa era a melhoria da produtividade do gado bovino e o aproveitamento racional dos recursos naturais do Pantanal, como descreve a própria

reportagem. Segundo Ribeiro, o Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal visava “criar tecnologia de manejo em condições seminaturais, de jacarés e capivaras, para o aproveitamento do coró e da carne, como já fazem alguns países” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72).

Além disso, a reportagem destaca que haviam também estudos para conhecimento da flora pantaneira, em busca de plantas úteis como alimento ou remédio. “É bom lembrar que a estévia (ou stevia) é uma planta das bordas do Pantanal e ficou ali centenas de anos olhada como matinho à toa, até que os japoneses descobriram que ela é mais doce que o açúcar, não faz mal aos diabéticos e não engorda...”, descreveu o autor (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72).

Todavia, José Hamilton ressalta que, além da ação humana ‘sempre danosa’, o Pantanal é uma região frágil e sob “tensão ecológica”, na medida em que se constitui “numa transição não muito definida entre cercado, savana, mata atlântica, chaco, e ambiente amazônico”. De acordo com ele, “sua flora vai do xique-xique a vitória regia, do aguapé a um tipo de carnaúba, da estévia ao jatobá”. E, do ponto de vista geológico, “é uma área ainda em formação. Seu equilíbrio é precário, tanto que uma temporada de ventos fortes ou um degelo maior nos Andes pode significar uma catástrofe para a fauna pantaneira, sem o homem ‘ajudar’ em nada”, afirmou (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72).

O autor enfatiza ainda que, “dos desastres da natureza o Pantanal se defende, mas se sabe quanto pode resistir à desgraça fabricada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72). A reportagem sintetiza então “as 10 pragas fatais” que estavam devastando o Pantanal, elencadas de acordo com pesquisas de estudiosos que haviam observado o Pantanal nos dez anos que antecederam a reportagem:

1. Desmatamento nas cabeceiras e margens dos rios, com erosão, assoreamento e turbidez das águas.
2. Construção de diques para contenção de enchentes e canais de irrigação.
3. Expansão da agricultura tanto na borda quanto dentro do Pantanal.
4. Turismo inconsciente e destrutivo.
5. Barragens para hidrelétrica.
6. Poluição química, industrial e humana dos rios.
7. Atividades de garimpo e uso do mercúrio.
8. Pesca predatória, sem obedecer a períodos de reprodução e tamanho mínimo dos peixes.
9. Caça ilegal, tanto para couro (jacarés) quanto para pele, pena e animais vivos.
10. Usinas de álcool, com a complicação do herbicida, resíduos e dos bóias-frias.

(GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72).

A reportagem explica que as três primeiras ameaças tem relação com a abertura de frentes agrícolas nas cabeceiras do Pantanal, promovendo a derrubada de mato sem controle e sem o cuidado de preservar a “caixa” dos rios. Esse desmatamento, segundo o autor, mais o movimento de terra para plantio e a posterior queimada, “vem carregando para os rios, desprotegidos de sua mata lindeira, todo o assoreamento que acaba turbando a água e desnaturando o leito com areia, entupindo o “canal” e estragando as locas, abrigos e ninhos dos peixes de couro” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72).

- tudo se faz sem medida, sem um zoneamento, sem nenhum cuidado com as consequências de se mudar, abruptamente, todo o perfil de uma região – diz Guilherme Heimbach, de Campo Grande, assustado com o fato de terem desmatado, em apenas um ano, 50% da microrregião do Alto Taquari, atingindo os municípios de Coxim, Pedro Gomes, São Gabriel do Oeste, Camapuã e Costa Rica. Nesse ritmo, em cinco anos não haverá mais mata nenhuma no lugar (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72-74).

De acordo com o autor a chegada de agricultores do Sul está coincidindo com uma nova “mania”: “a de fazer agricultura no Pantanal, principalmente com soja e arroz irrigado”. “Agricultura no Pantanal é incoerência e suicídio”, diz a agrônoma Maria Teresa Jorge Pádua, ex-diretora dos Parques Nacionais do IBDF, entrevistada pela equipe da revista (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.74). Segundo o autor da reportagem:

Incoerência porque a vocação do Pantanal é o boi; suicídio porque os agricultores de fora se iludem com a aparente riqueza do brejo sem pensar que a colhedeira vai atolar, encarecendo pesadamente o custeio. Além do fato de a lavoura moderna implicar o uso de agrotóxicos, cujo efeito do delicado meio ambiente pantaneiro é um fantasma de arrepiar qualquer cristão. - Lugar de agricultura não é no Pantanal – diz Paulo Nogueira Neto, até recentemente titular da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.74).

A reportagem destaca ainda que a agrônoma Maria Teresa e outros estudiosos tem a mesma opinião, “além de constar do Estudo Geomorfológico dos Pantanaís, do Projeto Radam”. Para a equipe de cientistas espaciais do Radam, há muita terra fértil para lavoura no Brasil, enquanto no Pantanal a inteligência manda “evitar alguns setores produtivos devido a necessidade de conservação e preservação do ecossistema pantaneiro, de equilíbrio instável e recuperação irreversível”, destaca (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.74).

De acordo com o autor José Hamilton Ribeiro “Já o boi é bem vindo para todos”, diferentemente do que acontece na Amazônia, destaca. “Lá ele faz um estrago ecológico logo de saída, pois precisa de pastagem formada, em desacordo com o ecossistema amazônico. E até chegar ao capim há o trauma da derrubada, enleiramento, fogo, tombação, sementeira” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.74).

“No Pantanal, o contrário, o boi só faz somar”, ressalta:

Encontra a pastaria pronta – os pastos nativos pantaneiros são bons não só para a cria mas também para recria e até para engorda - e vem desfrutar de um ambiente sem doença, sem berne e sem carrapato. Em certas áreas não há precisão nem de sal; as salinas, ou lagoas de água salitrada, contém minerais que praticamente dispensam o sal no cocho. - É por isso que não há no mundo laço melhor que o pantaneiro – diz Zelito Dorileu, da Fazenda Santa Isabel. Porque não come quase o sal comprado e seu coro não sofre perfuração por berne, carrapato ou ferrão, o boi pantaneiro dá um laço que é tido como mais elástico, mais resistente e mais duradouro – é “corda pra arrear baguá a vida inteira”. Em condições naturais, sem um pé de capim plantado, a estimativa é de que o Pantanal comporte um boi em cada 3 hectares. E sem agressão à ecologia pantaneira, pois o boi convive muito bem com a fauna (salvo algumas onças malcriadas...), com a forragem nativa e até com as enchentes. Tendo um lugar seco para dormir, na forma de capão ou aterro, a rês atravessa o período de inundação sem sentir. O capim ela busca com tranquilidade, mesmo que precise nadar (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.75).

Além do avanço da agricultura sobre o Pantanal, a reportagem destaca também a expansão do turismo. “Aumenta ano a ano o turismo no Pantanal, e não é para menos” afirma o autor. Citando o escritor inglês Julien Huxley, Ribeiro destaca que “ver animais passeando livremente e sem medo em seu meio ambiente natural é um dos espetáculos mais comoventes e mais exaltantes do mundo, comparável à contemplação de uma obra de arte ou à audição de uma grande sinfonia” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.75).

Todavia, segundo o autor, por enquanto, o turismo no Pantanal está trazendo mais malefícios do que benefícios, tanto que é considerado uma das causas do abandono dos ninhais pelas aves aquáticas. Dessa forma, “por seu caráter democrático”, já que abre para todas as pessoas o “espetáculo Pantanal”, salienta Ribeiro, “o turismo precisa ser orientado e melhorado, de forma a tornar-se importante fator de defesa do que há ali de mais precioso: a flora, a fauna, a natureza como um todo”. Porque, segundo ele “Fazer uma fabrica, qualquer tonto pode fazer; mas quem faz um filhote de garça?” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.75).

Segundo José Hamilton Ribeiro “um grande pesadelo dos defensores do Pantanal vem de duas novas atividades na região: usinas de álcool e garimpo”. De acordo com a reportagem, no período existiam dez usinas de álcool na periferia do Pantanal (ou “peripantanal”) sem que estivesse proibida a instalação de outras, pelo menos no Norte (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.75). A situação era de calamidade, pois, segundo o autor:

Saiu claramente de uma delas o veneno, em forma de vinhoto, que provocou a primeira mortandade de peixes no rio Paraguai – a água-mãe do sistema pantaneiro. É obrigatório construir tanques de decantação de vinhoto nas destilarias, mas os “acidentes” parecem até planejados. - Fica mais barato pagar a multa pelo “acidente” do que fazer mais tanques e dar destino útil ao restilo – diz Carlos Yamashita, do IBDF (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.75).

Além disso, a reportagem descreve que “as usinas precisam também aplicar muito herbicida nos canaviais e a possibilidade de essa substância acabar na água dos corichos e balas – e depois nos peixes, biguás, nos tuiuiús... - não pode ser negada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.75-76). A denúncia de contaminação por esses poluentes é acompanhada de outra, o garimpo com o depósito de mercúrio:

Quanto ao garimpo de ouro, o problema é duplo: primeiro, destrói fisicamente os rios, lagos e vazantes, ao esburacar tudo e fazer descer lama e areia para as águas; segundo, o mercúrio. Usado no processo de apuração do ouro, o mercúrio escorre para a água. Absorvido pelos peixes, esse metal pesado – que o organismo não assimila – va-se acumulando até resultar numa doença nervosa chamada “Síndrome de Minamata”, que leva a morte depois de provocar tremores incontroláveis (o nome da doença vem da ilha de Minamata, no Japão, quando foi descrita pela primeira vez ao contaminar pescadores). Do peixe, o mercúrio passa para os pássaros carnívoros e, se chegar ao homem, é ele quem recebe a carga da doença (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.76).

Assim, conclui a reportagem “a grande ameaça mesmo é a ‘poluição humana’”. Depois de reunir essa quantidade expressiva de dados científicos e aqueles coletados pela própria equipe em contato com o ambiente, a reportagem mostra que todos esses fatores constituem uma grave ameaça a flora e a fauna pantaneira. Nas palavras do autor da reportagem “a grande ameaça ao Pantanal é mesmo a “poluição humana”; se a área esta preservada até hoje, é porque ainda é pouco povoada” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.76).

O que estava mudando, pois, a população de Poconé teria crescido 50% nos últimos quatro anos, “em função dos duzentos “moinhos de cascalho” que se

estabeleceram em volta da cidade”, segundo o autor. Sendo que, “os homens que vieram garimpar dizem que, mesmo terminando o ouro, poderão ficar por ali como bóias-frias da usina de álcool inaugurada não faz muito tempo”. Junto a isso, a reportagem considerou que “o asfaltamento da Campo Grande-Corumbá vai levar mais gente para a “Cidade Branca” (Corumbá) e já há grupos econômicos – inclusive no governo! – falando em estabelecer um “polo siderúrgico” no Pantanal” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.76).

“Ai pode ser a gota d’água”, salientou o autor. De acordo com Ribeiro “O “bicho homem”, principalmente um bicho homem como o nosso, que não tem escola nem saúde, desprotegido e despreparado, quando se junta arrasa tudo”. E acrescenta: “muitas vezes nem é por maldade ou conscientemente: o Tiête em São Paulo era um dos mais lindos rios do país – hoje, é uma argamassa escura e fétida. E não é que paulista não gosta de pescar...” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.76).

Além disso, antes de apresentar as saídas, o autor descreve um pouco mais dos traços do Pantanal que poderiam ser destruídos:

Mas é também um pedaço do Brasil com traços muito originais: há toda uma “cultura pantaneira”, com arquitetura própria, vestuário típico, cozinha, danças, instrumentos musicais, medicina, ferramentas, hábitos, sotaque e até cavalo. O “cavalo pantaneiro”, desenvolvido de árabes da Península Ibérica, é capaz de proezas como viver seis meses dentro d’água sem que os cascos amoleçam. Mas, sobretudo, o Pantanal é uma terra sem problemas de fome, miséria ou doença; talvez seja a única região brasileira sem um conflito social agudo. Quer dizer, não é apenas por causa dos biguás, do cervo do mangue ou das ariranhas que o Pantanal merece ser defendido. Mas defendê-lo como? (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.77).

Na conclusão da reportagem, José Hamilton Ribeiro elenca algumas possíveis soluções para salvar o Pantanal, que “por sua riqueza de água, fauna e flora, é – tecnicamente – uma “Reserva do Patrimônio da Humanidade”, segundo os critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza”. Essas medidas deveriam ser tomadas pela sociedade em geral.

Segundo GLOBO RURAL, “consta que o ex-presidente Ernesto Geisel esteve a ponto de patrocinar uma decisão que é secretamente desejada por muita gente: a transformação do Pantanal em “Território Ecológico Federal”, sob proteção direta das forças armadas” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.77). Mas, de acordo com ele, “Geisel se foi e não fez”, e o debate continua aberto. Então, a reportagem afirma que há consenso quanto a três necessidades:

1. Um plano racional e integrado para defesa do Pantanal como um todo.
2. Uma policia pantaneira com pessoal de bom nível, aparelhagem e recursos suficientes.
3. Ampliação da área de proteção legal, na forma de parques, estações ecológicas ou mesmo reservas particulares.
(GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.72)

Um exemplo de “plano racional”, segundo a própria reportagem, foi sugerido por Gabriel Müller, presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso e também da Fundação para o Desenvolvimento do Pantanal (Fundepan), ele acha necessário criar um “cordão de proteção” em volta do Pantanal para “proibir a entrada de gente com ideia errada e tecnologia imprópria”, descreve. Para Müller, o pantaneiro conhece sua terra e por isso sabe usá-la sem estragar, faltando apenas ao criador local melhorar o manejo (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.77).

Ainda segundo Müller, “Quanto ao mais, é só ter uma boa Policia Pantaneira para reprimir o mau caráter, esse que vem pilhar, poluir ou destruir, que certamente jamais teve coração pantaneiro e o melhor que tem a fazer é sumir daqui”. Ademais, a reportagem destaca ainda que num inventário das terras úmidas neotropicais, cientistas da União Internacional para a Conservação da Natureza sugerem, após reafirmar que o Pantanal precisa de um plano global de defesa, que se aumente a área de reserva na forma de um “corredor de salvação” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.77).

“Um corredor amplo e largo, numa área continua, atravessando a região de ponta a ponta, de maneira que contenha amostras de “todos os pantanais” e abrigar santuários de diversas espécies”, elucida o estudo. Para defender o Pantanal, basta querer – diz a agrônoma Maria Teresa Jorge Pádua, a equipe de *Globo Rural*, referindo-se ao Governo (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.77). Ao lado de dois outros especialistas – Russel Mittermeier, da Fundação da Vida Selvagem, e o almirante Ibsen Câmara, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza -, a agrônoma Maria Teresa propõe um plano de seis pontos para a área:

1. Processo de conscientização e treinamento do homem pantaneiro para que aprenda a valorizar, defender e manejar melhor o Pantanal.
2. Exploração racional, depois a devida pesquisa, de espécies da fauna pantaneira, começando com a capivara e o jacaré.
3. Um bem planejado “turismo de selva”, que envolva forte componente educacional tanto para o visitante quanto para o morador.
4. Incentivo à formação e a atuação de entidades de fazendeiros interessados em aumentar sua produtividade sem desnaturar o ambiente.
5. Aumento da área de parques e reservas.

6. Obtenção de apoio internacional.
(GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.77).

Referente a esses pontos, a reportagem reforça, citando Paulo Nogueira Neto, que criou a Estação Ecológica de Taiamã, na bacia do Paraguai “que as Forças Armadas precisam “apadrinhar” o Pantanal, na medida em que boa parte dele é área de fronteira, e uma fronteira delicada”. Ele defende também, “a ação de uma guarda costeira da Marinha vigiando os rios pantaneiros, ao lado da Polícia Federal com um grupo especializado em flora e fauna, como há para a droga e o contrabando” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.78).

José Hamilton salienta que “a criação de uma polícia ecológica – a Guarda Nacional de Recursos Naturais -, aliás, era uma das promessas da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República para este ano” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.78). Ele ressalta também que existia um órgão federal trabalhando para mostrar um “Pacote Pantanal”, baseado em ideias e objetivos do Governo e de particulares.

É a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Esperando receber ajuda do Banco Mundial e do Governo Francês, a Sudeco busca conciliar a promoção do desenvolvimento do Pantanal e suas cercanias com a preservação do que existe lá dentro. O superintendente Antônio Mendes Canalle acena com uma ideia-força: - Ao invés de assombrar os fazendeiros com ameaças de desapropriação, vamos buscar a cooperação deles em esquemas de preservação na forma, por exemplo, de parques em condomínio ou consórcio em que haja vantagens para os dois lados. Isso já deu certo na Europa, quem sabe é uma boa saída para o Pantanal. O “Pacote” da Sudeco inclui a demarcação de um “Parque Natural” em Mato Grosso do Sul (hoje sem nenhuma reserva) e a criação da polícia pantaneira, além do estímulo à pesquisa agropecuária, o turismo consciente e um programa de treinamento de mão-de-obra. Cheio de entusiasmo, Canalle foi agora à Europa buscar apoio, compreensão e dólares para seus projetos (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.78).

Enfim, conclui o autor, “Dá tempo de salvar o Pantanal: basta querer”. E acrescenta que “o homem ainda não o destruiu completamente porque, segundo diz um poeta de Corumbá, “se Deus é brasileiro, /todo santo é pantaneiro/ e protetor desse lugar” (GLOBO RURAL, n. 16, 1987, p.78).

“A ideia não poderia ser mais genial. Congratulo-me com todos os que, iluminados, inspiraram-se e contribuíram para beneficiar um número ilimitado de pessoas que amam a natureza”, a carta de João Damasceno Lopez, da cidade de Belém, estado do Pará, publicada na primeira edição da Revista *Globo Rural* é peculiar (GLOBO RURAL, n.1, 1985, p.6). Escolhida dentre várias correspondências enviadas à

produção da revista, ela representa o interesse, tanto dos leitores, quanto dos editores desse meio impresso, pela “natureza”. Aqui a natureza é vista de forma diversificada, vai além do significado de “mundo natural” ou “ambiente físico” e se torna um sentimento, uma percepção cultural, ou mesmo, uma maneira de se relacionar com o ambiente e de empregar significados a este.

Desde sua primeira edição, a revista *Globo Rural* chamou a atenção para temas ligados a preservação ambiental e ecologia e buscou aliá-los a “salva-guarda” dessa natureza a que tanto prezam, leitores e produtores do impresso. Entretanto, a tese que defendo nesse trabalho, é de que o processo de uma nova ruralidade é expresso em *Globo Rural* não só na propaganda da memória e dos costumes rurais, mas na concepção de natureza e de preservação ambiental expressa em suas páginas..

De acordo com Veiga (2006, p. 45) “nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza”, nesse movimento a natureza ou mesmo a “dimensão ambiental” estaria condicionada a ação do processo de Globalização sob as áreas rurais. Assim, essa dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade de vida ou ao bem-estar, impulsionando o avanço dessa “outra ruralidade” que nasce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurei realizar uma história ambiental cultural das narrativa sobre o mundo rural brasileiro presentes na revista *Globo Rural*, do período que vai de sua fundação em 1985 a 2000, momento em que realiza uma mudança acentuada na estrutura dos conteúdos e perspectivas. Enfatizei a atuação deste periódico na divulgação e organização de uma nova ruralidade brasileira, chamando a atenção de leitores urbanos e rurais através da memória rural e contribuir para modernizar o campo.

Como demonstrei ao longo desse trabalho, no Brasil, entre 1985-2000, pode-se observar a constituição de uma nova ruralidade, por meio da propaganda da modernização discreta da agricultura, transitando pelo campo e pela cidade, nas páginas da revista *Globo Rural*. Percebo essa narrativa como fomentadora de uma nova valorização do ambiente rural, visando atrair os olhares dos brasileiros e brasileiras e “remexendo nas suas raízes” rurais.

A nova ruralidade como uma ideia de ambiente foi propagada pela revista num período histórico nacional marcado pela expansão da modernização agrícola, aprofundado a partir do pós Primeira Guerra Mundial. Esse processo foi caracterizado pela utilização de máquinas, de implementos agrícolas, de insumos químicos e do estabelecimento de novas relações sociais de produção, que passaram a ser utilizados em contraposição a “agricultura tradicional”, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico seguindo um padrão internacionalizado.

A agricultura brasileira iniciou esse processo de modernização, concomitante a Revolução Verde. Esse processo foi responsável por inaugurar e intensificar novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Além disso, a modernização da agricultura trouxe mudanças no quadro social e econômico dos moradores das regiões agrárias brasileiras, impulsionando o êxodo rural.

A revista *Globo Rural* defendia a constituição do rural moderno e discreto, buscando lançar nacionalmente a imagem do sujeito “homem do campo”. Esse sujeito não foi marcado por singularidades, entretanto, a revista construiu para o mesmo uma aparência carregada de roupagem ‘moderna’, quase sempre junto a uma máquina, especialmente o trator de ultima linha, informatizado e ligado no mercado.

Dessa forma, a revista defendia a permanência dos indivíduos no campo através de sua modernização e adequação as novas tecnologias. Além disso, buscou elucidar

uma ruralidade moderna mas que respeitasse o meio ambiente, destacando a natureza como elemento fundamental do rural.

Num período de expansão das mídias digitais e num contexto onde as revistas impressas de conteúdo agrícola não permaneciam por muito tempo no mercado, em sua maioria nem chegavam à popularização nacional, a revista *Globo Rural* pode ser considerada uma exceção. Em 2015 ela completou trinta anos de circulação, sem interrupções, possuindo também uma versão digital.

A relação entre modernização do campo, as raízes rurais e a natureza foram as temáticas mais difundidas pela revista no período analisado. Além disso, a revista foi fundada em meio ao processo de redemocratização nacional, fazendo uso do discurso de inclusão dos indivíduos do campo e do ambiente rural no cenário nacional, com o apelo para que o país valorizasse esse setor. *Globo Rural* participou do debate sobre ecologia e meio ambiente realizado pelo Congresso Nacional para a elaboração de um capítulo sobre esse tema dentro da Constituição de 1988. Além disso, a revista e o programa de televisão *Globo Rural* receberam um reconhecimento imediato do público, leitores do campo e da cidade, através da divulgação de uma nova ruralidade.

A revista se apresentava como uma ferramenta para o homem do campo, e o acompanhava no dia-a-dia, auxiliando o mesmo a se tornar o agricultor moderno, através da palavra do agrônomo e dos institutos agrícolas para “integrá-lo” no processo de modernização da agricultura. Em relação aos leitores da cidade, a *Globo Rural* procurou despertar o sentimento de recordação de suas raízes rurais, tendo consciência de que a presença dessas pessoas nas cidades era consequência do êxodo rural, ainda em processo.

Para atingir a ambos os públicos, a revista utilizou de uma linguagem simples, palavras e expressões do cotidiano do campo, e principalmente, usou da imagem como ferramenta principal. A publicação de fotografias, em sua maioria, tiradas durante as reportagens, inseriu esses indivíduos dentro da revista. As capas eram ilustradas com o homem do campo nas fazendas, nas florestas, nos tratores e plantações.

A análise sistemática realizada evidenciou a complexidade desse periódico e suas constantes alterações de rumo, o que impede desde já a atribuição de um perfil único a *Globo Rural*. Pelo contrário, seus objetivos e ideais se entrelaçam aos interesses pessoais de seus editores e do grupo empresarial a que são filiados, assim como representam o período histórico de sua circulação.

A revista *Globo Rural* possibilitou identificar algumas características que contribuem para historicizar o processo de construção de uma nova ideia de ruralidade no Brasil nas últimas décadas do século XX. A ordem do dia para o homem do campo nesse período era a modernização de si próprio, dos meios de produção e da vida no campo, embora a *Globo Rural* demonstrasse também que alguns traços insistiam em permanecer em contraste ao avanço da modernidade.

Ao longo de mais de três décadas, a revista dedicou-se a vincular conteúdos sobre o ambiente rural. Dirigindo-se ao homem do campo, mas, sendo distribuída também nas cidades, a *Globo Rural* construiu uma ideia sobre o campo do qual passou a propagar. Nesse sentido, a concepção da revista de uma “nova ruralidade” moderna, porém, discreta, preserva características tradicionais do rural brasileiro, evidenciando a preservação do meio ambiente para atrair pessoas para esses locais.

Algo muitas vezes visto com preconceito por setores da grande mídia, o meio rural, até a fundação de *Globo Rural*, tinha poucos periódicos dirigidos exclusivamente a ele. Muitas vezes, devido a esse estereótipo de que o homem do campo não sabia ler, além dos índices de analfabetismo serem elevados nesses locais.

O homem do campo de *Globo Rural* é um indivíduo novo, que realiza um papel importante para nação e deve ser valorizado e conhecido, de acordo com o diretor das organizações Globo quando da primeira edição da revista, em 1985 (MARINHO, 1985, p. 3). A revista, nesse sentido, está intervindo e nomeando, ressignificando um indivíduo que sempre esteve apropriado por diversos setores nacionais ora como pobre, marginalizado, ineficiente.

Identificando especialmente as continuidades e rupturas desse conceito. Percebo isso especialmente a partir dos anos 2000, com a criação de novas seções ligadas à vida no campo, deslocando um pouco o olhar da função de difundir conhecimentos, técnicas e novos equipamentos, a revista passou a construir ou encadear um entendimento novo ou pelo menos diferente da relação vida na fazenda, agricultura e natureza.

Um espaço especial para abordar temas referentes ao cotidiano das fazendas, incluindo a antiga seção de receitas culinárias e de manifestações culturais e tradicionais como festas típicas e de santos padroeiros. Em especial *Globo Rural* passou a veicular duas seções ligadas especialmente ao turismo rural e ao turismo verde.

Parafraseando a historiadora ambiental Elenita Malta Pereira (2013), a realização de uma pesquisa histórica lembra muito a montagem de um quebra-cabeça. Pois, no início as peças estão dispersas, começamos com perguntas baseadas num conhecimento

mínimo, e no decorrer do trabalho, percebemos que nos será respondido muito mais do que perguntamos e as peças vão se encaixando.

REFERÊNCIAS

FONTES

GLOBO RURAL, ano 1, nº1, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1985

GLOBO RURAL, ano 1, nº2, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1985

GLOBO RURAL, ano 1, nº3, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 1, nº4, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986 –

GLOBO RURAL, ano 1, nº5, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 1, nº6, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 1, nº7, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 1, nº08, Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 1, nº09, Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 1, nº10, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 1, nº11, Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 2, nº13, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 2, nº14, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 2, nº15, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1986

GLOBO RURAL, ano 2, nº16, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1987

GLOBO RURAL, ano 2, nº19, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1987

GLOBO RURAL, ano 2, nº23, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1987

GLOBO RURAL, ano 2, nº24, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1987

GLOBO RURAL, ano 2, nº25, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987

GLOBO RURAL, ano 3, nº29, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988

GLOBO RURAL, ano 5, nº53, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1990

GLOBO RURAL, ano 5, nº54, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1990

GLOBO RURAL, ano 07, nº82, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1992

- GLOBO RURAL, ano 09, nº96, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1993
- GLOBO RURAL, ano 10, nº114, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1995
- GLOBO RURAL, ano 10, nº120, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1995
- GLOBO RURAL, ano 11, nº136, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997
- GLOBO RURAL, ano 11, nº137, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997
- GLOBO RURAL, ano 13, nº147, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998
- GLOBO RURAL, ano 13, nº155, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998
- GLOBO RURAL, ano 14, nº156, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998
- GLOBO RURAL, ano 16, nº180, Rio de Janeiro: Editora Globo, 2000
- GLOBO RURAL, ano 22, nº257, Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997b. p. 33-55.
- ALMEIDA, J. **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BAPTISTA, Í. C. Q.; ABREU, K. C. K. **A História das Revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial**. Novo Hamburgo: Editorada Unisinos, 2011.
- BATTAGLIN, L. Entrevista concedida a Júlio César Degl'iesposti. São Paulo, 17 mar. 2008.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Schwarcz, 1986.
- CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- CASTRO, A. C. S. de. **Escrevendo cartas para um programa de TV: cartas na contemporaneidade**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

CERBINO, A. L. Tempos de elegância: memória e história nas páginas da revista Rio. **Revista Brasileira de História da Mídia**. Guarapuava, v.4, n.1, p.51-60, jan.-jun. 2015.

CHARTIER, R. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-239.

DE LUCCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

_____; MARTINS, A. L (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

_____. Por que estudar a história ambiental do Brasil? – Ensaio temático. **Varia Historia**. Belo Horizonte, n.26, p. 13-32, 2002.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GARRARD, G. **Ecocrítica**. Brasília: Editora da UnB, 2007.

_____. Ecocriticismo e educação para a sustentabilidade. **Pedagogia**. São Paulo, v.7, n.3, p. 359-383, 2007.

GIFFORD, T. A Ecocrítica na mira da crítica atual. **Revista Terceira Margem**, v.13, n.20, p.244-261, 2009.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 65

JESUS, C. G. N. de. **Revista Gil Blas e o Nacionalismo de Combate (1919-1923)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

KLANOVICZ, J. O Brasil no mundo rural doente: a construção do agricultor na literatura em dois momentos da história brasileira (1914 e 1970). **Luso-Brazilian Review**. Wisconsin, v.44, n.1, p.87-123, 2007.

_____. Bioregionalismo, modernismo e escrita da natureza: uma leitura sobre as obras de história local e agricultura moderna no Sul do Brasil. In: SOCHODOLAK, H.; KLANOVICZ, J.; ARIAS NETO, J. M. (orgs.) **Regiões, imigrações, identidades**. Ponta Grossa: Editora da ANPUHR, 2001. p. 35-52.

KLANOVICZ, L. R. F. Com a palavra, os leitores. In: PEDRO, J. M. (org.). **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 275-288.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. 10.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

LATHAM, M. E. *Modernization as ideology*. American social Sciences and the “nation building” in the Kennedy era. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MARTINS, A. L. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **História**. São Paulo, v.22, n. 1, p.59-79, 2003.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

McNEILL, J. R.; ROE, A. *Global Environmental History: an introductory reader*. New York: Routledge, 2014.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, F. A.; SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil 5: contrastes da Intimidade Contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.559-569.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. **História do Brasil recente: 1964-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.24, n.68, 2010.

PEREIRA, E. M. **A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger**. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. Sacralização da natureza: Henrique Luiz Roessler e as ideias protecionistas no Brasil (1930-1960). **Cadernos IHU**, 10, v.38, 2012.

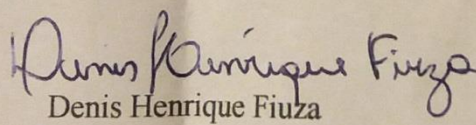
_____. Fim do Futuro? O tempo no manifesto ecológico brasileiro de José Lutzenberger. **Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História da FURG**, Rio Grande, 2014.

- PROST, A. **Doze Lições Sobre a História**. Belo Horizonte: Autentica, 2008.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCHWAAB, Reges. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. In: TAVARES, Frederico de Mello B. _____ (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 58-75.
- SILVA, C. M. da. **De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil**. Guarapuava: 2016.
- SILVA, G. **O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos**. Florianópolis: Insular, 2009.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUTO MAIOR, M. **Almanaque TV Globo**. São Paulo: Globo, 2006.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- STORCH, Laura; ELMAN, Debora. Segmentação editorial nas revistas de moda: a construção do leitor imaginado do jornalismo na publicidade de Estilo e Elle. **Líbero**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 145-154, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Laura-e-Debora.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- SZMRECYANYI, T. Pequena história da agricultura no Brasil. São Paulo: Contexto, 1900.
- TAVARES, Frederico de Mello Brandão. “Entre objetos”, “objetos no entre”: revista, jornalismo especializado e qualidade de vida. *Contemporânea (UFBA)*, Salvador, v. 6, p. 1–22, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporanea/poscom/article/viewFile/3529/2582>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- VEIGA, J. E. da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos avançados**. São Paulo, v.20, n57, p. X-XX, 2006.
- VILAS BOAS, S. **O Estilo Magazine: o texto em revista**. São Paulo; Summus, 1996.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WORSTER, D. John Muir e a paixão moderna pela natureza. **Environmental History Review**, v.10, n.1, jan. 2005. Disponível em:
- _____. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.4. n.8, p.198-215, 1991.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 29 de Outubro de 2018.


Denis Henrique Fiuza